



Número: 06/2005
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FÁBIO TOZI

As Privatizações e a Viabilização do Território como Recurso

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia

CAMPINAS - SÃO PAULO
Janeiro - 2005

As privatizações e
a viabilização
do território
como recurso

Projeto Gráfico: Daniel da Rocha

Résumé por Maria do Fétal

Abstract por Filipe Úngaro Marino e Daniel da Rocha

NOTA

O projeto gráfico foi penalizado para se enquadrar às
normas da Unicamp

As privatizações e a viabilização do território como recurso

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Márcio Cataia

**Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca do
Instituto de Geociências/UNICAMP**

Tozi, Fábio

T669p As privatizações e a viabilização do território como recurso /
Fábio Tozi.- Campinas,SP.: [s.n.], 2005.

Orientador: Márcio Antonio Cataia.

Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Geociências.

1. Território Nacional - Brasil. 2. Privatização. 3.
Geografia política. 4. Política pública. 5. Brasil -
Fronteiras. I. Cataia, Márcio Antonio. II. Universidade
Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III.
Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

AUTOR: Fábio Tozi

ORIENTADOR: Prof. Dr. Márcio Cataia

Aprovada em: 12/01/2005

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Márcio Cataia _____ - **Presidente**

Profa. Dra. Maria Adélia de Souza _____

Profa. Dra. Ana Clara Torres Ribeiro _____

Campinas, 12 de Janeiro de 2005

XV

O sexto planeta era dez vezes maior. Era habitado por um velho que escrevia livros enormes.

- Bravo! eis um explorador! exclamou ele, logo que viu o príncipezinho.

O príncipezinho assentou-se na mesa, ofegante. Já viajara tanto!

- De onde vens? perguntou-lhe o velho.

- Que livro é esse? perguntou-lhe o príncipezinho. Que faz o senhor aqui?

- Sou geógrafo, respondeu o velho.

- Que é um geógrafo? perguntou o príncipezinho.

- É um sábio que sabe onde se encontram os mares, os rios, as cidades, as montanhas, os desertos.

É bem interessante, disse o príncipezinho. Eis, afinal, uma verdadeira profissão! E lançou um olhar em torno de si, no planeta do geógrafo. Nunca havia visto planeta tão majestoso.

- O seu planeta é muito bonito. Haverá oceanos nele?

- Como hei de saber? disse o geógrafo.

- Ah! (O príncipezinho estava decepcionado.) E montanhas?

- Como hei de saber? disse o geógrafo.

- E cidades, e rios, e desertos?

- Como hei de saber? disse o geógrafo pela

terceira vez.

- Mas o senhor é geógrafo!

- É claro, disse o geógrafo; mas não sou explorador. Há uma falta absoluta de exploradores. Não é o geógrafo que vai contar as cidades, os rios, as montanhas, os mares, os oceanos, os desertos. O geógrafo é muito importante para estar passeando. Não deixa um instante a escrivaninha. Mas recebe os exploradores, interroga-os, anota as suas lembranças. E se as lembranças de alguns lhe parecem interessantes, o geógrafo estabelece um inquérito sobre a moralidade do explorador.

- Por que?

- Porque um explorador que mentisse produziria catástrofes nos livros de geografia. Como o explorador que bebesse demais.

- Por que? perguntou o príncipezinho.

- Porque os bêbados vêm dobrado. Então o geógrafo anotaria duas montanhas onde há uma só.

- Conheço alguém, disse o príncipezinho, que seria um mau explorador.

- É possível. Pois bem, quando a moralidade do explorador parece boa, faz-se uma investigação sobre a sua descoberta.

- Vai-se ver?
- Não. Seria muito complicado. mas exige-se do explorador que ele forneça provas. Tratando-se, por exemplo, de uma grande montanha, ele trará grandes pedras.

O geógrafo, de súbito, se entusiasmou:

- Mas tu vens de longe. Tu és explorador! Tu me vais descrever o teu planeta!

E o geógrafo, tendo aberto o seu caderno, apontou o seu lápis. Anotam-se primeiro a lápis as narrações dos exploradores. Espera-se, para cobrir à tinta, que o explorador tenha fornecido provas.

- Então? interrogou o geógrafo.
- Oh! onde eu moro, disse o príncipezinho, não é interessante: é muito pequeno. Eu tenho três vulcões. Dois vulcões em atividade e um vulcão extinto. A gente nunca sabe...
- A gente nunca sabe, repetiu o geógrafo.
- Tenho também uma flor.
- Mas nós não anotamos as flores, disse o geógrafo.
- Por que não? É o mais bonito!
- Porque as flores são efêmeras.
- Que quer dizer “efêmera”?
- As geografias, disse o geógrafo, são os livros de mais valor. Nunca ficam fora de moda. É muito raro que um monte troque de lugar. É muito raro um oceano esvaziar-se. Nós escrevemos coisas eternas.
- Mas os vulcões extintos podem se reanimar, interrompeu o príncipezinho. Que quer dizer “efêmera”?

- Que os vulcões estejam extintos ou não, isso dá no mesmo para nós, disse o geógrafo. O que nos interessa é a montanha. Ela não muda.

- Mas que quer dizer “efêmera”? repetiu o príncipezinho, que nunca, na sua vida, renunciara a uma pergunta que tivesse feito.

- Quer dizer “ameaçada de próxima desapareção”.

- Minha flor estará ameaçada de próxima desapareção?

- Sem dúvida.

- Minha flor é efêmera, disse o príncipezinho, e não tem mais que quatro espinhos para defender-se do mundo! E eu a deixei sozinha!

Foi seu primeiro movimento de remorso. Mas retomou coragem:

- Que me aconselha a visitar? perguntou ele.

- O planeta Terra, respondeu-lhe o geógrafo. Goza de grande reputação...

-E o príncipezinho se foi, pensando na flor.

O Pequeno Príncipe. Antoine de Saint-Exupéry.

“Devemos nos preparar para uma ação no sentido oposto, que, nas condições atuais, exige coragem, tanto no estudo quanto na ação, a fim de tentar fornecer as bases de reconstrução de um espaço geográfico que seja realmente o espaço do homem, o espaço de toda gente e não o espaço a serviço do capital e de alguns.

Para chegar a esse resultado, somente a compreensão da coisa geográfica, tanto no seu valor profundo, como na finalidade última a que se destina, pode ser de algum auxílio. E isso não pode ser feito sem ultrapassar o empírico para alcançar o filosófico”.

Milton Santos. *“Por uma Geografia Nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica”*. São Paulo. Edusp. 2002 [1978]: 267.

*“Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralistem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.*

*Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.*

*Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em
pânico.*

*É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o
ódio.”*

Carlos Drummond de Andrade. “A flor e a náusea”. In: *A Flor do Povo*. Rio de Janeiro. Record, 1991 [1945]: 16-17.

Agradecimentos

“O processo de viver é feito de erros - a maioria essenciais - de coragem e preguiça, desespero e esperança de vegetativa atenção, de sentimento constante (não pensamento) que não conduz a nada, não conduz a nada, e de repente aquilo que se pensou que era ‘nada’ - era o próprio assustador contato com a tessitura do viver - e esse instante de reconhecimento (igual a uma revelação) precisa ser recebido com a maior inocência de que se é feito. O processo é difícil? (...)”

Clarice Lispector. “Submissão ao processo”. Crônica publicada em 20.01.73. In: *A descoberta do mundo*, p. 445-46.

Gostaria de agradecer, mesmo correndo o risco de esquecer alguém, algumas pessoas com as quais me relacionei nesses últimos anos nos quais, entre outras coisas, eu participava do mestrado.

À Carin, minha companheira neste canto.

Ao Fabião eu agradeço por não desistir e por não se render ao caminho mais fácil e mais triste de uma medicina desumanizada. Sou grato pela sua companhia e sua compreensão, meu amigo.

À Heloísa, pela companhia, e aos meus amigos sempre próximos: Mário, Pablo, Samuel, Mariana, Ricardão, Fabíola, da turma Milton Santos.

À Virna, vizinha querida que me entende.

À Carolzinha, que eu adoro tanto.

À Adriana, Priscilla e Lise, mães encantadoramente revolucionárias.

Ao Luisinho, gente finíssima.

Aos colegas da arquitetura (Diana, Renata, Paulo, Mayra, Camilo, Carina, Higuchi, Koba...) companheiros de pensar um espaço como morada do homem, e especialmente ao Nier, por tudo e pela caprichada diagramação desse trabalho, e ao Filipe, que permite que eu realize nele o arquiteto que um dia quis ser.

Ao MarCão, Henderson, Robson e Carlinhos, por me quererem sempre

tão bem

Ao Hugo, desmesuradamente cativante.

À Lú, que eu não sei porque não conheci antes, Flora e Marina, companheiras das casas verdes.

Aos meus grandes amigos, os Professores Maria do Fétal e Vitor Hugo.

Agradeço à Ana Luisa, que me cativou com tamanho rigor em tanta meiguice, por ter me incentivado tanto.

Ao Clayton, Naila, Fabrício, Rita, Silvana, Júnior, Shanti, Marina, Marianna, Bruno, Ana Paula, Cristiano e Marcel, pela amizade e pelas conversas e ao Márcio, Cris, Rico, Eduardo, Mônica, Murilo, Rodrigo, Zuleika, Melissa, Cláudio e Jonas pela companhia no mestrado.

Aos alunos da graduação, especialmente aqueles menos tributáveis, meus colegas mais próximos, de onde na verdade eu nunca me senti fora.

À Silvia Futada, pelo carinho.

À Dani, Mi e Silvia, que sempre estiveram perto.

À Eneida pela seriedade com o que é fundamental.

Aos amigos do Laboplan, pela acolhida nas idas à USP.

À Nori e Ariel, por fazerem de *mi casa, tu casa*.

À Val, Edinalva, Jô, Marlene e Creuza pela ajuda sempre pronta. E um agradecimento muito especial aos funcionários da Biblioteca, pela dedicação e atenção.

Ao Seu Aníbal, pela doçura com nos incorporou à sua vida.

Àqueles que gentilmente me receberam no IPPUR, no BNDES, no Procon, no IDEC, no Correio Popular e na Telefônica, colaborando para minha pesquisa.

Cabe ressaltar a importância do financiamento público da pesquisa, fundamental para a existência de um compromisso público, e mencionar (mas não agradecer. Não se agradece por um direito) o financiamento pela CAPES de parte dessa pesquisa, e aos meus pais, que financiaram bem mais que a CAPES.

À toda minha família, que eu amo: minha mãe Maria e meu pai Ercílio, meus irmãos Osmar e Rafael, meus avós Joana e Armelindo, meus tios (especialmente o Mauro, que me ajuda tanto em São Paulo), primos e “agregados”.

Ao Professor Ricardo Castillo, pelos ensinamentos.

Mais uma vez ao Lobão, que não se cansa de ser meu Professor.

À Maria Laura Silveira, pelos momentos de afinada reflexão que desenvolveu em suas disciplinas na Universidade de São Paulo, e também à encantadora Mónica Arroyo.

À Professora Ana Clara sou grato pelo carinho com que me recebeu, junto com os “meninos e meninas de Campinas”, no IPPUR / UFRJ, oferecendo graciosamente seu tempo para discutir minha pesquisa, apresentando contribuições fundamentais.

Às Professoras Samira e Adriana pela rigorosa e delicada leitura que fizeram de meu projeto de qualificação.

Ao Márcio Cataia, que desde a graduação me mostra as belas possibilidades da Geografia. Agradeço por ter me recebido num momento de incertezas e por ser tolerante com os meus desarranjos.

E à Professora Maria Adélia de Souza, pela seriedade e intensidade com que vive e com que faz da vida a busca pela vida.

Índice

Resumo	xvii
Résumé	xix
Abstract	xxi
Apresentação	xxiii
Introdução	1
Primeira Parte	
O papel da privatização na internacionalização do território brasileiro no período técnico-científico informacional	
1. A essência do mundo no período técnico-científico informacional	7
2. Três dados solidários do período: proposta para pensar a globalização da privatização	11
3. Uma <i>neo-acumulação</i> primitiva	15
4. A privatização: política de internacionalização do território brasileiro	21
5. Um novo evento, a privatização, revoluciona o território	27
6. Privatização: da política dos estados à política das empresas	31
7. Uma leitura geográfica da privatização: estado, empresa, classes... ou uso do território?	39
8. Integração do território: opressão, alienação e políticas privatistas	45
9. A mediação da formação sócio-espacial na tecnificação do território a partir da privatização	67

Segunda Parte

Situações e usos do território brasileiro

1, O discurso do convencimento - a constituição de uma psicoesfera	75
2. Consultorias privadas do patrimônio de um território	83
3. Privatização de empresas e privatização do território	93
4. Crise latejante, racionalidade hegemônica patente	99
5. Os descompromissos das empresas de telecomunicações e a voz rouca do consumidor	107
6. A novidade que esconde o velho projeto de antes	115
7. O convencimento pela propaganda	119
8. A submissão aos grandes grupos e instituições internacionais e a crise de regulação nacional do território brasileiro	123

Considerações finais

Do que hoje existe, um futuro diferente	133
---	-----

Bibliografia	145
---------------------------	-----

Anexos

Índice de mapas, tabelas e quadros

MAPA 01 - BRASIL: A fragmentação do território brasileiro. Áreas de outorga da telefonia fixa (1998)	51
MAPA 02 - BRASIL: A fragmentação do território brasileiro. Áreas de outorga da telefonia móvel - até 2002	53
MAPA 03 - BRASIL: A fragmentação do território brasileiro. A telefonia móvel após 2002	55
TABELA 01 - BRASIL: A internacionalização do território brasileiro. Os vencedores do leilão do sistema Telebrás em 29/07/1998	24
TABELA 02 - BRASIL: A internacionalização do território brasileiro. Os vencedores do leilão das empresas espelho da telefonia convencional fixa	25
TABELA 03 - BRASIL: Ágio pago pelos vencedores do leilão do Sistema Telebrás em 29/07/1998 (em ordem decrescente de valores)	90
TABELA 04 - RIO DE JANEIRO: Presença das empresas de telecomunicações no <i>ranking</i> das 10 empresas mais reclamadas no Procon (2001 - 2003)	109
TABELA 05 - SÃO PAULO (município): Cadastro de Reclamações, Solicitações e Autuações no PROCON - Telesp e Telefônica (1992 - 2002)	110
TABELA 06 - BRASIL: Diminuição de empregos diretos na telefonia fixa (em número de trabalhadores) 1997 - 2001	111
TABELA 07 - BRASIL: Posição das concessionárias de telefonia entre os maiores anunciantes (2001-2003)	120
QUADRO 01 - BRASIL: Empresas que compõem o grupo Telefônica	95

Índice de anexos

Anexo 01	157
GRÁFICO - BRASIL: Investimentos, em milhões de dólares, efetuados pela Telebrás e pelas concessionárias privadas (1994 - 2001)	
GRÁFICO - BRASIL: Grau de digitalização da rede local (1991 - 1996)	
Anexo 02	159
<i>Um dia na vida do brasileiro</i> , de Paulo Guilherme Martins	
Anexo 03	165
Linhas celulares instaladas no Brasil, de 1991 a 1996	
Anexo 04	167
Textos integrais das campanhas a favor da privatização, financiadas pela ONG <i>Associação Brasil 2000</i> .	
Anexo 05	171
QUADRO 01 - BRASIL: Empresas globais de consultoria participantes do Programa Nacional de Desestatização (PND) - (1990 - 1999)	
QUADRO 02 - BRASIL: Instituições Financeiras prestadoras de consultoria ao Programa Nacional de Desestatização (PND) - (1990 - 1999)	
QUADRO 03 - BRASIL: Empresas nacionais de consultoria e escritório de advocacia participantes do Programa Nacional de Desestatização (PND) - (1990 - 1999)	
Anexo 06	175
Ilustração usada por Renato Navarro Guerreiro, ex-presidente da Anatel, comparando o “dinamismo” do mercado com a “lentidão” do Estado, em palestra realizada em São Paulo, em 13 de agosto de 2001.	

Anexo 07	177
Gráfico comparativo entre o aumento da conta telefônica em relação à inflação, de 1994 a 1997	
Anexo 08	179
Fragmento da campanha publicitária do celular <i>Baby</i> , da Telesp (1999 - 2000)	
Anexo 09	181
<i>Declaración de Arequipa</i> . Perú, 19/06/2002.	
Anexo 10	183
<i>Periferia usa sistema clandestino</i> . Folha de São Paulo, 22/12/1996.	

As privatizações e a viabilização do território como recurso

A internacionalização do território brasileiro se intensifica no atual período histórico, convivendo contraditoriamente com as potencialidades e perversidades da globalização. A alienação de empresas estatais brasileiras de telecomunicações ocorrida nas últimas décadas fundamenta uma reflexão que objetiva discutir o incentivo estatal aos usos corporativos do território brasileiro, concomitantemente ao abandono do território como abrigo.

Propomos que a privatização de empresas não é uma política setorial, mas uma ação nacional vinculada a interesses internacionais que impõem a todo o território um projeto de alteração da realidade, devendo ser apreendida simultaneamente em sua dimensão técnica e política. A partir da primeira discute-se a organização do território e a transferência das redes estatais às empresas privadas. Já no seu aspecto político, trata-se de discutir as mudanças normativas implementadas pelo Estado no território nacional. No entanto, a alienação das empresas incluiu um artifício também fundamental, que foi a criação de uma psicosfera que disseminou os ideários que convenciam que a privatização era a única escolha possível, o melhor projeto para todo o território. Assim, partimos do espaço geográfico como totalidade, ou seja, como a indissociabilidade de objetos e ações, permitindo a constituição de uma visão crítica ao discurso hegemônico da privatização.

Trata-se, finalmente, de discutir a própria privatização do território, ou seja, sua organização, regulação e uso solidarizados para promover o benefício da reprodução do capital, coroados uma política pública direcionada às empresas e esquecida das necessidades da totalidade dos lugares, que incorpora o território como um recurso, e não como abrigo.

A privatização é imposta como um modelo para toda a sociedade a partir dos interesses da reprodução do capital. Mas, como o território não é um dado inerte da vida, tal projeto tem que se ver com as dinâmicas de todos os agentes usando o território. Dessa relação dialética resultam sucessivas crises que, combinando as possibilidades do período, podem caminhar tanto para um rearranjo das estruturas hegemônicas como também podem dar existência a outros projetos possíveis, que surjam das necessidades da vida e que se fundamentem não no capital, mas na Política, a partir do respeito ao território usado.

Les privatisations et la viabilisation du territoire en tant que ressource

L'aliénation des entreprises brésiliennes de télécommunications, survenue lors de la dernière décennie, est à la base d'une réflexion qui nous permet discuter les stimulations de l'Etat en ce qui concerne les usages corporatifs du territoire brésilien, vis à vis de l'abandon simultané du territoire en tant qu'élément de l'existence sociale. Pour cela, il est essentiel de démystifier un certain discours hégémonique qui insiste à considérer la privatisation comme une politique restreinte à des secteurs économiquement isolés.

Nous proposons que la privatisation des entreprises soit interprétée comme une action nationale liée à des intérêts internationaux, imposant à tout le territoire un projet d'altération de sa situation dans sa dimension technique et politique. A partir de la première, nous discutons la préparation du territoire comme étant liée à la constitution de réseaux qui sont transférés aux entreprises privées. En ce qui concerne son aspect politique, il s'agit de discuter les changements normatifs implantés par l'Etat dans le territoire national. Par ailleurs, un artifice fondamental, la création d'une psychosphère a disséminé les idéaux qui défendaient la privatisation comme étant le seul et unique choix possible - parce que le meilleur - pour tout le territoire. Ainsi, nous sommes partis de l'espace géographique en tant que totalité, c'est-à-dire, en tant qu'une indissociabilité d'objets et d'actions, ce qui nous a permis de porter une vision critique sur le discours hégémonique des privatisations. Il s'agit, donc, de discuter la propre *privatisation du territoire brésilien*.

La privatisation s'est imposée, à partir de la reproduction du capital, comme un modèle pour toute la société. Mais, comme le territoire n'est pas une donnée inerte de la vie, imposer un tel projet doit être observé du point de vue des dynamiques de tous les agents qui utilisent le territoire. De cette relation dialectique surgissent des crises successives qui peuvent aussi bien aller d'un réarrangement des structures hégémoniques à l'existence d'autres projets qui respectent les nécessités de la vie et des solidarités des lieux.

The privatization process and the viabilization of the territory as a resource

The alienation of the Brazilian's communication enterprises occurred in the last decade justify a reflection that intend to discuss the government incentive to the corporative uses of the Brazilian territory, concomitant to the renounce of the territory as a shelter. Regarding to this, it is essential to demystify the hegemonic discourse which insists to consider the privatization process as a politics restricted to isolated economic sectors.

The privatization of the enterprises will be analyzed as a national action connected to international interests, imposing to the whole territory a project that modifies its situation in their technical and political dimensions. From the technical dimension we can discuss the preparation of the territory with the constitution of networks that are transferred to the private enterprises. From the political dimension, it's based in discussing the normative changes introduced by the state to the national territory. Meanwhile, there was also a fundamental artifice: the creation of a psycho-sphere that disseminated the ideals of the privatization process as the only possible choice to make - and the best one - to the whole territory. This way, we consider the geographic space as a totality, or else, the impossible dissociation between objects and actions, allowing the constitution of a critical view to the hegemonic privatization discourse. This is about, therefore, discussing the own *privatization of the Brazilian territory*.

The privatization process is imposed from the interests of capital reproduction, as a model to the whole society. But considering that the territory is not an inert part of life, this imposed project must be seen along with the dynamics of all agents using the territory. This dialectical relation results in successive crises the can lead as much to the rearrange of the hegemonic structure as to the existence of other projects, which respect the needs of life and the solidarity of the subspaces.

Apresentação

A rapidez do tropel de eventos, da qual falou Milton Santos, faz que ainda agora tenha dúvidas quanto ao trajeto da minha vida. A graduação rápida num curso novo possibilitou simultaneamente um espírito de aventura para o inusitado e o complexo, mas também um sentimento pertinente da presença de lacunas. São essas duas coisas que, grosso modo, caracterizam minha ligação com a Unicamp, e que foram responsáveis pela escolha do mestrado.

É necessário mencionar que ingressei no mestrado sob orientação da Professora Maria Adélia de Souza, a qual já havia me orientado durante a graduação. No entanto, os posicionamentos éticos da Professora a impediram de continuar nesta casa. Nesse momento, de bastantes incertezas, a afinidade com o Professor Márcio Cataia foi fundamental para minha continuidade na Pós-Graduação. Com essa mudança, fez-se necessário escolher uma outra temática de pesquisa. A partir das discussões com o Professor Márcio surge a preocupação em apreender o processo de alienação do território brasileiro a partir das privatizações, que se torna então a temática principal de nossa pesquisa.

Essa temática vem ao encontro de uma preocupação ética pessoal: no ano de 1998, o mesmo ano em que a Telebrás é leiloada, ingressei na universidade. O contato, pela primeira vez em minha vida, com pessoas preocupadas em desenvolver uma consciência crítica do mundo, e o encantamento com a Geografia levaram-me aos poucos à compreensão, ainda hoje em formação, de que a privatização, a qual me haviam dito que era a melhor alternativa para o país onde eu habitava, era uma manifestação de um projeto cujas intenções não eram democráticas tampouco cidadãs.

Sem que resida qualquer rancor, acredito ser importante explicitar minha insatisfação e angústias com o programa de Pós-Graduação em Geografia no Instituto de Geociências da Unicamp. A ausência de disciplinas de Pós-Graduação que de fato supram as necessidades de

conhecimento é constante no Instituto, uma vez que predominam visões de mundo presas ou a um passado que não mais se faz presente ou a modismos facilmente aceitos. Nesse ambiente desenvolveu-se uma coisificação do mestrado, que substituiu a importância do processo de formação do pesquisador pela valorização da dissertação e da titulação como objetivos do programa. Num ambiente assim, salvas as exceções, floresce a burocracia, e não os critérios científicos.

Os alunos são institucionalmente pressionados a cumprirem os curtos prazos da pós-graduação e a publicarem artigos, sem a contrapartida institucional de preocupação com o debate, com o conteúdo e com a finalidade pública das pesquisas nesta casa desenvolvidas. Some-se a carência do acervo da biblioteca e das condições gerais das infra-estruturas. Entre a pressão onipresente da burocracia e a ausência de contrapartidas de apoio, inclusive financeiro, às pesquisas, nos encontramos numa encruzilhada de difícil escolha.

Por isso a insistência por nossa parte, dentro das limitações da situação existente, em desenvolver outras possibilidades de uma existência universitária. A pesquisa, buscando negar um pragmatismo e uma burocracia, não se constitui numa coletânea de dados que suportam uma pretensa teoria. Uma certa prática de pesquisa hegemônica foi, em nosso caso, desnaturalizada. O princípio norteador é a preocupação com a ciência geográfica, o sentido da existência dessa ciência e sua contribuição para uma sociedade melhor, e não a facilidade, a pressa e a quantidade.

Negando a coisificação da pesquisa como princípio, humanizamos e reconhecemos que o processo de formação se dá no sujeito. No entanto, é preciso esclarecer, que dada a incompatibilidade deste processo com os tempos e as exigências do Programa de Pós-Graduação, o trabalho final foi penalizado, apresentado num texto aquém do que poderia ter sido, e interrompido num momento em que poderíamos ter avançado um pouco mais. Assumo as responsabilidades pela opção feita, já reconhecendo, nesse momento, suas limitações e erros. Mas reconhecendo também que esses “erros” são essenciais a uma vida não linear, a uma vida como um processo de aprendizado e de libertação.

Introdução

Em todos os momentos de sua história como território, o Brasil tem sido marcado por grandes desigualdades e favorecimentos nos diferentes usos que se efetivaram. O momento atual é igualmente o do convívio com o moderníssimo¹ e a carência crônica.

Cada período apresenta um conjunto de variáveis principais a partir das quais os projetos podem ser pensados e realizados. A privatização é um dos artifícios contemporâneos usados para intensificar a racionalidade da globalização nos territórios, a partir da mudança da função social do Estado.

A privatização das empresas estatais de telecomunicações ocorrida no Brasil há quase uma década permite que se pense, na Geografia, o sentido dos usos corporativos do território. Isso é possível porque a discussão apresentada não parte do funcionamento da empresa ou de um setor econômico, mas sim do território como totalidade social e dos seus usos (SANTOS, 1996 [1993]), influenciados pela capacidade que as empresas têm de governar. Nesse sentido, a privatização deu às grandes empresas de capital nacional e internacional um novo fôlego ao inserir na lógica do mercado redes e serviços antes sob o domínio estatal. A evolução técnica se desparceirou da evolução política, e hoje a esfera pública e a esfera privada se tornam muitas vezes indistinguíveis. As empresas de telecomunicações se destacam porque passam a mediar, com suas redes e normas, um dos elementos fundamentais da reprodução da vida e do capital: a informação, assumida como a característica principal deste período histórico.

O Estado brasileiro também requalificou suas funções principais. A psicoesfera criada acerca da ineficiência do Estado colaborou para a concretização de projetos fundamentados na mercantilização dos bens e serviços públicos, pondo ainda mais ao lado as questões sociais. O processo de privatização das telecomunicações é um elemento dessa situação, na qual a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e

¹ Sabemos, como alerta CHAUÍ (1996/1997), dos riscos da utilização da palavra “moderno”, uma *palavra valise*, segundo a autora, que pode servir para dizer tudo, porque não diz absolutamente nada. Empregaremos “moderno” como referência à racionalidade do mercado. Assim, a modernização do território brasileiro, processo político, normativo e técnico, é o aprofundamento da lógica globalizante nas solidariedades nacionais. No caso dos agentes da globalização, a associação da palavra “moderno” aos discursos é um artifício que elimina a discussão acerca das questões fundamentais da vida, substituídas por esta palavra mágica que a tudo se encaixa, solucionando qualquer crise.

as consultorias tomam decisões que incorporam todo o território. As empresas também governam, pois a privatização deu a elas regiões exclusivas para a concretização de seus desígnios. A integração democrática que as tecnologias da informação poderiam oferecer sucumbiu diante da fragmentação do território impulsionada por novos usos corporativos. Assim, a problemática central da nossa pesquisa é a de que a privatização viabilizou relações que incorporam o *território como recurso*, colaborando para a intensificação do histórico processo de alienação do território nacional, como apontado por CATAIA (2001).

Essa política pública retrocedeu muitas esperanças cidadãs, já que agora, dos lugares, importam apenas os consumidores. Entretanto, como o território não é palco das ações humanas, esses usos perversos têm provocado a sucessão ininterrupta de crises que provam a existência de um limite à inteligência sistematizada que hoje domina a política pública e a base material da vida. As crises latejam também em outros países, nos quais os sistemas técnicos extremamente racionalizados entram em colapso.

É fundamental, portanto, ir além da compreensão das solidariedades conjunturais da privatização para pensar dialeticamente a relação das necessidades dos lugares e do território em oposição aos interesses dos grupos econômicos e seus projetos de hegemonia. Assim, procuramos trabalhar ao longo da pesquisa com os pares dialéticos propostos por SANTOS (1997d): o novo e o velho, o interno e o externo, o Estado e o mercado. Revelam-se deste modo possibilidades de compreensão da situação hoje vivenciada que quiçá fundamentem projetos inspirados em outras realidades possíveis. Da mesma maneira, os acontecimentos de contestação à privatização em outros países da América Latina podem inspirar outros projetos nacionais de vida.

Dessa forma buscamos tratar do que existe e pensar no que pode existir, porque a crise das variáveis atualmente dominantes é a possibilidade para que outras variáveis ganhem visibilidade. Acreditamos que essa é uma contribuição que a Geografia pode dar à sociedade brasileira, refletindo sobre as possibilidades criativas de resistência à globalização como ela se dá.

O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira delas discutimos o movimento geral do mundo a partir da qualificação do período histórico atual. A privatização surge atrelada à discussão da necessidade, neoliberal, de rever a função social do Estado. A privatização das telecomunicações é tratada como um evento que revoluciona a sistematicidade anterior do território, possibilitando novas potencialidades de acumulação capitalista e pondo o território nacional como recurso a uma nova inserção internacional.

A segunda parte dedica-se a revelar que a privatização representa a passagem de uma política feita pelos Estados para uma política comandada pelas empresas. Os argumentos apresentados propõem refletir que a privatização viabilizou os projetos de hegemônias de grupos econômicos nacionais e internacionais, pois transferiu a eles o comando sobre a base técnica de telecomunicações brasileiras, permitindo, simultaneamente, a difusão dos discursos que fundamentam a inquestionabilidade do projeto desses agentes. Na tentativa de revelar o papel ativo do território, trazemos à análise as crises que acometem os sistemas técnicos privatizados, mostrando que a racionalização dos objetos e da vida não é infalível e tampouco inquestionável.

Nas considerações finais, os processos de escassez e alienação do território são confrontados com a existência de outras racionalidades, mostrando que a criatividade das soluções dos lugares pode propor novos usos para a base técnica do território. Da mesma forma, tomamos os exemplos recentes de alguns países vizinhos que recuaram nas privatizações de empresas, atendendo as necessidades reveladas nos seus territórios e contrariando o pensamento político dominante defensor da privatização.

*Primeira
Parte*

O papel da privatização na internacionalização do território brasileiro no período técnico- científico informacional

1. A essência do mundo no período técnico-científico informacional

Naquilo que a história hoje deixa, a globalização é a realização das possibilidades técnicas que acumula toda a humanidade, posta, no entanto, a serviço do capital e não do homem (SANTOS, 1997a). As tecnologias da informação é que permitem o funcionamento sistêmico de técnicas antes isoladas, e por isso a globalização é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista (idem, 2000). Assim, quando a possibilidade da conversibilidade dos sistemas técnicos diversos está presente, ela é capturada pelas grandes empresas multinacionais no momento em que elas de fato podem florescer. Mas a ação globalizada das empresas exige um aporte estatal. Por isso é que a globalização não é apenas técnica, mas também as ações que autorizam seu funcionamento (ibidem). A ação é entendida então como elemento inalienável dos objetos e vice-versa.

² A noção de Novas Ortopedias Territoriais, cunhada por CATAIA (2003), trata das modernizações técnicas agregadas ao território que lhe dão maior integração e fluidez, superando as limitações da natureza e propiciando a circulação da produção.

³ “Ciência, tecnologia e informação são a base técnica da vida atual - e desse modo devem participar das construções epistemológicas renovadoras das disciplinas históricas. Mas não podemos esquecer de que vivemos num mundo extremamente hierarquizado” (SANTOS, 1998 [1994]: 44). Outros autores dão importância à informação nesse momento, como LOJKINE (1995), que aborda a Revolução Informacional e CASTELLS (2000), que trata das implicações de uma sociedade fortemente influenciada pelas redes de informação.

O Estado, ao mesmo tempo em que fomenta a implantação das redes das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação impulsiona Novas Ortopedias Territoriais². Como argumenta CATAIA (2003), as primeiras são necessárias à ação mundial dos grupos hegemônicos e as segundas à ação nacional desses grupos. Portanto, elas “*não se dissociam, [já que] a sua existência conjunta concretiza-se em alguns territórios nacionais que, por razões estratégicas desses grupos, podem fazer parte do circuito produtivo e/ou especulativo do capital*” (ibidem, 2003: 06). Concomitantemente o Estado cria uma nova regulação que orienta seus funcionamentos e seus usos possíveis. A empresa não está e não age só, já que sua política se confunde com a do Estado, conformando hegemonias. Os países centrais do capitalismo, as empresas a eles aliadas, e as organizações internacionais que eles controlam se apropriam de parte da soberania dos outros Estados nacionais, como mostra SANTOS, B. (1997).

O período em que hoje se vive é tratado, como propõe Milton Santos, como técnico-científico informacional, uma vez que a reprodução do capital e da vida dependem de conteúdos criados por uma tecnociência e pela informação³ (SANTOS, 1998 [1994]). A informação é,

nesse período, o novo impulso das relações. A produção, a acumulação e a circulação intensas da informação, em todas as suas formas, são decisivas para a realização dos projetos dos agentes sociais, e a sua posse ou ausência é um novo artifício da escassez e da abundância. A posse de informações permite novos projetos que possibilitam maior controle do território nacional pelo Estado, mas que servem principalmente aos interesses privados na medida em que as empresas produzem informações sobre os territórios. O meio técnico-científico informacional é a realização do período (essência do mundo) nas diferentes escalas espaciais da existência concreta, nas quais as situações geográficas revelam as dessimetrias entre as tendências homogeneizantes do capital e as peculiaridades das *formações sócio-espaciais*⁴.

É nesse mundo complexo e nesse território brasileiro denso e perversamente constituído que o imperativo da privatização desponta. Se momentos históricos pretéritos possibilitaram avanços da privatização de alguns domínios da vida, a privatização como agora se desenha é cria e criadora de parcela maldita do mundo atual, e se insere organicamente, mais e mais, nas relações, nos objetos, nos ideários, em todo o território, enfim. A privatização das telecomunicações traz para essa racionalidade mercadológica os suportes técnicos necessários ao período que a pouco denominamos como informacional. As tecnologias das telecomunicações privatizadas inserem-se na caracterização brasileira do período histórico: *“longe de constituir fato isolado, a privatização das telecomunicações brasileiras se insere numa estratégia maior de Governo, em que capitais privados, independentemente de origem, passam a substituir o Estado na produção de bens e serviços”* (PINHEIRO DA FONSECA, 1998: 14). Alinhando-se aos princípios de uma política neoliberal, o Estado brasileiro cumpre, nacionalmente, uma função subalterna às diretrizes dos agentes que comandam a reprodução capitalista internacional. O decorrente desprestígio do Estado às necessidades nacionais, diz BORON (2004), formou-se de um *possibilismo*, ou seja, a idéia de que não é possível outro projeto que não o que está mundialmente dado. Grande contradição dos tempos: a multiplicação incalculável de possibilidades de existências permitidas aos lugares sucumbe num possibilismo daquilo que é dado como *o possível*, ou seja, um imobilismo.

⁴ O conceito de Formação Sócio-espacial foi elaborado por SANTOS (1977) reconhecendo que a Formação Econômica e Social - noção elaborada por Marx e Engels - apresenta inevitavelmente uma dimensão espacial quando historiciza o modo de produção.

Eis que a globalização se manifesta como fábula e como perversidade (SANTOS, 2000). No primeiro caso porque a difusão de ilusões faz crer que a globalização tem tornado todos os lugares unidos e todas as pessoas capazes de interagir no mundo todo. É aí que se descobre a perversidade, pois o mundo apresentado como paraíso está presente nos lugares de forma perversa. Quantos lugares e quantas pessoas de fato podem se favorecer das benesses da globalização? Na maioria dos lugares é o desemprego, a pobreza, a fome e as doenças que se espalham e progridem, e não os objetos e sistemas técnicos que caracterizam o viés moderno da globalização. Estes, aliás, não estão presentes, nem em suas configurações mais antigas, para a maioria dos habitantes dos lugares do planeta, como bem mostra Atílio BORON (2004b). Para esta maioria cabe apenas a convivência com as manifestações perversas da globalização.

Porém, o mundo existe não só naquilo que hoje é hegemônico, mas também naquilo tudo que ele pode ser. Fatos novos indicativos da presença de uma nova história se manifestam nas crises hoje vivenciadas. As bases da globalização podem possibilitar um futuro diferente, pois as relações dos lugares se sobrepõem às normas e aos objetos globalizantes, permitindo novos usos para o que hoje existe (SANTOS, 2000). A privatização brasileira é um cantinho deste mundo, mas muito significativo. Partindo da privatização do sistema de telecomunicações⁵ - que a nosso ver está intrinsecamente relacionada à satisfação de certas necessidades comunicacionais do período - pode-se discutir as investidas privatistas do Estado brasileiro nas últimas décadas, que não têm se dado apenas pela concessão e venda de empresas, bens e serviços, mas pela adoção de uma racionalidade privatista sistematicamente imposta ao território. Tal racionalidade, todavia, tem dado sinais de fadiga, mostrando seus próprios limites e aumentando o risco sistêmico de falhas do próprio sistema técnico que comanda.

⁵ O sistema de telecomunicações é a forma como designaremos esse conjunto de relações entre o Estado, o Território e as empresas, mediadas por um conjunto técnico e por normas que pressupõem seus usos.

2. *Três dados solidários do período: proposta para pensar a globalização da privatização*

É a qualificação do período que permite aprofundar sua análise, sem fragmentá-lo, ao mesmo tempo que aproximando-o das existências concretas nos territórios. Para Milton Santos coexistem três unicidades solidárias umas às outras: trata-se da unicidade da técnica, do tempo e do motor (SANTOS, 2000; 1999 [1996]; 1998 [1994]). Tal proposta permite avançar no entendimento da privatização das telecomunicações, compreendendo a sua existência atual a partir daquilo que presentemente é consentido pelo conjunto de possibilidades do período, que nos territórios se concretizam.

A presente unicidade técnica se funda nas técnicas da informação, capazes de efetivar a comunicação entre diversas técnicas antes isoladas e assegurando a simultaneidade e a instantaneidade das ações. As técnicas, na verdade, nunca apareceram isoladas, mas em famílias; no entanto, o que caracteriza as técnicas da informação é o fato de que elas envolvem, sistematicamente, todo o planeta (idem, 2000). A técnica hegemônica permite que a ação se dê nos diferentes lugares, selecionando-os, mas está potencialmente presente em todos eles. Foi a expansão inicial da telefonia, seletivamente pelos lugares do mundo - um projeto que foi emplacado pelos Estados nacionais - que possibilitou que as grandes empresas de telecomunicações dos países centrais do capitalismo, imbuídas das novas tecnologias da informação e comunicação, unificassem os diferentes territórios aos seus projetos. Tal ação não se deu sem a permissão dos Estados e sem o apoio de outras instituições internacionais. Com essa unificação técnica pelas telecomunicações, tais empresas possibilitaram novos fôlegos para a expansão do modo de produção, homogeneizando suas variáveis pelos territórios.

Os momentos igualmente convergem, conduzindo à interdependência e solidariedade dos acontecimentos. Um mesmo evento, graças às técnicas, pode atingir diferentes lugares e as ações, antes simultâneas, são agora também instantâneas. Como é possível saber, de

um lugar, o que acontece nos outros, a ação distante está autorizada (ibidem). Contudo, tanto quanto as técnicas hegemônicas, o tempo hegemônico também não está presente para todos os lugares, e por isso o tempo-hegemônico não é, absolutamente, o tempo-mundo (idem, 1998 [1994]). Cabe diferenciar o tempo das empresas e o tempo da vida cotidiana dos brasileiros. A volúpia das empresas após a privatização tem adicionado sucessivas camadas de novas tecnologias ao território, sem a contrapartida de uma política democrática que permita discutir seus usos.

A convergência dos momentos possibilita que as empresas de telecomunicações tenham o mundo todo como possibilidade, criando um projeto global de reprodução de mais-valia associado à espoliação das características particulares dos lugares. Note-se a ação global da Telefónica⁶. Inicialmente uma empresa estatal espanhola, parcialmente privatizada - o Estado espanhol manteve o controle sobre certas decisões - que se expandiu pelos países da América Latina a partir do início, neles, das privatizações, e que hoje está presente no Brasil, Argentina, México, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Peru, Porto Rico, além de Marrocos, Estados Unidos, Alemanha, Espanha e Reino Unido, totalizando 49 países, com atividades diversas relacionadas às telecomunicação.

A terceira unicidade (SANTOS, 2000) é a que apresenta, hoje, a tendência à convergência dos diversos modos de produção para um motor único: a mais-valia universal. Apoiada na unicidade técnica e do tempo, a produção se dá à escala mundial com empresas mundiais. A mundialização alcançada é também do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. As grandes empresas internacionais se redefinem e com isso contribuem para a reorganização do modo de produção, pois uma vez que se tornam competitivas para impulsionar a mais-valia, impõem aos territórios sua competitividade, obrigando que estes participem, com suas existências coletivas, dos seus projetos individuais. A entrada das empresas de telecomunicações privadas nas dinâmicas preexistentes do território causa um revolucionamento da produção e da vida. Elas trazem novidades ao modo de produção tal como este se organizava na Formação sócio-espacial brasileira, impondo um novo

⁶ O nome Telefónica refere-se à empresa espanhola, e Telefônica à sua filial brasileira.

referencial do que vem a ser o mais moderno na reprodução do capital e obrigando que todo o restante do território tenha que se ver com essa novidade, e se torne, contraditoriamente, de um momento para outro, mais atrasado. A privatização no Brasil acelera a inserção do território numa economia internacional e internacionalmente comandada.

Mas, como a análise espacial pressupõe a sociedade humana realizando-se, tempo, espaço e mundo são realidades históricas mutuamente conversíveis. As unicidades são formas de pensar a realidade total e inatingível a partir de uma preocupação epistemológica totalizadora: “*então chegamos a essa idéia de mundo-mundo, de uma verdadeira globalização da Terra, exatamente a partir dessa comunidade mundial, impossível sem a mencionada unicidade das técnicas, que levou a unificação do espaço em termos globais e à unificação do tempo em termos globais*” (idem, 1998 [1994]: 43).

O emaranhado entre técnica, ciência e informação conduz à cognoscibilidade do planeta (idem, 2000: 32), em que o conhecimento regula aspectos fundamentais das características dos lugares. As variáveis do período estão influenciando, direta ou indiretamente, toda parte, mas, simultaneamente, as variáveis se chocam continuamente, exigindo novas definições. Portanto, o período, simultaneamente à difusão de suas variáveis determinantes, é também uma crise (ibidem). Por mais que exista uma orquestração de agentes repetindo à exaustão que seguimos no caminho certo (o único que nos cabe), o território continua revelando o descompasso do projeto adotado com a realidade vivida. É o *Grito do Território*, que Maria Adélia de Souza (2000) nos inspira a pensar, ou a briga do *Chão Contra o Cifrão* nomeada por Milton Santos (2002b [1999]). A sistematicidade atual das telecomunicações brasileiras também revela crises, sejam elas das relações entre os grandes agentes econômicos (o Governo, a Anatel e as empresas) ou a crise de fato, que é a incompatibilidade do funcionamento do sistema técnico e político com as necessidades dos lugares.

3. Uma neo-acumulação primitiva ⁷

A acumulação primitiva discutida por Marx (1983 [1867]), foi o momento, precedente à acumulação capitalista, que separou historicamente o produtor dos meios de produção. Podemos falar hoje de uma outra acumulação, recriada pelo capitalismo a partir da expropriação do público e do revolucionamento das condições produtivas e dos modos de vida, transgredindo a racionalidade antes dominante e criando novas relações entre os agentes (RIBEIRO, 2001).

É uma *neo-acumulação* porque atualiza, a partir das características atuais do modo de produção, a essência da acumulação primitiva, na qual presencia-se, nas palavras de Marx (ibidem: 268), “*o patrimônio do Estado apropriado tão fraudulentamente*”, e o recurso à violência, mesmo que essa violência seja hoje dada pela tirania da informação e do dinheiro em estado puro (SANTOS, 2000). Os métodos empregados continuam sendo tudo, menos idílicos; como observou Marx, “*a violência é parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica*” (1983 [1867]: 286).

Na Inglaterra dos séculos XV e XVI, a propriedade comunal, uma tradição germânica, foi inicialmente usurpada com atividades individuais e com a sua transformação em pastagens, numa ação contrária à legislação vigente. O progresso do século XVIII consiste em que as próprias leis se tornem veículos de roubo das terras do povo, embora os arrendatários continuem empregando, paralelamente, seus pequenos e independentes métodos privados de usurpação. Marx fala desse momento fundamental, com a chegada ao poder dos expropriadores: “*A Glorious Revolution (Revolução Gloriosa) trouxe, com Guilherme III de Orange, extratores de mais-valia, fundiários e capitalistas ao poder. Inauguraram a nova era praticando o roubo dos domínios do Estado, até então realizado em proporções apenas modestas, em escala colossal. Essas terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, mediante usurpação direta, anexadas a propriedades privadas*” (ibidem: 268).

⁷ A sugestão para buscar em Marx os fundamentos da acumulação primitiva para refletir sobre a privatização no Brasil é de Ana Clara Torres Ribeiro (2003).

Caminham juntos um enfoque genético e um enfoque atual: esse fundamento primeiro da acumulação primitiva, com a exacerbação da extração da mais-valia, mantém-se, nas privatizações, como elemento privilegiado da difusão do meio técnico-científico informacional no território brasileiro, ao mesmo tempo em que esta revolução científico-técnica é estruturalmente distinta daquela revolução dos séculos XV, XVI ou XVIII.

⁸ Esse momento da história já é aquele em que Milton Santos (1997a) nos diz que o mundo presencia o florescimento das grandes empresas multinacionais, apoiadas nas tecnologias de informação e comunicação, e que acompanham uma nova fase do processo de acumulação e reprodução do capital, ditando, cada vez mais, as regras de funcionamento das políticas dos territórios em todo o mundo.

⁹ Trata-se, com a menção dos nomes, de dar importância às *personas*, ou seja, à vivência pública, e não privada, que implica intencionalidades expressas em discursos e ações - o porta voz de um projeto, conforme RIBEIRO (2002). Como propõe DEL VALLE (2002:11) para uma análise das privatizações no Peru, não há um responsável único por todo o ocorrido, mas um “... *entramado de relaciones y de intereses sociales y políticos que están por detrás de la escena pública*”.

¹⁰ A Inglaterra é pioneira também na privatização de empresas e serviços públicos. O exemplo britânico é lembrado na bibliografia tanto pela rapidez com que se desenvolveu como pela amplitude das ações tomadas desde o primeiro governo de Margaret

Essa *neo-acumulação* é liderada pelo Estado como suporte aos interesses privados. Surge modestamente no ano de 1979, a partir das discussões no Governo Federal de um projeto de desburocratização - uma desregulamentação - mas que concretiza, no ano de 1981, o primeiro Programa de Privatização no Brasil⁸. Com a eleição de Fernando Collor⁹, em 1990, surge com força a idéia de reordenar a função estratégica do Estado, e desestatizar transformou-se em sinônimo de modernizar. A eleição de Fernando Henrique Cardoso (1994), inicia uma nova fase com o Programa Nacional de Desestatização (PND) e a alienação de bens públicos em escala colossal, para seguir usando as palavras de Marx. A propalada democratização do Brasil foi sinônimo de privação.

Hoje não é mais a propriedade da terra, que já está assegurada, o objeto e objetivo da privatização - em seu sentido mais amplo - mas a capacidade de hegemonia no território¹⁰. Os expropriadores também não chegam ao poder da mesma forma que antes, mas governam, uma vez que, como ressalta Milton SANTOS (1997a), a política dos Estados se transformou numa política das empresas, pois é para elas que os primeiros guiam suas ações. Assim, se a acumulação primitiva tem inicialmente como um dos aspectos fundamentais “*a fraudulenta alienação dos domínios do Estado*” (ibidem: 274), envolvendo o furto das terras comunais, o roubo dos bens da igreja e o terrorismo inescrupuloso da transformação da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, a alienação atualmente em marcha, por sua vez, nunca foi ilegal. Os usos corporativos do território são fomentados pelas políticas do Estado brasileiro, permitindo um controle sobre a base técnica desse território e também sobre sua base não material. Das legislações à ideologização das mentes, constitui-se uma *psicoesfera* que se funda no

respaldo mútuo oriundo de instituições governamentais - estatais ou não - e empresas, que antecede a chegada das normas e das formas sobre as relações das vidas dos lugares. O convencimento assume, muitas vezes, a função anteriormente tomada pela expropriação e pela coerção física, democraticamente justificado. No entanto, esta democracia é a de mercado, da qual fala SANTOS (2002 [1993]) e não uma democracia de fato.

No caso brasileiro das telecomunicações, os investidores privados assumem do Estado uma infra-estrutura pronta e modernizada por grandes investimentos nos anos anteriores (ANEXO 01). Como diz Wilson Cano (2000: 255), foi alto o “gasto com a noiva”: o governo recebeu US\$ 19 bilhões pela venda da Telebrás, mas investiu nela, somente entre 1996 e 1998, US\$ 16,8 bilhões, ou 23,9 bilhões entre 1994 e 1998. Nos anos de 1996, 1997 e 1998 os investimentos foram muito significativos, pois com os altos reajustes tarifários o dinheiro para investimentos aumentou. As empresas também foram economicamente reorganizadas, criando-se condições em que, mesmo que se mantivessem estatais ofereceriam lucro (DANTAS: 2002; CANO, 2000; “Telebrás investiu bem para vender melhor”. In: *O Empreiteiro*. Agosto de 1998). Dessa forma, os investidores assumiram empresas não apenas ‘saneadas’ e modernizadas, mas com exclusividades garantidas em porções do território, nas quais passou-se de um monopólio de Estado para um monopólio (ou oligopólio) privado. Ora, tal passagem não parece chocar, já que para PIRIE (1988: 24), um ideólogo da privatização, “*uma estatal pode ser doada*”, afirmação que subsiste pela idéia de que um monopólio privado é melhor que um monopólio público (ibidem)¹¹.

Para Pablo Rieznik, as privatizações são uma forma mais garantida do que são as dívidas externas para assegurar as remessas de dinheiro dos países pobres para os países e empresas centrais do capitalismo. Essas dívidas remontam a épocas e relações pretéritas, de tal forma que se transformaram em verdadeiras ficções contábeis passíveis de contestações, negociações e moratórias. Para o autor, o endividamento foi “*um primeiro passo para sua posterior execução em termos de apropriação de empresas ou companhias de propriedade estatal, particularmente naquelas áreas*

Thatcher (1979), no qual, segundo GRIMSTONE (1988: 79), partiu-se do princípio de que nenhum mercado burocrático (estatal) poderia ser tão efetivo quanto um mercado real, ou seja, crescentemente eficiente a partir da iniciativa privada.

¹¹ “*Um monopólio estatal tem duas coisas erradas: ser monopólio e ser estatal; mas o fato de ser estatal é um mal maior do que sua situação de monopólio*” afirma Madsen PIRIE (1988: 18), membro do Primeiro Gabinete do Governo de Margaret Thatcher, na Inglaterra.

vinculadas aos setores econômicos mais rentáveis: petróleo e energia, telecomunicações, transportes” (RIEZNIK, 1992: 87). Esse confisco “é, por sua dimensão e profundidade, comparável à pirataria colonial que acompanhou o processo de surgimento da civilização capitalista, a denominada fase de acumulação primitiva. Cumpria, então, um papel historicamente progressista; na época contemporânea, tem caráter completamente reacionário. Um caráter que marca definitivamente os processos políticos democratizantes que se transformam em fiadores do processo expropriatório da dívida externa” (ibidem: 89). Com as privatizações, as empresas têm facilidades fiscais e legais nos países pobres, assumindo, a partir de suas presenças neles, hegemonias sobre os usos do território, criando relações que vão além do controle sobre o envio de dinheiro. A existência das empresas é também respaldada cientificamente com um discurso que afirma que as suas presenças são benéficas para todo o país. Dívida externa e privatização combinam-se nas diferentes Formações sócio-espaciais da América Latina.

Cria-se de fato uma nova dívida. Os investimentos estrangeiros concentram-se nos serviços (telecomunicações, distribuição de energia elétrica, transportes), que não geram tantas divisas, mas são importantes remetedores de lucro e de “assistência técnica”. E se o governo pretendia pagar parte de suas dívidas com a privatização, acabou, ao contrário, por gerar um permanente esvaziamento nas contas nacionais, pois antes as telecomunicações faziam parte do complexo nacional e agora, com as negociações das empresas com suas matrizes no estrangeiro, são partes de um setor internacional de gasto de divisas nacionais (CANO, 2000; 2004). 17% da receita total da Telefónica espanhola em 2003 foi proveniente do Brasil, 15% da Argentina, Peru, Chile e México e 62% da Espanha¹². Quando expatriado, o dinheiro pode voltar na forma de crédito e de dívida, mediado por essas empresas. *“O que seria poupança interna transforma-se em poupança externa, pela qual os países recipiendários devem pagar juros extorsivos. O que sai do país como royalties, inteligência comprada, pagamento de serviços ou remessa de lucros, volta como crédito e dívida. A aceitação de um modelo econômico em que o pagamento da dívida é prioritário implica a aceitação da lógica desse dinheiro” (SANTOS, 2000: 43). Essa é a nova dívida da privatização.*

¹² www.telefonica.com.br, 2004; TELEFÔNICA DO BRASIL. *Relatório Anual*, 2001; 2003.

Não podemos esquecer, finalmente, o sentido que as palavras expressam. Privatizar significa tornar próprio, particular, individual. Privar expressa despojar, excluir, desapossar alguém de alguma coisa, impedir de ter posse; perda, falta ou cessação de alguma coisa ou alguém. Por outro lado, o sentido de público é relativo à coletividade, ao povo, ao Estado, àquilo que é de uso comum, de todos¹³. É com seu sentido perverso que a privatização tomou corpo no Brasil.

¹³ *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.

4. A privatização: política de internacionalização do território brasileiro

A formação sócio-espacial brasileira acompanha, à sua maneira, o movimento do mundo, convivendo com o que lhe é solicitado. Cada vez mais influem elementos externos e não mais somente internos. Consolidase assim, a partir de agentes hegemônicos que usam o território, um projeto que em cada momento histórico combina um arranjo político-técnico característico. O território brasileiro do período técnico-científico informacional convive desigualmente com as características que o marcam e o meio geográfico resultante é desigualmente presente e vivido nos lugares. Octávio Ianni (2004a) fala da existência, inicialmente, de um projeto de capitalismo nacional que objetivava interiorizar os centros decisórios sobre problemas da economia política e redefinir amplamente os laços com os países mais fortes do imperialismo (EUA e Inglaterra). Tal projeto acabou por criar uma referência ao povo e às regiões brasileiras, ou seja, uma visão de dentro daquilo que eram as relações com o mundo. Esse projeto de um “capitalismo nacional” é substituído por outro de “capitalismo internacional”, do qual o autor fala:

“O que está em causa é a primazia do ‘mercado’ em detrimento do ‘planejamento’. Os autores e atores empenhados na crítica e no desmonte do projeto de ‘capitalismo nacional’ preconizam a associação ampla com o capitalismo norte-americano, europeu, japonês e outros, isto é, a franca, rápida e ampla ‘inserção’ da economia brasileira na economia mundial. Assumem que a colaboração, associação ou fusão de empresas, corporações e conglomerados, compreendendo nacionais e estrangeiras, é o melhor caminho para o desenvolvimento, o progresso, a modernidade, o ‘primeiro mundo’.

Essa linha de pensamento preconiza o ‘Estado Mínimo’, compreendendo a reforma do Estado, a desestatização da economia, a privatização das empresas estatais, a privatização da educação, saúde e previdência, a redefinição das relações de trabalho, o abandono de compromissos do Estado do Bem-Estar Social. O neoliberalismo adotado timidamente pelos governos militares nos anos de 1964-85, e ostensiva

e intensivamente, pelos governos desde 1985, tem provocado toda uma ampla e profunda alteração das relações entre o Estado e a Sociedade Civil, provocando, evidentemente, distorções” [...] “na medida que predomina o projeto de ‘capitalismo transnacional’, desenvolve-se uma crescente dissociação entre o Estado e a Sociedade, rompendo-se o metabolismo que se havia criado nas décadas anteriores. Modificam-se os significados de ‘público’ e ‘privado’, ‘nacional’ e ‘mundial’, ‘indivíduo’ e ‘sociedade’, ‘povo’ e ‘cidadão’, ‘democracia’ e ‘tirania’” (IANNI, 2004b). É assim que, para o autor, a parte principal do solo do Estado-nação transnacionaliza-se, torna-se pasto das corporações transnacionais (idem, 2000).

Marilena CHAUI (2000: 94-95) também ressalta as ações de uma política neoliberal no Brasil, que recrudescerá presentemente a estrutura histórica da sociedade brasileira, isto é, a polarização extrema entre carência e privilégio. Torna-se possível o aumento do ganho de capital sem a incorporação de pessoas ao mercado de trabalho e consumo (desemprego estrutural) e a privatização do público, com o abandono das políticas sociais pelo Estado e a preferência pelos capitais privados nos investimentos estatais. Para a autora, essa nova forma de capitalismo (neoliberalismo) privilegia:

1) a destinação preferencial e prioritária dos fundos públicos para financiar os investimentos do capital;

2) a privatização como transferência aos próprios grupos oligopólicos dos antigos mecanismos estatais de proteção dos oligopólios, com a ajuda substantiva dos fundos públicos;

3) a transformação de direitos sociais (como educação, saúde e habitação) em serviços privados, adquiridos no mercado, e submetidos à sua lógica.

Milton Santos propõe que o neoliberalismo é o braço político da globalização, e ao mesmo tempo em que o seu discurso prega a ausência do Estado, atribui a ele a responsabilidade pela saúde econômica do país, necessária para o sucesso dos investimentos privados. Assim, o

território brasileiro se transforma, cada vez mais, num espaço nacional da economia internacional. O uso corporativo desse território intensifica-se, e as infra-estruturas do país são mais bem utilizadas pelos projetos das grandes empresas do que pela população (SANTOS, 1987; 1998 [1994]; 1999 [1996]). E, uma vez que uma economia e um capitalismo mundializados continuam dependendo das políticas dos Estados nacionais (idem, 1999 [1996]), verificamos a existência, nestes, de várias ações que os alinham ao movimento do motor único do capital, dentre eles a privatização das empresas, resultado de um projeto para o Brasil que se casa com um projeto internacional do capitalismo e que é, de fato, mais ganancioso, ou seja, não se restringe a setores ou empresas, mais mira a totalidade do território brasileiro. Foi assim que o Estado brasileiro, com a privatização, incentivou que empresas nacionais e multinacionais estrangeiras tivessem no território brasileiro um porto seguro. Como cada vez menos o Estado diferencia a empresa nacional daquela internacional, a própria internacionalização do território já está interiorizada, diluída nas relações comuns do território, tão impregnada à economia, à cultura, à política, ao cotidiano a tal ponto que seu projeto internacionalizante se torna imperceptível nas práticas diárias da população, ou, graças ao suporte ideológico, é mostrado como avanço quando nem sempre é. Não há como não nos remetermos ao texto que fez fama nas décadas de 60 e 70, em que Paulo Guilherme Martins narrava um dia na vida de um brasileiro tão embriagado com o progresso das multinacionais a ponto de se tornar cego à espoliação que essas empresas coordenavam na vida da nação. Tratava-se de um momento histórico anterior, ainda de um imperialismo que paria um globalismo (ver ANEXO 02).

Naquilo que trata mais especificamente do controle do sistema de telecomunicações, um dos aspectos da sua internacionalização é observável a partir das empresas e grupos estrangeiros que assumiram suas responsabilidades, como pode ser visto nas duas tabelas seguintes:

TABELA 01 - BRASIL: A internacionalização do território brasileiro. Os vencedores do leilão do sistema Telebrás em 29/07/1998 (telefonia fixa e celular)

Empresa	Consórcio vencedor e percentual de participação	Origem do capital
Telesp Participações S/A	Telefónica de España S/A - 56,6% Iberdrola - 7% Bilbao Viscaya - 7% Portugal Telecom - 23% RBS Part. AS - 6,4%	Espanha Espanha Espanha Portugal Brasil
Tele Centro Sul Participações S/A	Telecom Itália - 81% Fundos Previ e Sistel e Banco Opportunity - 19%	Itália Brasil
Tele Norte Leste Participações S/A	BNDESPar - 25% Flago (La Fonte) - 19,9% Andrade Gutierrez - 11,27 % Macal - 11,27% Grupo Inepar - 11,27% L.F. Tel - 11% BB Companhia de Seguros Aliança - 5% BB Brasil Veículos - 5% Rivoli - 0,27%	Brasil Brasil Brasil Brasil Brasil Brasil Brasil Brasil Brasil
Embratel	MCI - 100%	EUA
Telesp Celular Participações S/A	Portugal Telecom - 100%	Portugal
Tele Sudeste Celular Participações S/A	Telefónica - 92,98% Iberdrola - 6,98% NTT Mobile - 0,02% Itochu Corporation - 0,02%	Espanha Espanha Japão Japão
Telemig Celular Participações S/A	Telesystems - 48% Fundos (Previ e Sistel) - 24% Banco Opportunity - 21% Outros - 13%	Canadá Brasil Brasil Brasil
Tele Celular Sul Participações S/A	UGB Participações (Globo e Bradesco) - 48,2% Bitel Participações (Telecom Itália) - 51,8%	Brasil Itália
Tele Nordeste Celular Participações S/A	UGB Participações (Globo e Bradesco) - 48,2% Bitel Participações (Telecom Itália) - 51,8%	Brasil Itália
Tele Leste Celular Participações S/A	Iberdrola Energin - 62 % Telefónica - 38%	Espanha Espanha
Tele Centro Oeste Celular Participações S/A	Bid S/A (Spice do Brasil) - 100%	Brasil
Tele Norte Celular Participações S/A	Telesystems International Wireless Inc. - 48% Fundos Sistel e Previ - 18% Banco Opportunity - 21% Outros - 13%	Canadá Brasil Brasil Brasil
CRT Celular	Telefónica de España e as coligadas CTC, Tasa e Citicorp - 83% Rede Brasil Sul - 6,3% Outros - 13,7%	Espanha Brasil

Fonte: DALMAZO, 2000.

TABELA 02 - BRASIL: A internacionalização do território brasileiro. Os vencedores do leilão das empresas espelho (telefonia fixa e celular)

Área de concessão	Consórcio Vencedor e Percentual	Origem do Capital
Região I (RJ, MG, ES, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PA, AP, AM, RR)	Vésper S/A Bell Canadá - 34,4% Qualcomm - 16,25% WLL Internacional - 34,4% SLI Wireless - 12,5% Taquari Participações (Grupo Vicunha) - 2,5%	Canadá EUA EUA Argentina Brasil
Região II (DF, RS, SC, PR, MS, MT, GO, TO, RO, AC)	Global Village Telecom Global Village Telecom (Magnum, Merrill Lynch, Gilat Satellite Networks e Clal) - 78% Com Tech - 20% RSL Communications - 2%	Israel / Holanda EUA EUA
Região III (SP)	Vésper Bell Canadá - 34,4% Qualcomm - 16,25% WLL Internacional - 34,4% SLI Wireless - 12,5% Taquari Participações (Grupo Vicunha) - 2,5%	Canadá EUA EUA Argentina Brasil
Região IV Todo o território nacional	Intelig Sprint - 25% France Telecom - 25% The National Grid - 50%	EUA França Inglaterra

Fonte: DALMAZO, 2000.

A regionalização do território criada para o leilão permitiu que as empresas, nacionais ou não, escolhessem, no território, a região mais adequada aos seus projetos. As empresas internacionais têm presença expressiva em 11 das 13 regiões leiloadas no dia 29 de julho de 1998. A única brasileira 100 % é a Tele Norte Leste (atual Telemar), que no entanto é uma empresa quase estatal, se tal classificação pudesse existir, pois o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) detém 25% das suas ações, os fundos de previdência do Banco do Brasil e Petrobrás outros 20% e duas subsidiárias do Banco do Brasil, 10%. Tal composição é também resultado daquilo que mais tarde foi conhecido através da divulgação de conversas telefônicas gravadas (“escândalo do grampo”), em que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Presidente do BNDES e empresários revelavam a intenção primeira de que

o consórcio que comprou a Telemar tivesse arrematado, no leilão, a Telesp.

No leilão das empresas concorrentes - empresas espelho - a internacionalização do sistema de telecomunicações nacional se intensifica, e predominam as empresas estrangeiras (TABELA 02). Essa internacionalização do comando dos sistemas técnicos se repete, no Brasil, também em outras privatizações, como a do sistema energético, do sistema bancário e da siderurgia. A média da participação de investidores brasileiros no total das privatizações, entre 1991 e 1998 foi de 61,2%. No entanto, a partir de 1995, os investimentos estrangeiros aumentaram: em 1998, 59% dos investimentos foram estrangeiros, sendo que destes, 33,3% eram estadunidenses, 27,9% espanhóis e 16,9% portugueses (dados fornecidos por PINHEIRO & GIAMBIAGI, 2000). 37% do total arrecadado com as privatizações veio dos leilões das telecomunicações (CANO, 2000).

É importante ressaltar que inicialmente não era permitida a participação de 100% de capital estrangeiro no leilão das empresas da telefonia fixa, regra que foi alterada, viabilizando a internacionalização das redes, da mesma forma como também se abrandaram, nas negociações anteriores aos leilões, as obrigações contratuais das empresas concessionárias (DALMAZO, 2000; PINHEIRO DA FONSECA, 1998), o que não impediu que tais obrigações reduzidas fossem descumpridas, como discutiremos mais adiante.

5. *Um novo evento, a privatização, revoluciona o território*

Sem a recorrência a uma periodização, apagam-se os processos históricos e corre-se o risco da naturalização dos conteúdos dos conceitos. As situações, que caracterizam *existências* de uma realidade concreta, total e inatingível, nascem de eventos geografizados (SILVEIRA, 1999: 22). A privatização ocorrida no Brasil só é recheada de seu significado quando pensada na sua universalidade e na sua especificidade, ou seja, naquilo que sintoniza o mundo e o lugar mediados pela Formação Sócio-Espacial.

O conceito de evento proposto por Milton Santos (1999 [1996]: 115) associa-se ao entendimento do *mundo* como um conjunto de possibilidades, uma essência a realizar-se. O evento é o veículo de algumas dessas possibilidades selecionadas nos lugares, que são seus depositários finais, o momento da realização do mundo. Trata-se de uma relação espaço-temporal, um conceito capaz de apreender a indissociabilidade real do tempo e do espaço, pois o evento somente pode sê-lo como “*um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço*” (ibidem: 115), ou seja, são simultaneamente a matriz do tempo e do espaço, portador de um presente, de uma ação realizando-se (ibidem).

A geografização do evento é a proposição de uma nova história, uma vez que ele introduz nos lugares novos vetores para as ações e para as bases materiais. Por isso Milton Santos fala que não há escapatória ao evento, ou, citando Focillon, quando afirma que o evento é uma brutalidade eficaz (citado por SANTOS, 1999 [1996]). Um evento também apresenta uma extensão - podemos identificar a dimensão geográfica de um evento - e uma duração, no sentido em que, durante um período de tempo, guarda suas características constitucionais, continua eficaz. A privatização como processo de alienação de empresas estatais é um evento que apresenta uma extensão definida, pois se integra no processo de formação do território nacional. Também temos que considerar que com a *aceleração contemporânea* (SANTOS, 1997b), os eventos se tornam rapidamente eficazes, e rapidamente podem ser alterados de acordo com

os novos projetos que afloram.

A partir de eventos configura-se uma nova situação: *“A situação é o resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais. Inovações técnicas e novas ações de empresas de força diversa, dos vários segmentos do Estado, de grupos e corporações difundem-se num pedaço do planeta, modificando o dinamismo preexistente e criando uma nova organização das variáveis”* (SILVEIRA, 1999: 25). A eficácia desse projeto, externo e interno, faz ver a privatização como uma necessidade nacional de todos, ao mesmo tempo em que apoiada e inspirada em situações de outros países, os “casos bem sucedidos”¹⁴ da Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, Espanha, países cujas entradas na história muito diferem da brasileira. Trata-se de um mesmo movimento internacionalizado de privatização de empresas, mas em territórios diversos, configurando situações distintas: *“é a ordem, sempre diversa, com que os objetos técnicos e as formas de organização chegam a cada lugar e nele criam um arranjo singular, que define as situações, permitindo entender as tendências e as singularidades do espaço geográfico”* (ibidem: 25).

¹⁴ Como encontrado especialmente em GRIMSTONE, Gerry (et al.). *Privatização, Mercado de Capitais e Democracia*. Rio de Janeiro, Correio da Serra, 1988 [a experiência britânica, francesa, espanhola, italiana, e dos “países em desenvolvimento”]; *“As telecomunicações no Mundo”* (Cadernos de Infra-estrutura 14. BNDES, 2000); BORGES, Luiz Ferreira Xavier: *“O processo de privatização do setor de telecomunicações na Nova Zelândia e algumas analogias com o Brasil”* (Revista do BNDES, dezembro de 1997); PIRES, José Cláudio Linhares. *“Políticas regulatórias no setor de telecomunicações: a experiência internacional e o caso brasileiro”* (Texto para Discussão, 71. BNDES, 1999), entre outros.

Poderia-se, finalmente, pensar o evento indissociavelmente ligado à sistematização e à sistematicidade dos processos sociais, conforme propõe Ana Clara Torres Ribeiro (2001). Esses dois conceitos permitem um avanço na análise dos processos, das geografizações (presentificações) com suas acomodações sistêmicas.

Um evento é aquele que, agindo numa sistematicidade, ou seja, num funcionamento sistêmico de elementos (objetos e ações), cria um novo rumo nas relações: uma sistematização. Mas, quando esse arranjo se reorganiza, quando os elementos determinantes passam a ter um funcionamento sistematicizado com a nova ordem, temos uma nova sistematicidade. Uma vez que o espaço geográfico seja um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações em processo, a idéia de uma sistematização e de uma sistematicidade se atrela à periodização, e se mostra fundamental para, sem cair nas armadilhas do pensamento único, compreender a sistematicidade hegemônica e, mais que isso,

vislumbrar seus limites e dar luz ao novo que ela ofusca.

Podemos então falar de uma sistematicidade anterior e uma posterior às privatizações das empresas no Brasil. Antes da privatização, a sistematicidade era dada por relações entre empresas estatais, diretamente controladas pelo Estado e os consumidores¹⁵, configurando um projeto de desenvolvimento para o Brasil. As relações criavam-se e reproduziam-se dentro das possibilidades inexauríveis existentes, que combinavam limitações - técnicas e normativas - com novas aventuras e criatividade. A privatização é o elemento novo que traz um outro funcionamento e novas possibilidades a esse sistema. Esse momento é o da sistematização, ou seja, do surgimento de um novo projeto de alteração social que é politicamente inserido na sistematicidade anterior, alterando seu funcionamento e reprodução. A partir do momento em que a privatização se conforma, já com as empresas privadas operando e se relacionando com os consumidores a partir de uma regulação estatal, está configurada uma nova sistematicidade. Onde sempre houve o quase-cidadão crescem o consumidor sem defesa e o *consumidor mais-que-perfeito* (SANTOS, 1987: 41; 74). A duração dessa nova sistematicidade, que é o tempo no qual suas características constitucionais se mantém eficazes, é dependente do surgimento de novos projetos e dos desejos de alterar ou não o que existe.

¹⁵ Usamos, nesse momento, *consumidores* pois acreditamos que a formação de cidadãos não foi, de fato e sempre, a obstinação do Estado brasileiro. Como observa SANTOS (1987), no Brasil, em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*. Ao longo de todo o trabalho, usaremos *cliente*, *usuário* e *consumidor* para nos referenciar aos indivíduos que são submetidos a uma relação mercadológica para terem acesso aos bens e serviços públicos ou privados. Essa relação, sob o controle de empresas, nada tem a ver com a cidadania. Independentemente de terem ou não suas necessidades ou reclamos atendidos pela empresa privatizada, o cliente, consumidor ou usuário será sempre um indivíduo limitado e um cidadão incompleto.

A nova sistematicidade se hegemoniza, ou seja, detém o domínio dos usos das bases materiais e das bases imateriais da sociedade numa formação sócio-espacial. Nesse processo age um convencimento - naturalizante - no qual a nova sistematicidade passa a ser considerada eterna e infinita, um dado que sempre esteve e estará presente, a ponto de que a própria sistematização, ou seja, os eventos impulsionadores da mudança, tornarem-se inquestionáveis. Na sistematicidade afloram as situações, que de fato confundem-se e se dependem. A situação é o prolongamento dos eventos, lembrando a contribuição de SILVEIRA (1999), de que estes modificam o dinamismo preexistente recriando as variáveis.

Hoje, no Brasil, alguns anos após o auge da privatização, o Governo, a

mídia e a maioria dos Partidos Políticos não discute mais a ética do projeto de mudança sócio-territorial (sistematização), mas apenas adequações do funcionamento de sua sistematicidade. A discussão, nas telecomunicações, se resume a punições para metas não cumpridas e brigas judiciais sobre tarifas, ou pressões empresariais para tornar a legislação mais branda. Embora com posicionamentos políticos aparentemente opostos aos dos governos que impulsionaram as privatizações das empresas estatais, a eleição para o Governo Federal, em 2002, do mais representativo partido progressista brasileiro não trouxe consigo uma nova proposta de mudança, se atendo à discussão das variáveis secundárias próprias ao funcionamento da sistematicidade instaurada¹⁶. O Estado brasileiro continua cumprindo a sua função histórica, servindo de instrumento de controle do território para a satisfação de interesses privados.

¹⁶ Eram duas as principais propostas do Governo presidido por Lula: reaparelhar o Ministério das Comunicações para que ele possa realizar políticas públicas de telecomunicações e a revisão do modelo tarifário existente (www.Brasil.gov.br/acoes, em junho de 2004). No entanto, até o momento não se notam mudanças em relação ao que já existia. A revisão das tarifas, por exemplo, esbarra na oposição de parte significativa do governo, como discutiremos mais à frente nessa pesquisa. O Ministério das Telecomunicações poderá criar políticas públicas, mas elas terão que se enquadrar nos contratos existentes com as empresas concessionárias. Não é simples romper com a sistematicidade presente, e quiçá tampouco haja interesse em fazê-lo.

6. Privatização: da política dos estados à política das empresas

Discutir o Estado envolve refletir tanto sobre seu sentido universal - a necessidade social de criar a idéia de Estado - quanto sobre seu sentido histórico e geográfico, ou seja, aquele que de fato se dá em cada período, realizando o mundo diferentemente¹⁷ e compondo as Formações Sócio-espaciais.

O Estado nem sempre existiu e pode deixar de existir; é criado num momento histórico específico no qual supre uma necessidade, ou seja, não vem da eternidade, já que é o produto da sociedade em determinada etapa de desenvolvimento (LENINE, 1980a [1917]: 226 - 232). Por isso quando se fala em território, conforme se entende hoje, é a partir da consolidação dos Estados nacionais. As relações humanas, no entanto, sempre possuíram, ao longo da história, uma referência geográfica, variadas escalas espaciais de existência, que só mais tarde, com a realização dos Estados nacionais, puderam ser pensadas do ponto de vista de um território nacional. O território acabou por tornar nacionais as culturas, as economias, os povos e as línguas.

O Estado tem a cada momento as características do seu tempo, que no passado limitavam suas ações, suas fronteiras, sua capacidade de controle desse seu 'território' em delimitação, mesmo porque, predominantemente, a técnica, muito mais restrita, ainda não ultrapassava os constrangimentos da natureza. *“Tanto a sociedade como o Estado eram então muito mais pequenos que agora, dispunham de um aparelho de ligação incomparavelmente mais fraco - então não existiam os atuais meios de comunicação. As montanhas, os rios e os mares constituíam obstáculos incomparavelmente maiores do que agora, e o Estado ia-se formando dentro de limites geográficos muitíssimos mais estreitos. Um aparelho estatal tecnicamente débil servia um Estado que se estendia dentro de fronteiras relativamente estreitas e com um estreito campo de ação”* (ibidem: 182). Evolução do Estado e evolução das técnicas devem ser pensados indissociavelmente, pois representam artifícios criados pelo homem para romper suas limitações e

¹⁷ São diversas as formas criadas de Estado que se combinam: grosso modo podemos falar de um estado republicano, que é a ausência de um poder não eletivo; monárquico (o poder de uma só pessoa); aristocrata (regido por uma elite); democrata (um poder do povo, que afirma representar todas as pessoas) (LENINE, 1980b [1919]; HARDT & NEGRI, 2002). Para HARDT & NEGRI, (idem) essas três formas convivem hoje na conformação do *Império*, uma nova forma de soberania que sucede a do Estado-Nação.

suprir suas necessidades. O refinamento das técnicas, sua diversificação, acumulação, seu controle restrito e sua desigual presença nos territórios são elementos que caracterizarão muitos aspectos do desenvolvimento dos Estados nacionais.

¹⁸ A *alienação do território*, tratada por Márcio Cataia (2001), compreende a organização e regulação dos territórios que atendem não às suas necessidades, mas como o resultado espacial de um projeto alheio. Tem inspiração em Max Sorre, Hildebert Isnard e Milton Santos, que buscam, cada um com seu método, explicar as relações entre os países ricos e os pobres, e a dominação dos primeiros sobre os segundos.

¹⁹ Não podemos nunca negar a história que existia nessas terras antes que ela fosse brasileira. O Brasil não é uma consequência da existência da Europa, mas apenas seu “achamento”, como ressalta SANTOS (2000b). Poderíamos também dizer que o Brasil não foi descoberto, mas inserido, alienadamente, no comércio mundial. Para RICUPERO (2000: 14), “*chineses e japoneses constituíram nações definidas muito antes de se verem obrigados a inserir-se na economia dominada pelos europeus. Ao passo que para os países novos, nem se coloca a questão de inserir-se ou não no contexto exterior envolvente, uma vez que não passam do produto da expansão do sistema político, econômico, religioso-cultural, da Europa a partir do séc. XV*”.

Isto posto, há que se considerar que o Estado no Brasil deve sua formação ao início do processo de alienação do território¹⁸ que vem de sua origem como colônia de Portugal¹⁹: um território que nasce alienado, pois o projeto que cria esse território busca implantar nele a solução da escassez do outro (SARTRE, 2002), este que é o território português com todas suas relações internas e externas daquele momento. E se o Brasil nasce, no século XVI, como província do colonialismo, ele ingressa no século XXI como província do globalismo, como propõe IANNI (2000).

A formação sócio-espacial é a mediação do mundo com os lugares, conformando um território nacional. “*Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada*” (SANTOS, 1977: 87). Para o entendimento do espaço como instância social, temos que elas, as instâncias, são redutíveis umas às outras, e assim quando se diz espaço se diz também sociedade, economia, tratam-se da política e da cultura, mas a partir de um recorte disciplinar²⁰. Poderia-se dizer apenas “*Formação Espacial*”, o que revela as possibilidades de um conceito pensado complexamente e alinhado com a dinâmica de um mundo que é, afinal, uno e redutível em todos os seus elementos a si próprio: “*o espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos*” (ibidem: 91).

Para LENINE (1980 [1917]) o Estado surge para impor ordem à contradição inconciliável entre as classes sociais²¹, mas não como um órgão conciliador - o que seria impossível -, e sim como instrumento de opressão de uma classe sobre outra: “*O Estado é a organização da força, é a organização da violência para a repressão de uma classe qualquer*”

(ibidem: 238).

Mas há que se considerar também que as classes sociais não podem ser tratadas hoje da mesma maneira, porque cada vez mais os interesses são de grupos, de empresas que atrelam suas intenções ao Estado brasileiro. No entanto, mantém-se a opressão: há opressores e oprimidos. O Estado continua, hoje, cumprindo uma das funções que remontam às suas origens.

O ganho de poder que as empresas passam a ter desde a Revolução Industrial presencia, na globalização, uma ampliação que torna possível a concretização de projetos que almejam uma ação planetária aliada a um controle reservado. O modo de produção internacionalizou-se e transformou-se num motor único. As empresas mundiais negociam com maior voracidade com os Estados nacionais, que se modernizam técnica e normativamente para atendê-las. No Brasil, inserido no movimento internacional do capitalismo, isso não foi diferente. *“As privatizações são a mostra de que o capital tornou-se extremamente guloso, quer tudo, por isso exige privatizações. Além disso, são feitas exigências para que ele se instale - que em grande parte são feitas à geografia, porque é preciso adaptá-la às necessidades das novas empresas”* (SANTOS, 1997a: 16).

O Estado compartilha com o mercado a tarefa de fazer política. Mas como o mercado é uma ideologia, uma abstração, o que de fato se dá são relações entre agentes, e os agentes do mercado são as grandes empresas, as empresas globais, as multinacionais, as empresas-rede, os grupos hegemônicos (ibidem: 17). Portanto, quando privatiza, o Estado afirma que a partir desse momento as empresas obtêm um controle sobre elementos fundamentais da reprodução da vida, e por isso as empresas governam: *“a grande empresa se instala e chega com suas normas. E todas elas são extremamente rígidas. Essas normas rígidas da empresa são duplicadas porque as técnicas também são normas. Cada técnica propõe uma maneira particular de comportamento. Cada técnica envolve normas, regulamentações e, por conseguinte, traz para os lugares novos tipos de normas, incluindo as normas políticas da empresa que são suas*

²⁰ *“Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social”* (SANTOS, 1977: 81).

²¹ Para LENINE (1980b [1917]: 241) a existência do Estado numa sociedade sem luta de classes é impossível e desnecessária.

formas de relacionamento com outras empresas, alterando, destarte, as condições de relacionamento dentro de cada comunidade” (ibidem: 18).

A substituição, nas privatizações, da política pública por contratos faz do território, que deveria ser abrigo da política ampla, um recurso da política restrita de firmas privadas, como já observava nos anos 30 o Ministro Francisco de Campos (citado por BRANCO, 2002: 259): “*O contrato constitui, assim para o concessionário, uma armadura inexpugnável, que o coloca quase totalmente a coberto de qualquer ingerência do Estado nos seus negócios. Uma vez fixadas no contrato as condições, o negócio passa a ser não um negócio público, mas um negócio particular, em que o público representa apenas uma clientela despersonalizada e incapaz de organizar-se para fazer valer os seus interesses, definidos de uma vez por todas pelo instrumento contratual*”. Os contratos amarram as políticas públicas pelo tempo das concessões, que duram de 20 a 30 anos, e se hoje eles não respondem à realidade brasileira, tal realidade, mutante, jamais será transcrita neles.

Como alerta RAFFESTIN (19992 [1980]), informação é poder, então a transferência à iniciativa privada das empresas estatais é uma transferência de poder. Quando uma empresa é alienada do Estado, todas as informações históricas sobre seu funcionamento, sobre seus clientes e sobre o território em que atua são entregues ao grupo que a assumiu. Mas a informação que se transfere não é apenas essa, mas também aquela do saber dos funcionários que trabalharam nas empresas quando estatais. Essa informação que eles portam, viva e criativa, é apropriada pelo projeto do grupo que chega. Veja-se ainda o caso do ex-Presidente da Telebrás, Fernando Xavier Teixeira, que assume a presidência da Telefônica do Brasil levando consigo não apenas a experiência administrativa de uma empresa de telecomunicações, mas informações sobre o funcionamento, a organização, as peculiaridades de todo o sistema telefônico brasileiro, dando à empresa possibilidades que ela dificilmente alcançaria sem sua presença. Foi sob o comando de Fernando Xavier que a Telebrás cuidou de auxiliar na organização e fazer campanha pela privatização. Quantos seriam seus ex-dirigentes hoje atuando no mercado privado das telecomunicações?

A internacionalização do território proporcionada com as privatizações fomentam o governo das corporações, pois, “na lógica das empresas transnacionais”, protesta Furtado (2000: 9), “as relações externas, comerciais ou financeiras, são vistas, de preferência, como operações internas da empresa, e cerca de metade das transações do comércio internacional já são atualmente operações realizadas no âmbito interno de empresas. As decisões sobre o que importar e o que produzir localmente, onde completar o processo produtivo, a que mercados internos e externos se dirigir são tomadas no âmbito da empresa, que tem sua própria balança de pagamentos externos e se financia onde melhor lhe convém”.

As normas organizacionais (SILVEIRA, 1997) são as responsáveis pela regulação dos novos objetos que a empresa traz, objetos cada vez mais precisos, cuja operação conforma solidariedades específicas. Assim a empresa exerce sua hegemonia impondo a outros agentes sociais suas decisões. À Telefônica cabe a instalação de certa quantidade de linhas telefônicas; no entanto, ela sub-contrata outras empresas para realizarem essa tarefa, ou seja, terceiriza o que seriam suas obrigações, sem ferir a legislação. A empresa decide qual o sistema utilizado para a instalação e o funcionamento da rede que envolverá a vida de milhões de pessoas, e, ao decidir, governa.

Nisso reside uma fonte de perversidades: uma vez que o objetivo da empresa privada é o lucro, o território privatizado é um recurso das políticas individuais das empresas, amparadas por um Estado descompromissado das questões sociais. “A translação do poder do Estado para as empresas tem conseqüências extraordinárias, já que se espera do Estado e dos municípios que façam um mínimo de política, voltando-se para o bem-estar comum. Da empresa, não...” (SANTOS, 1997a: 19). Com isso desmascaram-se também os engodos e as ideologias que os agentes do capitalismo disseminam, como a idéia da *empresa-amiga-de-qualquer-coisa*, seja das crianças, da escola, da natureza, dos funcionários, da cidade... a *empresa-cidadã* da qual fala FORRESTER (1997 [1996]: 83), aquela com suposta tendência para o bem, e à qual “oferecem-se mil subvenções, isenções de taxas, possibilidades de contratos vantajosos,

a fim de que ela ofereça empregos. E que não se desloque para outro lugar. Benevolente, ela aceita. Não emprega ninguém. Desloca-se ou ameaça fazê-lo se tudo não correr conforme sua vontade”. Engano esse que alimenta a idéia de que das empresas, de sua ação e do seu progresso individualista provém a melhoria de toda a sociedade, e que fundamenta também situações como a das guerras entre os lugares, analisadas por SANTOS (1999 [1996]; 2002b) e CATAIA (2001).

A contradição observada no discurso que acompanha as políticas de privatização do Estado põe numa mesma direção medidas de finalidades opostas. A privatização atribui aos grupos privados - o “*capital ‘piranha’ nacional e internacional*”, segundo Maria Conceição Tavares (1998) - o poder de controle sobre boa parte do funcionamento dos sistemas técnicos e dos serviços, reduzindo a capacidade de ação estatal sobre eles. Enquanto o Estado deveria se preocupar com todos os cidadãos - o que de fato nunca fez - as empresas preocupam-se consigo mesmas e quiça com seus clientes e não poderão, nunca, realizar a função de serem as responsáveis pela distribuição, no sentido da equidade sócio territorial, dos objetos e dos serviços, o que contrariaria o seu próprio sentido de existência.

As Agências de Regulação, criadas com o fundamento de serem autônomas em relação ao Estado, também não diminuem sua capacidade de ação? A independência das agências se pauta na normatização técnica e no movimento do mercado. Mas se a norma é, ela mesma, uma deliberação política que corresponde a um projeto de alteração social, e o mercado é a resultante da ação dos diversos agentes sociais, as agências não tem como serem neutras.

Brevemente, o que seria então a política? O que as empresas fazem, como e para que agem, são ações de fato políticas, que se atrelam a um projeto de futuro e a uma visão de mundo. Mas a definição de política é sempre ampla, é considerar, sempre, tudo e todos (SANTOS, 1997a). Por isso a política das empresas não é uma política em seu sentido maior, mas uma política de interesses individuais, estreita, mesquinha, uma politicagem. “*Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser*

construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais. Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, no sentido restrito do termo, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis” (ARENDDT, 2001 [1958]: 64).

Essa é a encruzilhada que hoje se delinea, “*tempos em que o Estado, em nome da globalização e da reengenharia, abdica dos pobres e se volta totalmente para as empresas*” (SOUZA, 1999: 41). E “*se o Estado não pode ser solidário e a empresa não pode ser altruísta, a chamada sociedade não tem quem a valha*” (SANTOS, 1997a: 17). Essa é também a manifestação nova do processo de alienação do território brasileiro: “*a alienação dos territórios está ligada à forma como as populações se vêem envolvidas pela política das empresas. Se participar das decisões da política do Estado sempre foi um problema para a maioria dos brasileiros, participar da política das empresas está fora de questão*” (CATAIA, 2001: 218). Qual o compromisso social que poderíamos cobrar das empresas, quando até mesmo o Estado tem diminuído sua capacidade de ação sobre as corporações?

As Agências de Regulação determinam políticas nacionais que têm que ver com todo o território, e que se preocupam mais com o “mercado” - as empresas - do que com os cidadãos. Com as Agências, “*as grandes corporações interferem para fazer a política que é transferida para um local fora do acesso da cidadania. A política passa a ser feita pelas grandes corporações, e como o cidadão não vota nessas empresas, a política escapa do âmbito da cidadania*” (OLIVEIRA, 2003). São os abusos dos funcionários e das instituições sem mandato de que fala Milton Santos (1987). O Presidente da República, eleito pelo voto, não pode alterar aspectos fundamentais da regulação e do oferecimento dos serviços à população, uma vez que as Agências são autônomas e os contratos de que elas cuidam parecem inquestionáveis.

7. Uma leitura geográfica da privatização: estado, empresa, classes... ou uso do território?

Não se pode mais, dada a complexidade das relações, considerar o Estado como única fonte de poder, ou como o *agente* principal de poder, como insistira uma Geografia Política clássica²², cuja crítica é desenvolvida por RAFFESTIN (1993 [1980]), alertando que se considerem as outras manifestações de poder diferentes daquelas diretamente derivadas do Estado. Mas é na proposta metodológica de SANTOS (1999: 21) que nos inspiramos, de que *“a noção de poder não seja estudada somente a partir do Estado, porque, na realidade, o poder maior sobre o território deixa de ser do Estado e passa a ser das grandes empresas”*.

Certamente também reside em sua onipresença na vida cotidiana o fato da primazia das análises centradas no Estado. São também atrativas, ao permitirem com maior facilidade análises com bases nas informações que as instituições estatais produzem sobre si mesmas, sobre suas ações, sobre todos os elementos do território. Informações que servem à reprodução do controle estatal do território e cuja posse e acumulação lhe são fundamentais, pois o recenseamento do território, para RAFFESTIN (1993 [1980]: 69) é *“uma informação sobre um estoque de energia. Uma energia que a organização estatal vai integrar em suas estratégias”*. Num primeiro momento, a estatística do território, de sua população, podia servir para fundamentar o sistema de impostos ou o contingente militar, mas hoje está presente em todo projeto de intervenção territorial. A evolução técnica permite que hoje se possa obter informações mais variadas, em maiores quantidades e com mais rapidez. As empresas também planejam suas ações a partir de pesquisas e consultorias nos territórios, otimizando seu circuito espacial produtivo e seus círculos espaciais de cooperação. Para aqueles que os detêm - estados, empresas - tais bancos de dados servem ao exercício da coerção: *“em geral, a organização que o detém [o arquivo de dados] não consegue resistir ao desejo de explorá-lo para afirmar ou reforçar sua posição. Mas o Estado não é o único em causa; as empresas, as igrejas e os partidos dispõem de vastos repertórios nominativos para usar em suas propagandas”* (ibidem: 70).

²² De fato o Estado nunca foi, nos diferentes momentos da história, a única manifestação do poder. Tal crença pode ter existido de uma impossibilidade científica de compreender a multidimensionalidade dos eventos, dos agentes, das manifestações de poder, ou mesmo ser resultante intencional da disseminação de uma determinada visão de mundo.

Há então um certo deslocamento da discussão central sobre o Estado, opondo de um lado aqueles para quem ele é hoje mais regulador, autoritário, daqueles para os quais ele hoje é mais ineficaz. Essas duas 'vertentes' de análise são apresentadas por Boaventura de Sousa SANTOS (1997: 115). Há, no entanto, que se centrar numa discussão anterior, que é aquela que revela, no mundo com a complexidade que tem agora, as solidariedades nas quais o Estado atua, quais os outros agentes aos quais ele se associa para construir, nesse momento, sua hegemonia. Antes de especular sobre a maior ou menor eficácia de sua função social, cabe pensar naquilo que hoje o caracteriza.

Boaventura de Sousa SANTOS (ibidem: 116) formula ainda três críticas principais às dificuldades e limitações das ciências sociais em analisar o Estado:

1. Continuamos a analisar os processos de transformação social característicos do final do séc. XIX, com recursos e quadros sociais do séc. XIX;
2. O Estado-nação continua sendo a unidade de análise e suporte lógico da investigação, pondo secundariamente os acontecimentos das escalas locais e globais;
3. As teorias sociológicas (e por que não também as geográficas?) continuam sendo derivadas das experiências dos países centrais.

Desde o seu surgimento o Estado é um instrumento de coerção, de opressão de uma classe por outra classe. Porém as situações agora são mais complexas e as solidariedades criadas para a realização dos projetos envolvem agentes diversos com suas diferentes potencialidades de uso do território. Por isso a análise aqui desenvolvida parte do território e não de classes sociais, da organização das empresas ou mesmo do Estado. Mas não do território em si mesmo e sim dos seus usos (SANTOS, 2002 [1993]), que são a efetivação dos projetos dos agentes sociais que compartilham ou rivalizam interesses. O Estado e as empresas dominam os fundamentos materiais e não materiais permissionários da difusão de hegemonias no território, e é por esse motivo que merecem atenção. Entretanto, há

também que se dar luz à ação de outros agentes, cujos poderes não apresentam tanto visibilidade ou não se fazem hegemônicos. A hegemonia dialeticamente compartilhada entre Estado e empresa no Brasil não é inquestionável, já que o território revela a sucessão de crises dessa hegemonia, como veremos adiante. Como debate Milton Santos (2000), a parcela da nação considerada passiva, hegemônica, é ativamente produtora de um projeto que se contrapõe ao que hegemonicamente existe.

Para Ortega Y Gasset 1973 [1926], apenas o homem é capaz de inventar, mas quando este projeto é posto aos outros indivíduos, à sociedade, ou seja, quando o uso realiza-se, ganha o sentido de um *fato social*. Para que um uso se constitua, não é mister que todos estejam de acordo (ibidem). O uso do território revela ações, normas e materialidades constantemente recriadas que atendem aos desejos de seus agentes, compreendendo desde os interesses pessoais da sobrevivência dos indivíduos, da política de amplo alcance do Estado até os anseios da reprodução do capital como objetivo das corporações e como lema da modernização. Por isso o território, como categoria social, é revelador de desigualdades que podem ser apreendidas a partir do seu uso. É o que Maria Adélia de Souza (2000: 5) denominou “Grito do Território”. *“Qual o motivo dessa denominação? Isto se dá porque os números, como contas públicas, índices inflacionários, saldos de balança comercial, podem apresentar-se ‘equacionados’ a partir das negociações que o país mantém com seus credores, mais precisamente com o Fundo Monetário Internacional. Mas, a geografia escancara o que os números escamoteiam, ou seja, a paisagem geográfica e os seus significados (sua essência) são reveladores das desigualdades sócio-territoriais²³”*.

²³ “Quando o governo diz que a inflação diminuiu, ele pode repetir o quanto quiser. A população não leva mais a sério. Quando o governo mostra um sistema de valores macroeconômicos que funciona às mil maravilhas, quem da população se impressiona com isso? Só os que vivem disso. A população recebe diariamente o bombardeio econômico feito pela mídia, mas não muda sua apreciação com relação ao que é sua própria vida. É isso que fica cada vez mais claro no Brasil e na América Latina” (SANTOS, 2002b [2000]: 104).

Quando o uso vira frequência, rotina, costume, o projeto que o criou, agora realizado, torna-se imperceptível à análise e à vivência menos refletida. E a realização do uso se dá, obrigatoriamente, no território. Assim é que o uso torna-se um hábito, conduta frequente que automatiza e estereotipa os indivíduos, como observou Ortega Y Gasset (1973 [1926]: 228), ou seja, que aliena, indissociavelmente, homens e lugares.

Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro (1991; 2002) falam da existência de uma *psicoesfera* e uma *tecnoesfera*. A *tecnoesfera* é a base material do espaço - sistema de objetos - enquanto a *psicoesfera* é sua base não material - o sistema de ações. O uso só pode realizar-se e principalmente tornar-se hegemônico - impondo hábitos, automações - quando possui comando sobre ambos simultaneamente. Dessa forma, o projeto que se implanta no território envolve objetos - novos ou já existentes - mas também as normas que permitem o funcionamento desses objetos. Envolve ainda o discurso que mostra à sociedade que aquele projeto é o melhor para ela.

A partir das bases técnica e normativa do território, o uso realiza o projeto pensado. O uso hegemônico impõe a todo o território um projeto que é egoísta e que ao envolver, como recurso, todo esse território leva-o à alienação.

A imposição do uso é ainda uma violência (Ortega Y Gasset (1973 [1926]), já que ele manipula, paira sobre as pessoas. A coação não é mais um atributo puro do Estado, mas daquele que exerce um uso hegemônico do território: “o ‘*poder social*’ funciona na coação que é o ‘*uso*’” (ibidem: 232). Acreditamos ainda que essa coação praticada no território pelos agentes hegemônicos se dá quando não é permitido escolher impunemente um comportamento diferente daquele que se impõe à coletividade. Os serviços e objetos técnicos privatizados manifestam isso. Vejam-se as rodovias ou os serviços de energia elétrica e telecomunicações: nas primeiras, não é permitido o tráfego sem o pagamento de pedágio; na segunda, o fornecimento em cada região específica corresponde a uma empresa exclusiva, da qual não se pode escapar, e da qual, desde que se necessite de energia elétrica, há que se submeter; já nas terceiras, o discurso de que a privatização traria liberdade de escolha ao consumidor não se realizou. Como uma única empresa assume, em cada região do território, a rede de telecomunicações e todos os seus clientes a ela já ligados e habituados ao seu uso, tem-se que de fato a empresa se impõe, mediando a partir do seu projeto as relações sócio-territoriais que utilizam essas redes e serviços.

Quando um uso se torna um hábito, quando automatiza-se - e diríamos que quando um agente cria as coerências necessárias entre o sistema de objetos e o sistema de ações de um território - é preciso criar as coerências de um novo projeto capaz de suprimi-lo. O desejo de mudar um uso dominante, de pôr ao mundo - ao território - um outro projeto é que impulsiona novos usos.

8. Integração do território: opressão, alienação e políticas privatistas

A necessidade de integrar o território, discussão sempre presente nas pesquisas geográficas e nos governos, apresenta uma dimensão muitas vezes inexplorada. A integração pensada apenas a partir das materialidades ignora o fato de que a psicosfera é indissociável à dimensão espacial, ou seja, que toda forma comporta um conteúdo. Há uma tendência, diz Milton Santos (2000), em separar uma coisa da outra. Mas, para superar uma interpretação da história a partir das técnicas e outra a partir da política, se faz fundamental levar em conta, ao mesmo tempo, os objetos e as ações.

Como o espaço que interessa é o *espaço banal*²⁴ (idem, 2002 [1993]), e não aquele só das redes, faz-se necessário, na construção de uma crítica aos usos perversos do território brasileiro, esclarecer quais os agentes de fato beneficiados pela integração do território, pois por si só a presença dos objetos nos lugares não significa um progresso social.

A integração do território brasileiro sempre acompanhou a sua internacionalização. A colonização já cria redes no Brasil. No entanto, elas são extrovertidas. Num salto na história, tomamos o início da globalização, na década de 70 do século XX: o território repleto de redes recebe uma nova cobertura técnica com as tecnologias da informação. No entanto, as redes continuam extrovertidas. Assim, a integração, incentivada pelas necessidades da produção, estimula a fragmentação do território.

Ricardo CASTILLO (2003) propõe que se pense em *três atos da integração do território brasileiro*, a partir da difusão de objetos técnicos que se sucedem desde a segunda metade do século XX. A radiotelegrafia e a aviação seriam os vetores do primeiro *ato da integração* proposto, uma vez que são as formas mais rápidas e eficazes, nesse momento histórico, de se manter a integridade e a integração do território brasileiro, exigindo, também, menos infra-estruturas. O rodoviarismo e a telefonia caracterizam o segundo *ato da integração*. As rodovias possibilitaram

²⁴ O *espaço banal*, noção que Milton Santos desenvolve a partir da proposta de PERROUX, é todo o espaço, o espaço da totalidade dos agentes sociais, todos os homens, instituições, organizações e empresas.

integrar as grandes regiões do Brasil aos centros de comando político e econômico do território, enquanto que a telefonia é nesse momento estatizada e centralizada, ou seja, a variedade de pequenas numerosas empresas até então existentes é transformada em patrimônio público e integrada aos projetos estatais. Já o terceiro *ato* ou *atual paradigma da mobilidade geográfica* (ibidem: 8) traz a incorporação das tecnologias da informação aos sistemas técnicos de fluxos materiais e imateriais.

Há que se considerar, no entanto, que as novas tecnologias agregadas ao território brasileiro trazem impregnadas novas intencionalidades que convivem e se articulam com o preexistente, pois o espaço é um *acúmulo desigual de tempos* (SANTOS, 1997c), ou seja, aquilo que num momento existe se edifica sobre as heranças deixadas da história, das características herdadas dos meios geográficos precedentes. Um novo período não apaga o anterior, mas cria novas variáveis a partir do que antes existia, permitindo novas solidariedades geográficas e novos usos do território. Assim, em cada lugar, num momento da história, aquilo que de fato existe é uma seleção de tudo o que existe no mundo como possibilidade (idem, 1999 [1996]). A radiotelegrafia e a aviação se fazem escolhidas, pois “*a impossibilidade material de estabelecer uma densa rede de ferro e rodovias é substituída inteligentemente pela rede de aerovias, que rapidamente cobre o país*” (RODRIGUES, 1947: 56). Além disso, efetivava-se, assim, a conquista do “espaço aéreo”, posse integrante do país e uma “condição vital” para o projeto hegemônico no momento (ibidem). Já a integração a partir da telefonia foi fortemente incentivada nos anos de 1960 e 70, impulsionada pelos avanços das tecnologias da informação e pelas necessidades das relações nacionais e internacionais, subsidiada na criação de uma estrutura governamental que projetou os princípios da expansão da rede. Em 1962 é criado o Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1965 a Embratel, em 1967 o Ministério das Comunicações e em 1972 o sistema Telebrás e a adesão à rede de satélites Intelsat. Nesse momento, “*mais de 900 empresas telefônicas, em todo o território, foram incorporadas pelo Estado, permitindo uma definitiva integração sistêmica da telefonia*” (CASTILLO, 2003: 7).

Porém, a existência histórica de um sistema técnico se dá na co-presença de outros objetos e outras ações. O rodoviarismo integrou o país na medida em que também o automóvel e o caminhão se disseminavam. O caminhão estabelece novas formas de relação entre as metrópoles econômicas e os centros regionais (SANTOS & SILVEIRA, 2001). *“Enquanto a economia e a sociedade se renovam, levando o país a crises políticas sucessivas, as bases materiais também se transformam, mediante a possibilidade de circular mais depressa e através de uma superfície muito maior que no período anterior”* (ibidem: 46). Por sua vez, a telemática, ou a integração digital, supre a debilidade de infra-estruturas na maior parte do território, colaborando para que a informacionalização do Brasil se acelere em relação à sua mecanização. Isso significa que as redes novas, aquelas que respondem pelas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação e pelas Novas Ortopedias Territoriais, apesar de serem recentes, encontram condições territoriais mais atrativas para sua difusão do que as técnicas mais antigas, como as da telefonia tradicional²⁵.

Essa nova integração do território, longe de ser uma decisão fundamentada em opções técnicas, é um direcionamento político dos novos equipamentos do território. Acelera, por sua vez, a ação de alguns agentes sociais: *“a partir dos anos 1990, novos sistemas técnicos comparecem (satélites, fibras óticas) e consolidam uma integração eletrônica (digital) do território brasileiro, segundo uma lógica e uma geometria obedientes aos propósitos, estratégias e projetos das grandes empresas nacionais e estrangeiras. A Lei Geral de Telecomunicações (Projeto de Lei n. 821-C de 1995) e a concessão dos serviços públicos de telecomunicações a empresas privadas vêm coroar o processo de modernização do setor no Brasil expandindo serviços domésticos e, principalmente, corporativos* (ibidem: 8). Assim, se a Constituição de 1988 instituiu o monopólio estatal nas telecomunicações, em 1995 é aprovada a emenda n. 8 que permite acabar com esse monopólio. Este ato permitiu que se aprovasse, já em 1996 a “Lei Mínima”, como ficou conhecida, que permitiu a entrada de empresas privadas competindo com as estatais na telefonia celular, e, em 1997 a Lei Geral de Telecomunicações substituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações. O território ganha cada vez mais fluidez.

²⁵ *“A incompletude da mecanização do território brasileiro, suas desigualdades sócio-territoriais, como uma herança, acabam condicionando sua própria informacionalização, não no sentido de dificultá-la mas, ao contrário, estimulando-a”* (CASTILLO, 2003: 23).

Todavia, a integração eletrônica não integra o território, entendido como *espaço banal*, mas o fragmenta, uma vez que permite, no caso da telefonia, que um número pequeno de empresas, utilizando a telemática, domine áreas do território, dividindo-o de acordo com seus projetos, como pode ser observado nos mapas em seguida apresentados. A integração, nesse momento, é suporte da privatização e impulsiona uma nova etapa da internacionalização do território. Tal integração internacional levou à desintegração nacional, a uma *integração perversa*, nas palavras de RICUPERO (2000: 22)²⁶.

A ação do Estado se manifestou territorialmente também no projeto de divisão da estatal Telebrás, que não é simplesmente o desmantelamento de um sistema técnico, mas sim a repartição do território em regiões leiloáveis, criadas conforme sua capacidade de satisfazer aos interesses do capital (dadas por suas combinações técnicas, científicas, informacionais e também por seu contingente humano, mesmo que nesse caso este contingente seja visto como mercado de consumo): “*assim o território é fatiado em pedaços nos quais os capitais da globalização usufruem de condições favoráveis de exploração*” (SILVEIRA, 2003b: 85). Tal ação do Estado preparou de antemão o território, dando as condições técnicas e normativas para os novos projetos de hegemonia dos grupos privados que chegavam. Criou-se uma regionalização descolada da realidade concreta do país, das suas desigualdades e necessidades, ou, melhor dizendo, das necessidades essenciais da vida, uma vez que consideramos que dadas as condições do momento histórico, comunicar-se e informar-se é uma necessidade básica, um desejo e um direito a ser realizado pelo Estado. Contudo, na prevalência da privatização, a necessidade de comunicação é imposta aos lugares e às pessoas. O “falso”, diz SANTOS (2002 [1978]), é imposto como uma adição ao “necessário”, como resposta ao interesse de alguns.

Os MAPAS 01, 02 e 03 revelam as áreas que o Estado brasileiro reservou para cada empresa. Como as decisões e as regras finais sobre a privatização foram tomadas pelo Estado, pode-se dizer que ele escolheu, facilitando ou dificultando a concorrência de tal ou qual grupo, quais empresas teriam prioridades de ação no território.

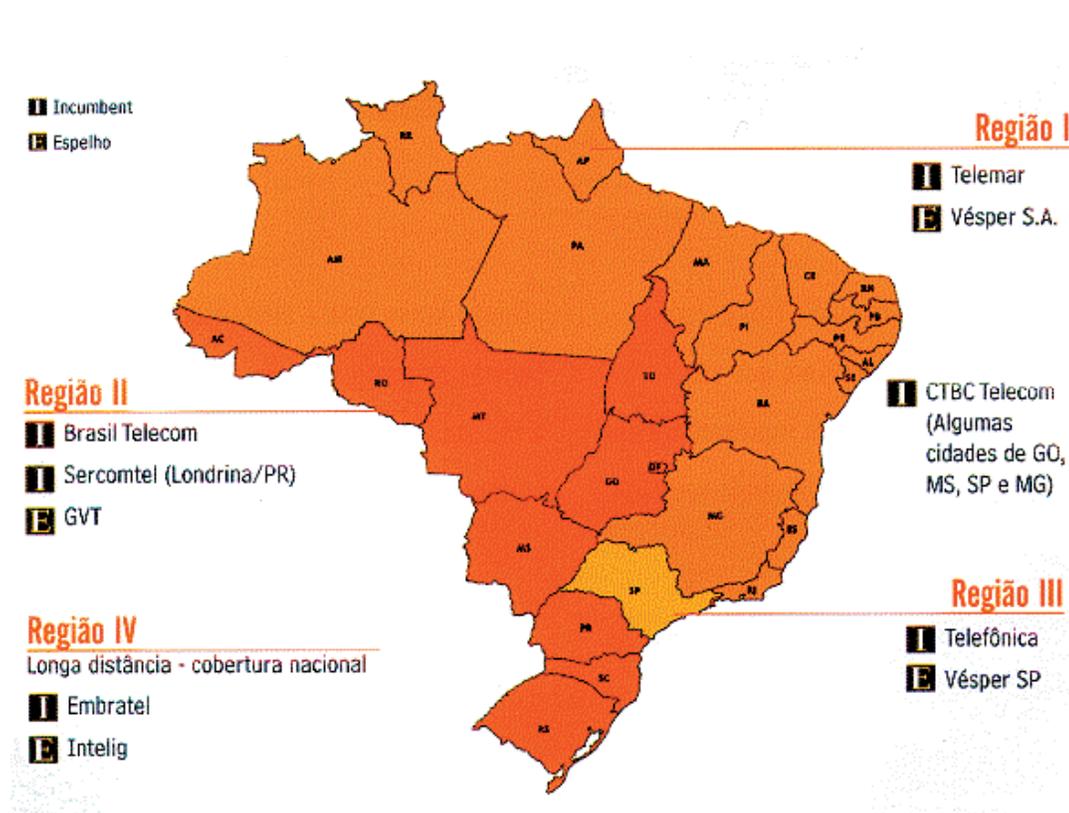
²⁶ Jorge BLANCO (1999) discute outra dimensão da integração internacional, a partir das redes ferroviárias argentinas e sua privatização. O autor constata que, com a privatização, abandonou-se um projeto nacional de integração com os países vizinhos, e que tal intenção também não existe nas obrigações das empresas. Por outro lado, as empresas é que desejam, a partir da presença em vários países, criarem, com suas redes, novas integrações. Assim é que uma empresa como a espanhola RENFE negociou, simultaneamente, com o governo paraguaio e o governo argentino. Como não obteve sucesso neste último, desistiu também de participar das privatizações paraguaias.

O MAPA 01 expõe quais empresas detêm o privilégio sobre quais regiões do país a partir do sistema de telefonia fixa. A Brasil Telecom, a Telefônica, a Telemar e a Embratel assumem com exclusividade as redes, os clientes, os estoques, as informações, as relações e os assinantes antes vinculados ao Estado²⁷. As empresas tiveram o monopólio territorial assegurado pelo Estado antes que, em cada região, fossem permitidas empresas concorrentes. Assim elas dividem o território.

Na telefonia celular se dá o mesmo. O MAPA 02 permite que se reconheçam, no território, as áreas reservadas para cada uma das empresas. Também nesse caso algumas empresas assumem o sistema estatal enquanto outras são empresas novas. O MAPA 03 captura um momento seguinte desse movimento, quando, após o ano de 2002,

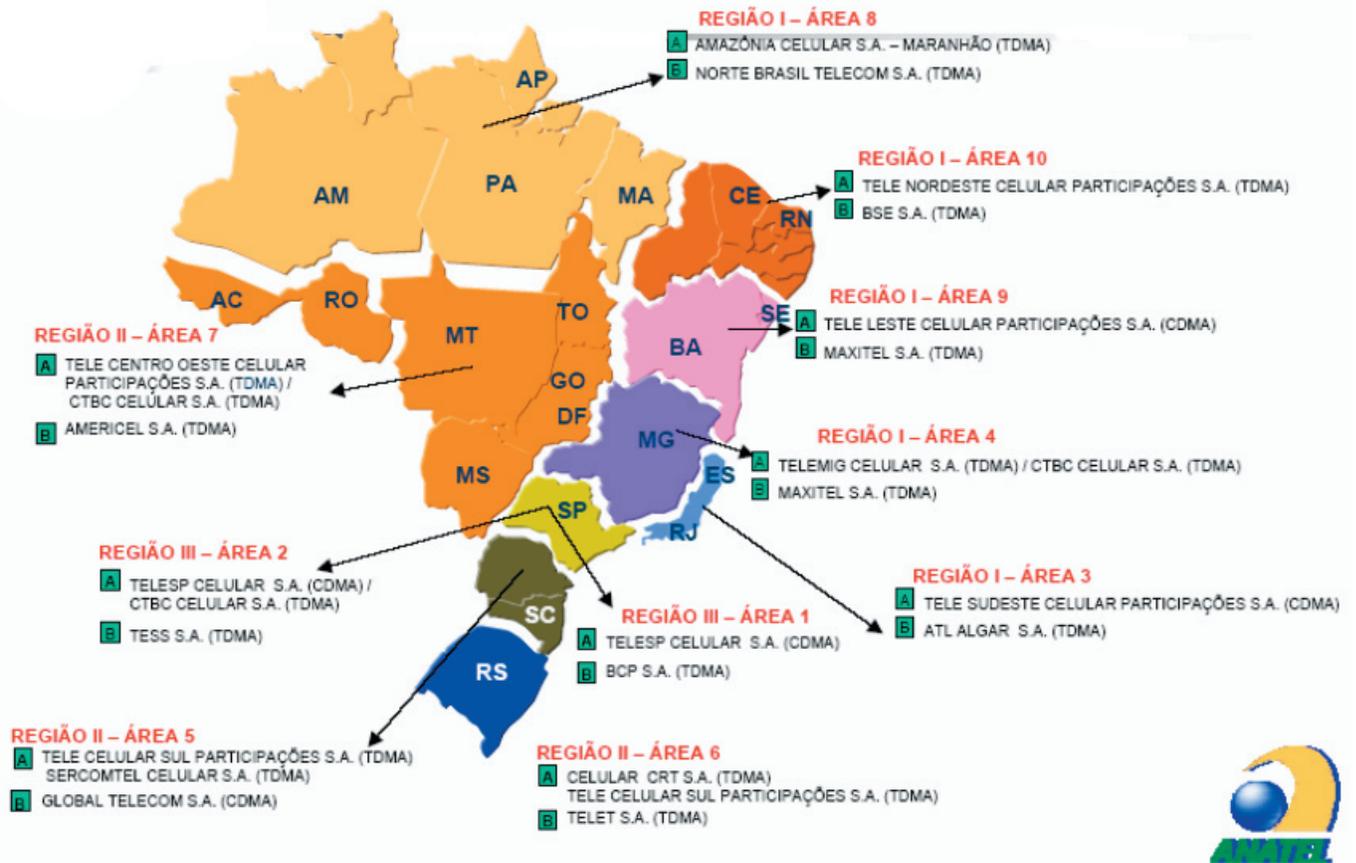
²⁷ Como se trata de uma concessão, o patrimônio material continua sendo público, devendo ser devolvido, assim como as benfeitorias, após o término do contrato, que é de 30 anos. O seu uso, entretanto, modifica-se radicalmente.

MAPA 01 - BRASIL: A fragmentação do território brasileiro. Áreas de outorga da telefonia fixa (1998)



Fonte: Atlas das Telecomunicações, 2003. Mapa sem escala.

MAPA 02 - BRASIL: A fragmentação do território brasileiro. Áreas de outorga da telefonia móvel - até 2002



Fonte: Anatel. Mapa sem escala.

MAPA 03 - BRASIL: A fragmentação do território brasileiro. A telefonia móvel após 2002



Fonte: Anatel. Mapa sem escala.

aumenta o número de empresas agindo em cada uma das áreas de outorga. Para a Anatel, esse mapa revela o aumento da concorrência entre as empresas. Para o território, é apenas a permissão de que novas empresas explorem seus lugares.

A divisão do território nesse momento responde às necessidades do modo de produção vigente e faz lembrar de pelo menos um outro período de nossa história, com a divisão do Brasil em capitanias que criavam um mapa dos donos de cada uma das porções do território, respondendo também aos interesses hegemônicos do modo de produção naquele momento.

Com a criação de consórcios para os leilões da Telebrás e as fusões, as empresas passam a ter ingerências umas nas outras (como pode ser visto nas TABELAS 01 e 02). Dividem, cooperando e competindo, projetos que envolvem a expansão de suas hegemonias pelo território: *“as operadoras ocupam monopolisticamente fragmentos do mercado e compartilham umas com as outras o acesso a cada fragmento, assim ganhando todas”* (DANTAS, 2002: 53). Nas palavras de Maria Laura Silveira (2003b: 85) esses *“são os monopólios territoriais, testemunhas do simulacro do livre mercado, pois a concorrência entre firmas globais se dá apenas no leilão das parcelas do território. Depois o Estado age como garantia da permanência do monopólio ou do oligopólio em uma dada região”*. Essa fragmentação do território pelo Estado apenas preparou-o para uma futura unificação privada²⁸. Isso é mais visível ainda na telefonia móvel, com a formação de grandes grupos a partir da fusão de empresas, caso da Claro e da Vivo²⁹, que atuam na maioria dos estados brasileiros. Na telefonia fixa, a legislação, ao menos até o momento, impede a fusão entre as operadoras regionais, todavia elas já pressionam para que tal norma seja modificada, como discutiremos adiante a partir da tentativa de compra da Embratel pela Telefônica, Brasil Telecom e Telemar, conjuntamente.

²⁸ DANTAS, 2002.

²⁹ A *joint-venture* Vivo foi criada em 2003 e uniu as sete maiores empresas de telefonia celular do Brasil sob comando da Telefônica Móveis e da Portugal Telecom. A Claro, comandada pela American Móvil (do grupo mexicano Telmex) também foi criada em 2003 a partir da fusão de 5 operadoras regionais.

tempo em que o espaço se mundializa, ele se fragmenta. Um espaço humanamente desvalorizado, reduzido a uma função (Frémont, 1976 citado por SANTOS, 1987), e um território recurso de empresas. Um novo impulso de internacionalização para um país que sempre teve redes voltadas para o exterior já que, como destaca DANTAS (2002: 129), *“as infra-estruturas de transporte da informação dos países periféricos serviram, basicamente, à inserção internacional de suas economias, fonte de matérias-primas e mão-de-obra baratas para os países centrais. Secundariamente, forneceram redes telegráficas ou telefônicas para as classes ricas e remediadas”*.

Nesses modos capitalistas, e portanto desiguais, é que a privatização, tanto em seu discurso quanto em seu aspecto reticular, é uma nova integração do território. Observe-se as metas de universalização, ou seja, o projeto de extensão da rede pelo território, uma nova integração opressiva, pois uma vez que a universalização é a extensão da rede das empresas, estas impregnam ainda mais a totalidade das relações territoriais. A universalização, de fato, tem mais a ver com a universalização do consumo e a necessidade de lucro das empresas do que com as necessidades dos lugares em se comunicarem. “Universalização” e integração do território não significam democratização do território.

Por isso, pode-se afirmar que a privatização integrou todo o território em um novo projeto, mas também o fragmentou com políticas corporativas opressoras de projetos alternativos. A opressão também utilizou um aparato jurídico, com medidas judiciais cujas finalidades eram aniquilar as legitimidades das discordâncias, recorrendo ao poder judiciário e garantindo os leilões. João Carlos PINHEIRO DA FONSECA (1998) diz que chegou a quase 700 o número de advogados mobilizados pelo Governo para assegurar a cisão da Telebrás. A violência foi também física, como no dia 29 de julho de 1998, dia do leilão, em que a força policial e militar tratou de “acalmar” as manifestações contrárias ao processo, fazendo valer, em frente à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, os pareceres das mais altas instâncias da Justiça. Como afirmam PILZ, RIQUELME e VILLALBA (2002) a privatização é uma forma de terrorismo de Estado, pois, conforme também observa SILVEIRA (2003b: 59), *“entregando a maior parte do*

funcionamento da economia ao setor privado, o Estado metamorfoseia sua ação numa lógica empresarial que supõe considerar o território como se fosse homogêneo. Diferentemente, as firmas desenvolvem políticas territoriais porque estão interessadas nas virtualidades dos lugares. De um modo ou de outro, o discurso da modernização inelutável socializa as novíssimas relações de dominação e, portanto, as grandes empresas auferem poderes legítimos no comando do novo aparato misto do Estado. Assim, mascaradas sob o discurso da flexibilidade, as normas políticas acabam por oferecer uma nova rigidez”.

Pode-se constatar que historicamente a elaboração de um pensamento geopolítico serviu à disseminação de uma visão única do sentido da integração do território, fenômeno revitalizado nas privatizações. Tal discurso fundamenta a reprodução de novas desigualdades mesmo que aparentemente proclama o contrário. A história da integração do território não existiu sem esse discurso, que pode ser trazido à análise a partir de alguns de seus teóricos.

Golbery do COUTO E SILVA (1981 [1967]), um general às vistas no governo e um pensador geopolítico do Brasil, dizia da necessidade de unir os *núcleos secundários e marginais* à lógica do *núcleo central*. Os primeiros, pouco povoados e desenvolvidos, caracterizam o Norte, o Centro-Oeste e partes do Sul e Nordeste brasileiros. Já o segundo, o núcleo central do Brasil, é representado pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, modelos de desenvolvimento e integração. É, pois, um desígnio de integrar *“o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre integrar realmente à nação”* (ibidem: 43). É o projeto de transformar o Brasil num grande ecúmeno, fazendo da implantação dos objetos nos lugares um recurso da estruturação da política e da economia. Para que seja mantida a integridade e o domínio do Estado no território é preciso que os lugares sejam integrados a um mesmo projeto. A eleição de tal visão integrativa do território exigiu governos menos democráticos, como no golpe de 1964, no qual, como protesta Milton SANTOS (1987), concomitantemente se espalham pelo território objetos técnicos e se reprimem liberdades sociais. Em 1998, já em plena vigência

³⁰ “... o instrumento de ação estratégica” [...] “só pode ser o que resulta da integração de todas as forças nacionais” (COUTO E SILVA, 1981 [1967]: 43).

nacional da democracia de mercado, a privatização das telecomunicações colocaria alguns dos lugares do Brasil par-e-passo ao que existia de mais moderno no mundo.

A tecnificação do território era uma escolha que se dava motivada tanto por uma necessidade econômica, quanto por um projeto político, e uma influência militar³⁰. Nesse sentido, para Lysias RODRIGUES (1947) é necessário fazer coincidir o espaço físico com o espaço político e o espaço econômico, sendo a integração e a comunicação entre todos os pontos do território um elemento essencial à manutenção da integridade territorial e da unidade política brasileiras³¹. Já em 1940, afirma LENHARO (1986: 57), Vargas pretendia confirmar o que já havia sido conquistado, fazendo, em suas palavras, coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas. *“Não é meramente casual o recurso de se mostrar um visual definitivo da Nação, um desenho geográfico que se repete constantemente nos mapas, uma geografia do Poder que só pode ser apreendida e interiorizada por todos a partir do sentimento de comprometimento e de participação em um só e memorizando (sic) espaço territorial nacional. O espaço físico unificado constitui o lastro empírico sobre o qual os outros elementos constitutivos da Nação se apóiam: a unidade étnico-cultural, a unidade econômica, política, o sentimento comum de ser brasileiro”*.

É ainda Golbery do Couto e Silva quem defende que a integração devia se dar seja por meio de ferrovias, rodovias, transporte marítimo, fluvial ou aéreo, pois o que de fato importava era a criação de *“postos avançados de nossa civilização, convenientemente equipados para que possam testemunhar a posse indiscutível da terra”* (1981 [1967]: 43) e que conduzam a um processo de ocupação efetiva e progressiva do território e de desenvolvimento econômico, na facilitação da circulação, da movimentação de mercadorias e idéias. A circulação *“vincula os espaços políticos internos ou externos, que conquista, desperta e vitaliza o território”* (ibidem: 35)³². Entretanto, o viés militar perdeu sua importância nos projetos de integração com a ascensão política das empresas. Os lugares integrados são constantemente fornecedores de sua situação a um poder de controle central - o Estado ou empresa - o que significa, necessariamente, que estão também recebendo alguma

³¹ Para Golbery (1981 [1967]), o Brasil integrado e com fronteiras protegidas, *“em condições de opor-se a quaisquer veleidades alienígenas de penetração”* (ibidem: 43), certamente seria um colosso do sul, o país que assumiria a liderança ao sul do equador e que guiaria, notadamente com os Estados Unidos, as políticas estratégicas mundiais. Já Lysias RODRIGUES (1947) vislumbrou o Brasil como uma nova *potência mundial*.

³² *El movimiento puede leerse como inestabilidad, origen y consecuencia del desarrollo socioeconómico, del deseo de aventuras, de descubrimientos, de conquistas, de colonizaciones. También como la búsqueda de ampliación de las opciones civilizatorias ante la impredecible y potencialmente amenazante naturaleza”* (MOLINA Y VEDIA, 1999: 13).

informação, uma norma que se impõe a esse subespaço. Mas isso não significa que o lugar passe a fazer parte, ativamente, da integração, compartilhando, no sentido das suas necessidades, do projeto que lhe é posto. É importante notar que se define, deste modo, uma hierarquia entre os lugares, com a imposição a todo o território de um projeto pensado a partir dos interesses de alguns agentes, fazendo da integração uma ação dotada de um sentido unidimensional, embora dependente de todo o território. A integração é, partindo da visão de quem é integrado, um evento externo de desarranjo das dinâmicas antes presentes nos lugares e regiões, uma forma e uma norma impostas.

A discussão caminha para uma reflexão à respeito de uma visão dominante na Geografia que dá mais importância, na análise da integração e do território, ao sistema de objetos que ao sistema de ações. Gostaríamos de, continuando o até aqui exposto, apresentar argumentos que fundamentam uma crítica à integração opressiva do território brasileiro.

As relações que se desenvolviam entre as ilhas do *arquipélago de economias* (SANTOS, 1994), até meados de 1930, possibilitavam uma integração, ainda que resultante de projetos individualizados e muito mais espaça. Pode-se propor, aliás, que essas seriam as características do primeiro momento da integração, sem esquecer que a ausência de objetos técnicos que integrassem o território, antes de ser puramente uma limitação técnica, também era uma decisão política. e mais que isso, uma situação geográfica. Certamente tal situação beneficiava os projetos de agentes econômicos vinculados às atividades dominantes que então se desenvolviam, mesmo que estas fossem restritas a lugares ou regiões. As iniciativas de integração de então tinham muito mais o alcance das relações que desenvolviam, não tendo sido sistematizadas e resultando de projetos individuais, isolados. Uma integração ao acaso, no sentido que ORTEGA Y GASSET dá a essa palavra³³.

É importante destacar a existência de outros agentes antes que o governo assumisse a integração, criando-a como uma necessidade nacional. Juan MOLINA Y VEDIA (1999: 18), desenvolve uma reflexão

³³ ORTEGA Y GASSET (1963 [1939]) filosofa sobre uma técnica do acaso, anterior à técnica do artesão e do técnico. Na técnica do acaso, “o homem primitivo ignora sua própria técnica como tal técnica” (p.75). Seria proveitoso um esforço para pensar um momento em que a integração é justamente uma integração sumamente escassa, que não chega a destacar-se da predominância do meio pré-técnico (SANTOS & SILVEIRA: 2001) relacionando-se mais com o entorno circunscrito da existência do que a totalidade do território.

acerca dos planos de desenvolvimento territorial e urbano de Buenos Aires. Este autor considera cinco períodos da história portenha, cada qual marcado por um projeto de alteração da realidade, mas adverte: *“Por cierto que existen también en todo momento planes, aunque no hayan sido formulados como tales. Pueden inferirse del estudio de los hechos, y se descubre cómo decisiones aparentemente sueltas forman en realidad una acción política totalizadora”*. Por isso há que se cuidar, como faz RAFFESTIN (1993 [1980]), de não fazer uma geografia dos estados, ou seja, de não considerar o Estado como a única fonte de poder no território, como o único agente a possuir um projeto integrador, hipótese que a integração corporativa do território possibilitada pela privatização das telecomunicações rechaça. O Estado fortifica a integração nacional para se contrapor aos projetos particulares de integração que fragmentavam o território. *“A ação do Estado rudimentar”*, afirma LENHARO, *“torna-se impositiva frente à fragmentação individualista e assume nítido caráter disciplinar contra a pressão desintegradora interna”*³⁴. Pois como observa REALE (2004), na situação brasileira tudo parecia levar ao desmembramento.

A língua, que é técnica e é norma, pois é ao mesmo tempo uma mediação construída e um meio de transmissão de informações para a realização da vida, pode trazer outro elemento à discussão: em um artigo publicado na Folha de São Paulo em 20 de julho de 2003 (*“A proibição da língua brasileira”*), José de Souza Martins discorre sobre uma matéria do mesmo jornal, de 18 de junho de 2002, em que a Anatel questiona a legalidade da transmissão radiofônica de uma FM Educativa de Campo Grande (MS) feita na língua *nheengatu*, uma vez que uma lei nacional de 1963 proíbe veiculações radiofônicas em língua estrangeira.

Muito provavelmente essa lei mencionada é em si uma decisão cuja intenção era criar uma coerência oral e escrita no território, uma forma de integrá-lo com uma mesma língua falada e uma mesma ortografia. No entanto cabe notar que ela age já sobre o que foi um outro passo da integração, conforme explica José de Souza Martins: *“o *nheengatu*, também conhecido como ‘língua geral’, a língua que se quer proibir, é a verdadeira língua nacional brasileira. O *nheengatu* foi desenvolvido pelos*

³⁴ LENHARO, Alcir. 1986: 66. O autor parte, nessa reflexão, da obra de Cassiano Ricardo *Marcha para o Oeste* (1940), quando este afirma que somente com a mineração a idéia de Estado se tornará impositiva como resposta à pressão fiscal, externa, e a multiplicação de interesses individuais, internos, garantindo uma existência coletiva.

jesuítas nos séculos 16 e 17, com base no vocabulário e na pronúncia tupi, que era a língua das tribos da costa, tendo como referência a gramática da língua portuguesa, enriquecida com palavras portuguesas e espanholas. A língua geral foi usada correntemente pelos brasileiros de origem ibérica, como língua de conversação cotidiana, até o século 18, quando foi proibida pelo rei de Portugal. Mesmo assim continuou sendo falada” (ibidem).

O nheengatu, primeiramente proibido pelo rei português e posteriormente pela Anatel, continua no entanto existindo em peculiaridades da fala do caipira de São Paulo e também no nordeste. Partindo da normatização com o desígnio de unificar uma informação, criou-se uma língua para todo o território, projeto que teve, de fato, sua empreitada exitosa³⁵. Todo objeto carrega consigo uma norma e toda norma - como a língua - se materializa em objetos.

A riqueza dessa discussão é que ela traz elementos que permitem vislumbrar outros aspectos da integração do território brasileiro e seu aspecto perverso. O propósito não é, como também ressaltou RAFFESTIN (1993 [1980]), de natureza lingüística, mesmo que se recorra às contribuições da lingüística, mas sim revelar como políticas públicas se direcionam por interesses não públicos. É importante dedicar um tempo de reflexão às situações presentes antes da segunda metade do século XX, quando, antes de falar-se em integração e integridade, conforme propõe Ricardo Castillo, reinava um *princípio de nacionalidade* (CHAUÍ, 2000: 17). Entre 1880 e 1918, esse princípio, fortemente influenciado por teóricos alemães, definia quando poderia ou não haver uma Nação ou um Estado-Nação, sendo que essa existência estava condicionada à necessidade de um território extenso e de população numerosa, pois casos contrários não poderiam promover à perfeição todos os ramos da produção necessários (ibidem: 17). Nesse momento acontecia, especialmente na Europa, uma unificação nacional associada a uma expansão territorial, e a língua tem já uma função fundamental para o projeto de território pensado: *“Todavia, o território em expansão só se unificaria se houvesse o Estado-nação, e este deveria produzir um elemento de identificação que justificasse a conquista expansionista. Esse elemento passou a ser a língua, e por isso o*

³⁵ Poderíamos mesmo pensar que o primeiro ato da integração teria sido, na história do Brasil, a sua denominação como colônia, a partir do seu achamento. E desde esse momento deu-se majoritariamente uma integração imposta e grande parte obediente a uma racionalidade externa.

Estado-nação precisou contar com uma elite cultural que lhe fornecesse não só a unidade lingüística, mas lhe desse os elementos para afirmar que o desenvolvimento da nação era o ponto final de um processo de evolução, que começava na família e terminava no Estado. A esse processo deu-se o nome de progresso” (ibidem: 18).

RAFFESTIN (1993 [1980]: 97), ao escrever sobre a língua e o poder, diz que essa é, sem dúvida, um dos mais poderosos meios de identidade de que dispõe uma população. Mas a língua apenas não basta, tratava-se de referenciar a vida diária a partir dos símbolos nacionais, rompendo as divisões entre a esfera privada e local e a pública e nacional (CHAUÍ, 2000). Criava-se assim o *caráter nacional*³⁶. A “*linguagem é um instrumento de poder da mesma forma que qualquer outro; não que possa ser o objeto de uma apropriação privada, mas pode ser manipulada, com mais ou menos eficácia. Mas o que essa eficácia pode significar? É que a língua é um modo de agir, é um modo de ação sobre o Outro. Cada língua é um instrumento de ação social e, nesse sentido, ela ocupa um lugar especial no campo do poder. Uma opressão lingüística, uma opressão por meio da língua é portanto possível. Essa opressão surge cada vez que uma língua diferente da materna é imposta a um grupo*” (RAFFESTIN, 1993 [1980]: 107-108). A língua em questão não é língua em si, mas a língua como expressão dessimétrica de poder, de desigualdades (ibidem: 104), e por isso é que podemos falar da integração lingüística como forma de opressão.

O nheengatu integrou lingüisticamente o território, mas de forma opressiva. Sua proibição, para que a língua portuguesa se tornasse a língua comum a todo o território brasileiro foi, novamente, uma integração opressora do território. A análise unidimensional da integração dos territórios é uma análise da ação hegemônica em sua história, ou seja, das situações que se tornaram dominantes no funcionamento da sociedade. Quando a diversidade é substituída por uma unidimensionalidade, a integração se realiza como opressão.

Não é somente a imposição da língua que cumpre um projeto de integrar e oprimir. MARCUSE (1967 [1966]) adverte também para a

³⁶ “Território, densidade demográfica, expansão de fronteiras, língua, raça, crenças religiosas, usos e costumes, folclore e belas-artes formam os elementos principais do ‘caráter nacional’” (CHAUÍ, 2000: 21).

tecnicização e o operacionalismo da língua, onde “*elementos mágicos, autoritários e rituais invadem a palavra e a linguagem. A locução é privada das mediações que são as etapas do processo de cognição e avaliação cognitiva. Os conceitos que compreendem os fatos, e desse modo transcendem estes, estão perdendo sua representação lingüística autêntica*”, ou seja, o conceito tende a ser absorvido pela palavra, e não permite qualquer outro conteúdo que não o designado por ela no uso anunciado e padronizado. Os nomes das coisas passam a ser indicativos do seu modo de funcionar, às suas funções. Essa situação elimina, pela homogeneização, a divergência e obscurece as desigualdades sociais. A linguagem funcionalizada, abreviada e unificada, continua MARCUSE, é a linguagem do pensamento unidimensional, anticrítico e antidialético, que impede o pensamento conceitual antifuncionalista. Eis o caráter reacionário da integração exposto numa das suas manifestações perversas.

9. A mediação da formação sócio-espacial na tecnificação do território a partir da privatização

Não são apenas os objetos que devem ser considerados na análise do espaço e das suas concreções, já que idéias e materialidades são indissociáveis a todo evento. Por isso propomos pensar a integração do território, nos diversos períodos históricos, como a combinação entre as condições técnicas existentes e os projetos políticos almejados pelos diversos agentes sociais com suas diferentes capacidades de uso do território. Assim, a datação de um objeto num lugar é uma abstração, pois o objeto não pode existir sozinho, como se criasse uma realidade do mundo só para si. Mais importante que a datação precisa de um objeto, sugere SILVEIRA (2003), é questionar as ações que autorizam determinada técnica de sair do mundo como possibilidade e integrar o conjunto das vidas de um lugar. Por isso podemos dizer de uma idade do objeto que é fora de contexto, pois *“o objeto existe geograficamente em um lugar e, no momento em que nele se instala, ganha uma outra certidão de idade. O fato da inserção num determinado meio é diferente do fato de existir de forma absoluta como possibilidade de geografização ainda não realizada”* (SANTOS, 1999 [1996]: 125). Poderíamos falar das idades de um e de todos os objetos: o momento dos modos de produção quando, no mundo, surge a possibilidade de criar um objeto; o momento - idade - em que esse objeto se integra a uma formação sócio-espacial; e um terceiro momento, em que o objeto é localizado num lugar preciso (ibidem).

A rápida expansão da telefonia celular no Brasil (ANEXO 03), por exemplo, não pode ser analisada quantificando e congelando, no tempo e no espaço, os momentos em que essa tecnologia aparece. Trata-se de pensar a formação sócio-espacial brasileira, que, atendendo a um projeto de modernização técnica do território, modifica a legislação para que o uso de celulares seja permitido, seletivamente, nos lugares pelo Brasil. Portanto, embora interferindo nas relações cotidianas de países europeus e norte-americanos desde antes, a telefonia celular é autorizada no Brasil apenas no ano de 1990. Mas, nem todos os lugares do território dispõem, num primeiro momento, dessa nova possibilidade técnica: o início da telefonia celular se deu num lugar específico, o Estado do Rio de

Janeiro, e somente três anos mais tarde chegou ao Estado de São Paulo. Mais adiante, em tempos distintos, é habilitada em outros Estados da Federação, abrangendo desigualmente seus municípios.

Em 1996, a “Lei Mínima” autorizou a entrada de empresas particulares na telefonia móvel, e em 1998 a rede celular, recém privatizada, atendia 1.231 localidades em todo o território nacional, estendendo-se pelo litoral de norte a sul do país, interiorizando-se nos Estados da Região Concentrada³⁷ e criando pontos luminosos no restante do território. Antes de suprir necessidades comunicacionais onde outras redes eram escassas, a rede celular soma-se nos lugares já densos de outras redes de informação ou naqueles em que a dinâmica avançada da produção exige uma comunicação rápida e móvel, como no Centro-Oeste, onde as localidades ligadas à rede celular coincidem com o desenvolvimento de uma agricultura moderna, conforme observaram SANTOS & SILVEIRA (2001). A rede de celulares integrou e integra desigualmente os lugares do território, seguindo uma lógica empresarial. O telefone celular é um objeto que atende às necessidades informacionais e comunicacionais dos espaços luminosos: rápido e móvel, permite seu uso em qualquer lugar e a qualquer momento graças à sua rede rapidamente expandida nesses subespaços escolhidos - além dos telefones celulares mundiais via satélite e acordos de transferência entre operadoras em todo o mundo - realizando *just-in-time* e *just-in-place* (SANTOS, 1999 [1996]) a informação e a comunicação. Nos novos lugares modernizados, a rede celular pode chegar antes que as redes tradicionais. Essas características são uma chantagem ao seu uso, e por essa sua modernidade e utilidade, suas tarifas também são as mais altas.

³⁷ A Região Concentrada é a porção do território brasileiro em que o meio técnico científico-informacional está mais presente, e constitui-se dos estados de Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A denominação, de 1979, é de autoria de Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro.

O mesmo se dá com a normatização de diferentes bandas de telefonia, que utilizam tecnologias diversas de transmissão de dados. Os sistemas mais ‘antigos’ são baseados em tecnologia eletrônica analógica (substitutos da tecnologia eletromecânica) que transmitem voz, mas impossibilitam outros serviços. O sistema analógico obriga o uso de redes separadas ou equipamentos de conversão para a comunicação de textos e dados digitais, sendo que a convergência propiciada pela tecnologia digital permite ganhar velocidade e eficiência (ibidem). As empresas,

como mostram PENEDO e SOUZA PINTO (2000), têm se dedicado a preparar redes e tecnologias que priorizam os novos usos e serviços comerciais da transmissão de dados, e cada vez menos dão atenção à tradicional comunicação por voz e telefone.

A telefonia digital, presente em diferentes padrões normativos, torna possível, nos celulares, o envio de mensagens de texto, a transmissão de imagens, acesso à *internet*, a assinatura de serviços de informações tão diversos quanto os que tratam de futebol ou indicadores econômicos. Coexistem no Brasil quatro diferentes tecnologias. A **AMPS** (Advanced Mobile Phone Service), analógica, foi a primeira disponível, e está presente, em março de 2004, em 1,2% dos aparelhos. A tecnologia **TDMA** (Time Division Multiple Access), existente desde 1996, com 50,7% dos usuários e a **CDMA** (Code Division Multiple Access), com 29,9% do total de usuários. A tecnologia **GSM** (Global System for Mobile Communications), liberada em 2000, tem 18,3% do mercado³⁸. Cada uma delas opera numa frequência, em hertz, diferente. As diferenças entre essas tecnologias permitem, além do incremento dos serviços, a constituição de novas estratégias para as empresas.

Antes de ser uma questão técnica, a escolha dos sistemas adotados é política. Em junho de 2000 a Anatel aprovou as novas frequências para celulares: 1,8 GHz para as bandas C, D e E e 1,9 GHz para a telefonia de “terceira geração”³⁹. O debate sobre o uso do espectro de frequência envolveu operadoras, fabricantes e *lobbies* de governos europeus e estadunidense. Segundo o conselheiro da Anatel José Leite Pereira Filho, “o motivo principal que nos levou a essa posição foi alinhar o Brasil às frequências padronizadas pela UIT [União Internacional das Telecomunicações ou ITU - International Telecommunication Union] para os serviços celulares de terceira geração. Porque, para um país como o nosso, que não produz tecnologia, é melhor se alinhar às decisões internacionais relativas ao uso do espectro para nos beneficiarmos de uma grande economia de escala⁴⁰”. O que o conselheiro da Anatel não menciona, discussão aliás sem visibilidade permitida, é a hipótese de criação de um padrão brasileiro de uso do espectro, com prioridades brasileiras e tecnologias capazes de serem desenvolvidas nacionalmente.

³⁸ Ao mesmo tempo em que se torna um objeto fundamental para a vivência de uma certa modernidade, o telefone celular parece se tornar tão frágil como complexo. Foi desenvolvido um “vírus conceitual” (criado apenas para provar a existência de falhas nos sistemas) para celulares, batizado de *Cabir* e dotado de uma programação que o torna capaz de se transferir por tecnologia *wireless* - envio de dados sem necessidade de fios e cabos - (www.uol.com.br, 15 de junho de 2004).

³⁹ Cada banda representa uma nova frequência de utilização dos aparelhos. As novas bandas, vendidas em leilões, permitem a utilização de novas tecnologias antes inoperantes.

⁴⁰ In “A revolução da mobilidade. O celular no Brasil - de símbolo de status a instrumento de cidadania”. São Paulo, 2002. Edição patrocinada pela Telesp Celular e Global Telecom (empresas da Portugal Telecom).

A escolha feita torna o país dependente de mudanças internacionais, pois, como critica DANTAS (2002), quando um país não desenvolve nacionalmente a tecnologia que optou, importa os objetos necessários - os conjuntos técnicos - mas também os conjuntos culturais neles contidos. E assim a psicosfera é continuamente dotada de novos elementos, que reproduzem e ampliam sua presença no território. As grandes empresas internacionais trazem consigo seus círculos de cooperação, que são impostos ao território brasileiro⁴¹.

⁴¹ “Como preservar o gênio inventivo de nossa cultura em face da necessidade de assimilar técnicas que, se aumentam nossa capacidade operacional, são vetores de mensagens que mutilam nossa identidade cultural? Simplificando: como apropriar-se do hardware da informática sem intoxicar-se de seu software, os sistemas de símbolos que com frequência ressecam nossa raízes culturais?” (FURTADO, 2001: 24).

⁴² “É importante lembrar e reconhecer que as organizações e as corporações detêm uma grande capacidade de pressão, indução ou imposição. São poderosas e ubíquas tecno-estruturas mundiais, apoiadas em recursos científicos e tecnológicos de todos os tipos” [...] “Há uma espécie de orquestração mundial, de tal maneira que ‘globalização’, ‘modernização’, ‘racionalização’, ‘mercado emergente’, ‘produtividade’, ‘competitividade’, ‘lucratividade’ e ‘qualidade total’ parecem conjugar-se fluentemente, desenhando um mundo integrado, harmônico e ideal, como se realizasse gloriosamente ‘o fim da geografia’ e ‘o fim da história’” (IANNI, 2004c: 53).

A escolha do padrão tecnológico a ser utilizado é indicação da UIT, uma organização internacional que está diretamente ligada à *organização, regulação e usos* (trio sugerido por CASTILLO, 2003) do território brasileiro. Se por um lado instituições como o FMI e o Banco Mundial cuidam de “adequar” economicamente os territórios à globalização, a ONU a auxiliar na “democratização” dos Estados, a OMC na abertura dos mercados, a UIT se presta a “auxiliar” na standardização dos sistemas técnicos adotados pelos países e sua regulação correspondente, tornando-o apto a uma inserção financeira global⁴². A UIT auxiliou, pela standardização, a privatização no território brasileiro, pois os investidores internacionais puderam ter a garantia de que seus projetos globais, fundados em parte numa tecnologia de ação global, poderiam ser colocados ao território brasileiro. Assim vislumbram-se algumas das maneiras com que agentes representantes da lógica privada passam a ter poder de decisão. A UIT facilita também a entrada das consultorias no processo de privatização brasileiro do sistema de telecomunicações, já que em abril de 1996 o Itamaraty assinou com ela um convênio que resultou na contratação das consultoras Mc. Kinsey, Desdner Kleinwort Benson e Lehman Brothers, que contribuíram, de acordo com PINHEIRO DA FONSECA (1998), para a modelagem da privatização da Telebrás.

A Anatel, agente de regulação das telecomunicações, mantém suas decisões alinhadas às regras negociadas pela UIT, e não necessariamente ao que seria mais acertado às peculiaridades do território brasileiro⁴³. Num dos relatórios da UIT se pode ler: “Anatel began addressing the convergence phenomenon in 2001, when, with the assistance of ITU, the agency studied the impact of technological developments in the

telecommunications sector, including broadcast and information technology” (UIT, 2003: 3). Ou, em outro relatório, de 2001: “Anatel, con la ayuda de la UIT, está estudiando las repercusiones de los desarrollos tecnológicos en el sector de las telecomunicaciones, incluidas la radiodifusión y la tecnología de la información, sobre su organización” (UIT, 2001: 10).

⁴³ Fases anteriores da modernização do território já estavam atreladas a uma norma de funcionamento que era coordenada pela União Internacional das Telecomunicações. A disseminação do telégrafo nos diferentes países motivou a estandardização que permitiu a comunicação entre eles. Mais tarde o mesmo se dá com a expansão da telefonia e do telégrafo sem fio. Atualmente, o grande tema na pauta é a conversibilidade das diferentes tecnologias possibilitada pelas Tecnologias da Informação. “*The Union was established last century as an impartial, international organization within which governments and the private sector could work together to coordinate the operation of telecommunication networks and services and advance the development of communications technology. Whilst the organization remains relatively unknown to the general public, ITU’s work over more than one hundred years has helped create a global communications network which now integrates a huge range of technologies, yet remains one of the most reliable man-made systems ever developed*” (UIT, 2004, pela internet).

Com a adoção de padrões internacionais, as empresas não encontram, no Brasil, incompatibilidade técnica aos seus projetos. Segundo Luis Avelar, Vice-Presidente Executivo de Marketing e Inovação da empresa Vivo, a técnica de transmissão digital de sinais CDMA, escolhida pela empresa, permite às operadoras atender um número maior de usuários numa mesma frequência. Essa tecnologia, que é considerada de ‘terceira geração’ (CDMA 3G ou EVDO), tem permitido à operadora crescimento com baixos custos. De acordo com o Presidente da Vivo, Francisco Padinha, a empresa aumentou o número de seus clientes de 17 milhões para 22 milhões em apenas um ano. Essa tecnologia permite o acesso à *internet* móvel em banda larga, ou seja, em alta velocidade de transmissão de dados, imagens, vídeos, sons, textos e entretenimento a partir de celulares, *notebooks* e outros terminais “sem fios”. Pode também ser utilizado em associação com um sistema via satélite para localização, rastreamento e telemetria. O sistema de localização desenvolvido pela Vivo combina a tecnologia CDMA e o serviço GPS (*Global Position System*), por satélites, com a tecnologia de triangulação entre Estações Rádio-Base (ERBs), permitindo determinar a presença em áreas maiores e menores, e mesmo em interiores de construções (áreas *indoors*). A combinação de dados gerados por essas duas tecnologias permite localizar em mapas os locais e rotas escolhidas.

Já com um módulo de comunicação de dados baseado na tecnologia CDMA instalado em veículos é possível rastrear a trajetória de frotas inteiras ou veículos individualmente, com acompanhamento simultâneo pela *internet*. A teletmetria permite monitoramento do funcionamento de um sistema a partir da sua vinculação a um módulo de comunicação que, por meio de um *software*, coleta e tabula as informações solicitadas. É possível monitorar, por exemplo, a variação do consumo de energia

elétrica em um edifício. É o mesmo princípio tecnológico que permite ainda a automação de equipes de vendas, que coletam informações em pontos diferentes, mas alimentam um único sistema complexo que relaciona todas as informações coletadas individualmente.

Com o aprimoramento tecnológico, o telefone celular não apenas responde à comunicação falada, mas torna possíveis novos projetos e outros usos. Todavia, há que se evitar um deslumbramento com as tecnologias, que envelhecem e são substituídas por outras que farão coisas ainda não imaginadas. O louvor pelo que se pode fazer hoje é concomitante à violência que a engenharia do homem permite. Uma vez que a inventividade é atrelada ao mercado e desprovida de discussão política, as empresas comandam as demandas por novas tecnologias mirando o mercado e virando as costas para as necessidades dos lugares. A mesma empresa Vivo, um grupo atuante em 19 estados brasileiros e Distrito Federal, tem serviços que variam para as diferentes regiões brasileiras. Essa sua refinada tecnologia que apresentamos a pouco está presente apenas nos principais municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Bahia⁴⁴, que compõem de forma mais significativa o meio técnico científico e informacional.

⁴⁴ Informações obtidas em: *Vivo apresenta novas tendências da tecnologia CDMA na Telexpo 2004* em www.vivo.com.br; Silval Miguel. *Setor aposta em novas tecnologias e parcerias*. *Jornal da Cidade*, 09/05/2004. As citações de jornais e revistas seguirão, nesta pesquisa, a seguinte seqüência: nome do autor (quando houver), título da matéria, nome do jornal ou revista, e data. Acreditamos que essa forma dá ao leitor uma referência mais segura sobre temas recentes, e por isso mesmo muitas vezes encontrados apenas na mídia. Sabemos, no entanto, da possibilidade do jornalista ser aprisionado pelos interesses da empresa na qual trabalha.

Deixadas à vontade para a realização de suas políticas, as empresas passam a comandar as novas integrações do território nacional, influenciando grandemente as situações e os usos de todo o território.

*Segunda
Parte*

Situações e usos do território brasileiro

1. O discurso do convencimento - a constituição de uma psicoesfera

Mas como pode o território tolerar tamanho desrespeito à sua existência? Essas novas situações não teriam apresentado sucesso se, além do controle sobre as redes nacionais, não houvesse um controle sobre a difusão de ideários que convencessem a aceitação do projeto. Trata-se portanto de uma forma contemporânea de opressão. Difundiuse primeiro a idéia de que o Estado é um enrosco ao desenvolvimento econômico para, em seguida, apresentar a privatização como a solução aos problemas nacionais. Nesse momento, enquanto a privatização era pauta nas discussões da política institucionalizada, criava-se, no cotidiano brasileiro, uma psicoesfera que preparava os espíritos para a nova concepção política que tomava forma.

Tendo o Governo Federal um projeto que almejava tornar privado o patrimônio público, apoiado por Estados, empresas e organizações nacionais e internacionais, era necessário que também houvesse uma justificativa a ser dada à população que é quem lida, no seu dia-a-dia, com os serviços e infra-estruturas envolvidos no processo. Assim, ao mesmo tempo em que se sucediam discussões, Medidas Provisórias e Leis numa esfera política restrita, introduzia-se, na esfera política ampla - o cotidiano dos lugares - a necessidade da privatização que era associada à melhoria da vida. Uma vez que este período histórico é marcado pela informação, a psicoesfera, constata RIBEIRO (1991), acaba por anteceder a tecnoesfera.

Nesse sentido, cabe dizer da grande influência da mídia. Como são grandes empresas privadas, os grupos de telecomunicações podem se beneficiar com a privatização uma vez que se tornam possíveis novas cooperações em todo o território nacional. Os partidos que apoiaram especialmente os governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso também cumpriram sua função nessa situação, bem como os *lobbies* que presionaram a favor da desregulamentação das telecomunicações, que foi defendida, de acordo com DALMAZO, (2001), pela Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica (Abinee), a FIESP

(Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a Associação Nacional dos Usuários de Telecomunicações, que reunia, entre outros, a Varig, a IBM, o City Bank e a Federação Brasileira dos Bancos.

Mas é de antes que se difundem as posições favoráveis à privatização. Para PINHEIRO & GIAMBIAGI (2000: 16-17), *“pode-se considerar que o processo de diminuição da participação do Estado no Brasil remonta a 1974, quando o ex-ministro da Fazenda Eugênio Gudin, um conhecido liberal, foi escolhido como ‘Homem do Ano’ pela revista Visão, uma publicação muito influente na época (Lamounier e Moura, 1983). Na ocasião, Gudin observou: ‘vivemos, em princípio, num sistema capitalista. Mas o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos regimes comunistas’. Depois desse discurso, O Estado de São Paulo, um dos mais importantes jornais do Brasil, publicou uma série de 11 artigos sobre ‘O Caminho para a Estatização’. A comunidade empresarial organizou então diversos protestos públicos, que ficaram conhecidos como ‘Campanha contra a Estatização’”*. Assim revelam-se fragmentos que permitem captar, nas diversas esferas, instituições e organizações sociais, o projeto que tomava forma.

Cabe igualmente destacar a ação, na proximidade do leilão da Telebrás, da ONG *Associação Brasil 2000*, que financiou campanhas publicitárias na TV e no rádio a favor da privatização no mesmo período em que o governo federal estava judicialmente impedido de fazê-lo (entre 19 e 29 de julho de 1998). A ONG foi financiada pelas empresas que compraram a Tele Norte Leste, que teriam doado R\$ 500 mil; as que compraram a Tele Centro Sul (doação de R\$ 500 mil); e Telesp Celular, que doaram R\$ 200 mil. A estratégia usada pela ONG foi, além de propagandas nos intervalos da TV, comprar os tempos de propaganda de apresentadores de programas na televisão e no rádio nos dias 27 e 28 de julho de 1998, ou seja, nos dois dias antecessores ao leilão da Telebrás. Assim os apresentadores Hebe Camargo (SBT), Ratinho e Ana Maria Braga (ambos na Record) falaram, no decorrer de seus programas, como que em um bate-papo, sobre as vantagens que a privatização traria para a vida dos brasileiros. As falas foram na verdade baseadas em textos escritos

pela agência de publicidade DM9, a mesma que idealizou a campanha presidencial de Fernando Henrique Cardoso, e podem ser lidos no ANEXO 05.

Já durante o prazo permitido para que o governo fizesse campanha defendendo seu projeto de privatização, parte da verba publicitária da Telebrás (cerca de R\$ 36 milhões) foi utilizada em campanhas pró-privatização, que também foram pensadas pelas agências DM9 e D&M⁴⁵. Nesses casos, a psicoesfera criada parece agir sobre a população de acordo com a receita dada por Madsen PIRIE (1988) e aplicada na Inglaterra, que, entre outros preceitos, sugere que se identifique as fontes de objeção à privatização e se faça a política necessária para superá-las.

Com a privatização, o Estado - com sua capacidade inigualável em organizar e regular o território - fomenta o uso do território como recurso de algumas empresas selecionadas, criando áreas preferenciais para suas ações. Dessa maneira, tais empresas se fazem presentes nos lugares não mais somente a partir da esfera privada, mas também da esfera pública, pois impõem-se a partir da prestação de serviços públicos. Desse momento em diante, os acontecimentos dos lugares passam a ser mediados por regulamentos ditados por essas empresas. Suas divisões territoriais do trabalho trazem aos lugares novas normas e formas. Seus objetos, seus serviços e a sua ideologia se tornam indistinguíveis, e as empresas passam a deter uma rede privilegiada para a difusão de conteúdos na vida dos brasileiros.

Marilena Chauí fala de como, na gênese cultural brasileira, está presente o domínio da ação pela classe dominante, muito hábil em barrar os interesses dos agentes antagônicos, impondo seu projeto de hegemonia. Com a privatização das empresas estatais não ocorreu algo diferente. Assim, a privatização é projeto de Governo que se sustenta nos pactos com as classes, empresas e instituições dominantes do país e do estrangeiro, privilegiando alguns usos corporativos do território. O convencimento se dá, pois, *“de um lado, os mass media monopolizam a informação, e, de outro, o discurso do poder define o consenso como unanimidade, de sorte que a discordância é posta como perigo, atraso*

⁴⁵ PINHEIRO DA FONSECA, 1998; *Novas Teles pagam campanha pró-FHC*. Folha de São Paulo, 21/11/1998; Ivan Finotti. *ONG pagou R\$ 216,6 mil por declarações*. Folha de São Paulo, 28/11/1998; Élio Gáspari. *O show de Truman Cardoso*. Folha de São Paulo, 02/12/1998; Fernando Godinho. *Verba publicitária vem desde outubro de 97*. Folha de São Paulo, 03/07/1998; Radiobrás, 24/11/1998 (www.radiobras.gov.br).

ou obstinação vazia” (CHAUÍ, 2000: 92). O pensamento único parece ser cada vez mais inevitável, e o convencimento faz ver como se não houvesse outra escolha de desenvolvimento e de vida. Constitui-se, atualmente, conforme SANTOS (2000), um verdadeiro globalitarismo⁴⁶, de cuja racionalidade parece não haver alternativa senão a crise insuperável ou a morte catastrófica de um povo. É também sobre essa característica dos tempos que nos fala BORON (2004: 6), discutindo que a pertinência do *possibilismo* conservador, “filho predileto do pensamento único, é que nada pode mudar, nem mesmo em um país com as condições excepcionais do Brasil. Ensaïar o que está fora do horizonte do possível e abandonar o consenso econômico dominante, asseguram alguns burocratas, poderia expor o Brasil a penalidades terríveis que liquidariam o governo...”. Assim é que se acaba caindo e vivendo num imobilismo, em que os governos terminam assumindo como tarefa fundamental a decepcionante administração das rotinas diárias (ibidem), predominando uma não-filosofia da não-mudança (SANTOS 1987).

Ana Clara Torres RIBEIRO (2002), inspirada em Gramsci, fala de como o convencimento, além da coerção, é fundamento para a hegemonia: “a luta por hegemonia está relacionada ao convencimento da sociedade de que de fato o seu projeto para ela - sociedade como um todo - é melhor do que aquele projeto que está sendo implementado, e isso começa antes da conquista do poder. A luta pela hegemonia se dá no território da cultura, dos valores e dos instrumentos de convencimento”. Portanto, a privatização das empresas estatais brasileiras não surge como necessidade legítima do povo brasileiro, mas se solidariza, a partir dos agentes hegemônicos brasileiros e das particularidades da formação sócio-espacial, a um movimento de expansão do modo de produção capitalista em sua dimensão global. O convencimento substitui a coerção e é por ele que o Estado brasileiro criou as condições imateriais para que posteriormente as empresas expandissem suas hegemonias pelo território. A informação, manipulada, vira engodo e define a nova violência desse período.

Aparentemente, a entrada de mais empresas regulando a vida dos lugares é alardeada como democratização, quando é apenas uma

⁴⁶ Ou uma globalbarbarização, como canta Tom Zé.

peça do alicerce de uma democracia de mercado, pois essa democracia trouxe, segundo observa Atilio BORON (2004: 4), não só para o Brasil, mas para toda a América Latina, “*a precarização do trabalho, o aumento vertiginoso da pobreza, a vulnerabilidade externa, o endividamento desenfreado*”. A democratização é mais eficiente que as ditaduras anteriormente existentes na América Latina no cumprimento dos compromissos de obediência externa. Aliás, segundo RIEZNIK (1992), a política dos governos “democratizadores” se adaptou perfeitamente à função de fiadora das dívidas e dos crimes dos regimes militares.

Acrescente-se que o convencimento se funda também na produção de um discurso científico, um *discurso competente* (CHAUÍ, 1982), mais especialmente sob o domínio de um discurso econômico que cria uma explicação dos processos sociais e que favorece a uma certa ação política⁴⁷. A privatização passa a ser mostrada, entendida e pensada simplesmente como um instrumento setorial de política econômica. Tal discurso e seus ideários acabam tendo, posteriormente, respaldo na legislação, esse aspecto legitimador fundamental da difusão de intencionalidades e permissionário de hegemônias.

Quando, de fato, a preocupação não está em se aproximar ao máximo da totalidade social e o conhecimento produzido é fragmentado, direcionado ou encomendado, encontram-se justificativas metafóricas. As metáforas também se apresentam como portadoras de uma explicação do mundo além daquela que podem dar, que seja: o inexistente, o fabuloso, imitativo, alegórico ou suposto. Melhor dizendo, as metáforas tomam o lugar dos conceitos na explicação da realidade e proliferam-se com uma base científica, ou transformista de ciência, sob o estímulo da difusão incessante de imagens e de novos conteúdos da psicosfera (SANTOS apud RIBEIRO, 2001: 34). As metáforas, agindo sobre a vida cotidiana, implicam na disseminação de uma visão de mundo ou numa ideologia que é absorvida sem sentir, pois atribuem a um objeto ou pessoa características de outro (HALLIDAY, 1987: 29), fazem do real o que ele não é, pois afinal, “*metáforas são simplesmente metáforas, isto é, dizem respeito ao concretamente inexistente*” (SOUZA, 2003b).

⁴⁷ Não se trata de toda a economia, mas de uma certa economia mais adepta à financeirização, à fragmentação e à matematização, mais ao agrado da reprodução das hegemônias atuais e por isso mesmo mais visível.

Observamos que grande parte da bibliografia que se dedica à discussão da privatização parte de visões fragmentadas e da economia, colaborando para expandir a confusão das mentes. Ao discutir os antecedentes da privatização no Brasil, autores como PINHEIRO & GIAMBIAGI (2000), do Departamento Econômico do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -, dão longa importância a uma determinada visão econômica, reduzindo a história recente da sociedade brasileira à variação de alguns índices, como inflação, dívida pública, investimentos e contas externas. Quando a vida é desconsiderada em sua totalidade, a contabilidade do território e as contas do Estado parecem ser tudo o que realmente importa. O uso do território, no entanto, revela que os números e os índices mascaram a vida cotidiana. A concorrência, que foi mostrada como o elemento que reduziria as tarifas, expandiria a rede e agilizaria os serviços, enfim, que melhoraria, para a população, a entrada e o uso do sistema de telecomunicações, nunca se realizou talvez à exceção de algumas grandes empresas que puderam negociar seus usos corporativos através de contratos milionários com as operadoras⁴⁸. A concorrência foi mais um engodo, um “*blabláblá dos ideólogos neoliberais*”, como diz Maria Conceição Tavares (1998), difundido pela imprensa, pela propaganda pública, por ONGs, porque afinal, como sublinha FURTADO (2000), com a transnacionalização dominando as estruturas da economia nacional, um sistema de concorrência pura e perfeita fica cada vez mais distante.

⁴⁸ As operadoras de telefonia disputam os grandes clientes. A Telefônica, por exemplo, ganhou de suas concorrentes a exclusividade pelas redes de comunicação dos Bancos Itaú e Banespa (DANTAS, 2002). A Embratel ganhou a licitação para a rede de telecomunicações do Banco do Brasil (Rosana Hessel e Riomar Trindade. *Embratel e Telemar vencem disputa*. Gazeta Mercantil, 16/12/2003).

As empresas de telecomunicações privatizadas tiveram como herança uma rede já montada e, num primeiro momento, a totalidade exclusiva dos clientes. Por sua vez, as empresas concorrentes - espelhos - não possuem, inicialmente, clientes e tampouco constroem uma nova rede. Assim, sem redes concorrentes, não pode haver concorrência entre as empresas; além disso, as empresas espelhos utilizam as redes das outras operadoras com as quais deveriam concorrer. Constituem-se então monopólios e oligopólios territoriais nas telecomunicações brasileiras. Um indicador mostra isso: no ano de 2003, passados 5 anos da privatização, a Telefônica possuía 98,7% do mercado no Estado de São Paulo, enquanto que a Vésper, sua empresa espelho concorrente, possuía apenas 1,3% do mesmo mercado. A Telemar possuía 97,5% do mercado na Região I, e sua

concorrente espelho, Vésper, possuía 2,5%. A Telemar estava presente, em 2002, em 3.052 municípios, a Vésper em 112 deles. Na Região II, a Brasil Telecom tinha 95,9% do mercado e estava presente em 1.832 municípios. já a GVT, com 4,1% do mercado, atuava em 62 municípios (www.anatel.gov.br; DANTAS, 2002b).

Acrescente-se também o mais importante, que a idéia de concorrência, aprimorada contemporaneamente para a de competição, é um dado do mercado global e não da cidadania, e portanto aumentá-la nada mais é que permitir que outras empresas usem o território para sua hegemonia, não tendo, a principio, nenhuma vinculação com preocupações cidadãs.

2. Consultorias privadas do patrimônio de um território

Mais do que uma simples alienação de patrimônios, as possibilidades de hegemonia sobre o território negociadas nas privatizações brasileiras envolvem outros agentes além do Estado e dos “compradores”. Inserida numa lógica capitalista internacionalizada, as privatizações implicam em novas possibilidades de usos corporativos do território, novas formas de reprodução de capital, “novos mercados”, na sua expressão mais vulgarizada e menos refletida.

As empresas de consultoria são fundamentais nessa situação, cabendo a elas uma espécie de mediação na venda das empresas⁴⁹. Para BERNARDES (2001) as consultorias (como empresas de *marketing*, publicidade, avaliação e desenvolvimento tecnológico) estão ligadas à crescente racionalização dos circuitos produtivos hegemônicos, interferindo na organização das múltiplas parcelas técnicas do trabalho distribuído no território nacional. Tratam-se de novos usos da informação, um saber que reorganiza o quadro preestabelecido onde se insere. Assim transformada, a informação é já elemento estruturante, fundamento de uma atividade econômico-social no quadro das relações de mercado (NORA, P., 1976; GONÇALVES, M. E., 1994 citados por BERNARDES, 2001). Explicitamente, as consultorias fornecem suporte técnico ao BNDES, com a preparação do memorando de informações e avaliação dos compradores potenciais, conferindo racionalidade técnica e credibilidade global ao programa. Existem duas categorias de atividades nas quais o BNDES cadastra as consultorias para a participação no Programa de Desestatização, de acordo com BERNARDES (2001b: 220):

1. categoria “A”, responsável pela análise econômico-financeira das empresas;
2. categoria “B”, responsável pela avaliação dos ativos patrimoniais das empresas.

Às consultorias enquadradas na categoria “A” cabem: “a) *análise*

⁴⁹ O ANEXO 05 traz uma relação das empresas de consultoria que participaram do Programa Nacional de Desestatização. Pode-se notar que as consultoras estiveram presentes na alienação de diversas empresas ligadas a variados recortes da produção, dos fluxos e dos fixos do território brasileiro.

da situação passada e atual da empresa e dos negócios em todos os seus aspectos; b) projeção do futuro da empresa em todos os seus aspectos, considerando cenários alternativos para as variáveis relevantes; c) projeção do desempenho econômico e financeiro das empresas nestes cenários, incluindo projeções de balanços, projeção de resultados, fluxo de caixa e projeção de origens e aplicações de recursos; d) cálculo do valor econômico atual da empresa nestes cenários, seja por desconto do fluxo de caixa operacional ou do fluxo de lucros; e) avaliação do valor da empresa em função do modelo de venda a ser adotado, por recomendação própria ou de terceiros, levando em conta, além do valor econômico, outros valores intangíveis e o valor de mercado de empresas voltadas à linha similar de negócios” (BNDES, 1999 apud BERNARDES, 2001b: 220). Por seu turno, as firmas da categoria “B” devem desenvolver o trabalho de avaliação: “a) de mercado, assumindo tempo adequado de venda, para a obtenção do maior valor de venda; b) de liquidação ordenada, limitando o tempo de venda a um período determinado; c) de liquidação forçada, supondo a liquidação imediata ou em curto prazo” (ibidem).

Ainda segundo Adriana Bernardes (2001) as empresas de consultorias estão presentes no Brasil desde o início do século XX. Mas, se naquele momento da história elas tinham uma função mais afunilada, apoiando os investimentos ingleses no Brasil, hoje elas sustentam os investimentos de diversos países, ou melhor dizendo, de diversas empresas multinacionais que em território brasileiro desenvolvem projetos e que atualmente participam das privatizações. “Somente com o advento da industrialização nacional é que haverá uma demanda efetiva por mercadorias organizacionais, isto é, uma demanda por aportes para a racionalização dos negócios. E hoje o novo contexto político, que parece buscar no ‘modelo de globalização’ novas formas de regulação da economia e do território, requalifica os conteúdos do sistema produtivo nacional, dinamizando ainda mais os circuitos produtivos de informações” (ibidem: 421).

Num período caracterizado pela informação e no qual a reprodução de capital e o corporativismo são o mote até mesmo das políticas públicas, deter informações e sistematizá-las é uma possibilidade refinada de lucros.

As grandes empresas multinacionais necessitam hoje, principalmente quando existe um acelerado processo de fusões, de uma ajuda intensiva das grandes empresas multinacionais de serviços jurídicos. Para ANTAS JR. (2001: 149-150), “tais conglomerados de serviços jurídicos realizam, neste contexto de expansão das corporações, a ação coordenada de fusões de multinacionais de modo a responder às exigências de uma nova reestruturação do setor financeiro e técnico das empresas; de acordo com a formação socioespacial onde estão instaladas as unidades produtivas e conforme as prerrogativas jurídicas de cada modelo de direito, bem como de cada ordenamento jurídico próprio a cada nação, o que exige a atuação das empresas de serviços jurídicos com vistas a promover a eficácia das corporações, evitando morosidade e custos altos inerentes a implementações que ignoram as realidades jurídicas de cada Estado territorial. Assim, à medida que as grandes corporações se difundem pelo planeta, as empresas de serviços jurídicos acompanham esse movimento”. A União Internacional das Telecomunicações (UIT) é também uma instituição que, como apresentamos anteriormente, possibilita acordos com consultoras.

⁵⁰ Francisco Gros, após ser diretor do Banco Morgan Stanley, consultoria que sustentou aspectos fundamentais do processo de privatização, foi nomeado, em 2000, Presidente do BNDES, o banco que, como dissemos, organiza a venda das empresas estatais. Envolveu-se então num escândalo em que foi acusado de favorecer, em uma compra da Petrobrás financiada pelo BNDES, a empresa norueguesa Aker Kvaerner, que desenvolve projetos de plataformas de petróleo. A acusação reside no fato do Banco Morgan Stanley (do qual Gros era diretor) ser o principal acionista da Aker Kvaerner (Hélio Contreiras e Osmar Freitas Jr. *Gros trabalhou no Morgan Stanley, que é acionista da Aker Kvaerner, que foi contratada pela Petrobrás...* O Estado de São Paulo, 18/09/2002).

Os preços dos leilões das empresas estatais são definidos pelo Estado a partir dos trabalhos de consultorias como o *Banco D. Kleinwort Benson* e *Banco Morgan Stanley*, ambos participantes do Seminário organizado pela Escola Nacional de Magistratura, em 1998, intitulado *Aspectos Jurídicos, Econômicos e Sociais da Privatização*. Durante sua exposição, Francisco Gros⁵⁰, então Diretor do *Banco Morgan Stanley*, explica o processo de avaliação de patrimônios públicos. Sua fala revela elementos que vão ao encontro da discussão que apresentamos: a privatização não é somente uma “necessidade” brasileira, mas também é uma necessidade de investidores internacionais, uma decisão que se atrela à mundialização do capital.

A *Morgan Stanley* é uma “organização de porte global” (GROS, 1998: 20), que em 1998 possuía mais de 47 mil funcionários em 28 países, *experts* encarregados de potencializar informações e conhecimentos globais, sistematizá-los e uniformizá-los, compatibilizando-os: “no fundo este jogo é conseguir comparar um ativo que está no Brasil com um ativo

que, de repente, está na Indonésia, porque os compradores serão em muitos casos os mesmos. Então, essa uniformização das informações é importante, e é importante tornar essas informações inteligíveis para os eventuais compradores. Ou seja, precisamos falar a língua deles” (ibidem: 20). As empresas de consultoria são, nesses casos, tradutores das relações Estado-mercado, ou, como diz BERNARDES (2001: 420), as corporações passaram a falar a mesma linguagem dos consultores, tirando o máximo proveito de suas intervenções⁵¹.

Como hoje a idéia de competitividade se sobrepôs à idéia de desenvolvimento e de progresso (SANTOS, 1996) não se exige e não se espera qualquer vínculo da empresa com a idéia do progresso de uma nação, embora os discursos das empresas⁵² e dos estadistas utilizem o argumento ao contrário, como se pode encontrar tanto na Guerra dos Lugares para atrair empresas quanto nas privatizações. O que verdadeiramente rege as decisões são as possibilidades territoriais mais rentáveis e asseguradas de lucro, este talismã da competitividade. Na privatização, “o que interessa, mesmo, é o potencial de receita e de valorização que este ativo vai poder lhe proporcionar daqui para frente - quanto é que isto vai me render. Esta é claramente a visão do investidor” (GROS, 1998: 21), este que é agora o responsável pelos serviços públicos.

⁵¹ Se as empresas e os Estados falam uma mesma linguagem, temos que para Roland Barthes (2004 [1977]: 12), a linguagem é um objeto onde se inscreve o poder desde toda a história humana. Portanto, para o autor, só pode ser ingenuidade ou má-fé aqueles que crêem utilizar a linguagem como um instrumento neutro, dócil e transparente.

⁵² Tereza Lúcia HALLIDAY (1987: 44) reflete sobre a retórica das multinacionais como elemento de sua legitimação, e considera que a *transcendência* é um dos três temas legitimadores de suas ações, juntamente com a utilidade e a compatibilidade. Nele, a empresa associasse a uma causa última mais nobre, ao futuro e ao bem-estar de todos, pondo falsamente de lado o objetivo primeiro de sua existência, que não é nada altruísta.

A avaliação de uma empresa à venda é, ainda para GROS (ibidem), resultado de julgamentos de valor dos mencionados *experts*, encarregados de traduzir milhares de informações numa equação matemática que dá um valor a todo o patrimônio, ou a sugestão de um preço mínimo, no linguajar corrente das privatizações. Uma das técnicas utilizadas é a de criar modelos de previsão do futuro.

A consultoria em questão, *Morgan Stanley*, adota como variáveis importantes: as necessidades futuras de investimento da empresa; quais os seus custos; qual a receita esperada para o futuro; a taxa de crescimento dos custos. Grandes abstrações da estatística, comprometidas com a reprodução de capital da empresa e descompromissadas com a totalidade do povo e do território, tampouco mencionados. Pode-se ainda observar o aprisionamento a um discurso econômico, ou à econometria, mas no

qual também estão presentes argumentos da economia neoclássica.

O discurso criado para sustentar a privatização parte da idéia de que os serviços públicos cuidados pelo Estado são ineficientes e de que as empresas privadas podem realizá-los com maior eficiência, ou seja, adotam o pressuposto de que o mercado é um ente perfeito, e que a alocação dos fatores pelo mercado é ótima e eficiente. São ações fundadas numa teoria estática, baseada na concorrência perfeita e em pretensas leis universais que ignoram as situações reais das formações sócio-espaciais. Outro ponto a ser destacado é que o Estado, nesse discurso construído, deve agir unicamente corrigindo as falhas no equilíbrio do mercado. A economia neoclássica, portanto, parte da idéia de que há dois agentes principais: os produtores, que objetivam maximizar a renda e o lucro e os consumidores, que satisfazem suas necessidades e aos quais cabe o prazer do consumo (com base em CANO, 2002). O Estado é falsamente considerado, na ideologia da privatização, um agente esporádico e de regulação, como se não fosse um dos grandes responsáveis por todo o processo. As Agências Reguladoras brasileiras, como a Anatel, institucionalizam essa visão de mundo⁵³, pois são instituições que fiscalizam o mercado a partir da sua racionalidade, uma vez que a elas cabe apenas fiscalizar - com base nos contratos - as ações das empresas, criar metas, organizar a concorrência do mercado e aplicar punições. BERNARDES (2001b) destaca, no discurso do BNDES e da maioria das consultorias, um neopositivismo exaltado no período da globalização, pois tal discurso parte da neutralidade dos agentes sociais e da legitimidade de um saber técnico.

Assim, a privatização é mostrada como uma abstração, uma relação entre fornecedores de serviços e consumidores abstraídos de suas situações. As situações referenciam os lugares das vidas dos indivíduos, que além de consumidores querem ser cidadãos. Passa a existir, dessa forma, uma política - e uma teoria que a fundamenta - a-histórica e a-espacial, contudo muito eficiente em seus objetivos. O espaço por sua vez aparece apenas como uma dimensão geométrica, do qual se extraem localização, centralidade, dispersão, fixos e fluxos. Um espaço assim pensado reforça o território como *recurso* e não como *abrigo*⁵⁴.

⁵³ Como a existência da Anatel se deve ao processo de privatização, nos parece que a Agência colabora para a difusão das metáforas que convencem que esse processo amplia a cidadania e a democratização do território brasileiro. Trata-se, para CHAUI (1996/1997), da difundida idéia liberal, “*velha de 200 anos, de que a cidadania se define pela liberdade de mercado e não pelos direitos sociais e políticos*”. O ANEXO 06 traz uma ilustração usada por Renato Navarro Guerreiro, ex-presidente da Anatel, para comparar o “dinamismo” do mercado com a “lentidão” do Estado, em uma palestra realizada em São Paulo em 13 de agosto de 2001.

⁵⁴ As idéias de território como *recurso* e como *abrigo* são desenvolvidas por Milton Santos (1997a; 2001) a partir do que propõe Jean GOTTMAN (1975?).

Costumeiramente são duas as empresas consultoras, independentes, a avaliar uma estatal a ser vendida. A partir dos valores que oferecem ao governo, este fixa um preço mínimo para o leilão, no qual os agentes interessados fazem suas propostas. As consultorias que venceram a licitação do BNDES para avaliar e modelar a alienação da Telebrás foram a Arthur D. Little (Coopers & Lybrand e Deloitte Touche), BrasilCom (Salomon Brothers, Morgan Stanley), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e Banco Patrimonial de Investimentos (BERNARDES, 2001b; PINHEIRO DA FONSECA, 1998). Mas não há uma metodologia única para as avaliações. Para Winston Fritsch, também participante do Seminário *Aspectos Jurídicos, Econômicos e Sociais da Privatização* (1998) e Presidente do Banco Kleinwort Benson, outra empresa de consultorias que tem como cliente o Governo brasileiro, “*não há dúvidas que a avaliação dos ativos é um trabalho eminentemente técnico, talvez o mais técnico de todo o trabalho dos consultores. Agora, isso não quer dizer que existe algo objetivamente determinável, que o consultor externo ou o BNDES, começa sua tarefa como quem vai medir a distância entre o Rio e São Paulo, ou, a velocidade da luz. [...] pode abandonar aqui toda esperança quem pense que vai entrar num exercício de avaliação e achar uma verdade absoluta. [...] Há de fato vários métodos [...] que são tecnicamente respeitáveis, mas a escolha final é baseada num consenso indicado por um intervalo de valores, uma escolha que pode ser política*”⁵⁵ (FRITSCH, 1998: 15).

⁵⁵ E continua Winston Fritsch: “... temos que ser humildes em relação a esses valores estimados porque o valor do negócio é fundamentalmente influenciado por incertezas. [...] Nem o maior empresário de telecomunicações sabe exatamente projetar as receitas que ele vai gerar comprando a Telesp. Qualquer banco ou consultor que fizesse, uma avaliação de uma empresa alemã em 1938, às vésperas da eclosão da 2ª Guerra Mundial ou de uma empresa brasileira em 1982, antes de agosto, às vésperas da crise da dívida certamente sobreavaliaria o ativo porque não preveria o efeito dos choques que afetaram as economias da Alemanha e do Brasil. Quer dizer, o futuro tem uma influência brutal sobre o fluxo de caixa projetado das empresas. Portanto, todas essas avaliações são baseadas em hipóteses, o que não quer dizer que elas não sejam tecnicamente corretas. Há que avaliar as hipóteses feitas sobre o futuro. Agora, isso é feito por gente respeitável, fundamentalmente por consultores que têm a sua reputação profissional em jogo, que ganham e vivem disso. Mas a verdade é que, se alguém perguntasse qual o valor desta empresa, a resposta

Essa reflexão é importante ao revelar a relatividade das técnicas e modelos de definição de preços e ao revelar que a escolha do preço é, em última instância, política, tanto quanto a decisão por privatizar, e, aliás, tanto como são os critérios escolhidos para a definição dos preços⁵⁶. Poderia-se mesmo perguntar: Um governo que tem interesse em vender suas empresas, refuncionalizando o Estado, lhes daria um preço menor para torná-las mais atraentes aos investidores? Nesse sentido, trazemos a contribuição de José Augusto DELGADO, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que faz o seguinte questionamento:

“*Tem me impressionado por demais, determinadas empresas que são avaliadas por x e no momento do leilão, critério que me parece*

razoável e de muita transparência, mas que estão recebendo propostas duas ou três vezes maior do que aquela avaliação. Ou os avaliadores ou aquela Comissão de avaliação avaliou aquele patrimônio de um modo desarrazoado, de um modo que não represente a realidade, ou aquela iniciativa privada que está adquirindo aquele patrimônio está partindo para uma aventura. Muito me preocupam as Comissões destinadas para tal avaliação. Penso que o critério de remuneração dessas Comissões deve ser modificado. Elas recebem, como todos nós sabemos, uma comissão pelo preço da avaliação. Esse preço, se alcançar 70% ou 80% do que ela fixou, ela recebe aquela comissão. É lógico que essas comissões tem interesse de avaliar por um preço menor, para que a empresa seja vendida. Essas comissões não tem nenhuma responsabilidade de avaliar pelo real valor que o patrimônio representa. É bem verdade que não podemos deixar de reconhecer que por melhor que sejam suas intenções, que elas têm interesse de que o lucro seja produzido, porque elas estão efetuando um contrato de risco” (1998: 81).

é: só Deus sabe. Embora se possa aproximar esse problema de maneira tecnicamente sólida” (FRITSCH, 1998: 16).

⁵⁶ Para BORDELEAU (1986 apud BERNARDES, 2001: 421), a consultoria é uma análise sistemática de processos, baseada em fatos a partir de métodos científicos, ou seja, é uma atividade típica do período atual. Acrescentaríamos que o discurso e a metáfora também caracterizam este período, produzindo engodos e divulgando fraudes como sendo a verdade. Assim, a escolha do ‘método científico’, da metodologia ou do indicador, aparentemente neutros, já induzem a uma diversidade de princípios, meios e finalidades tão diferentes quanto sejam as intencionalidades dos agentes envolvidos no processo de privatização das empresas estatais.

Aloysio BIONDI (2001) também revela a estranha matemática financeira utilizada pelo governo e pelas empresas de consultoria, pois o que acontece é que o preço de leilão das estatais não leva em conta o patrimônio que elas acumularam. Em lugar do valor dos bens da empresa, o que conta são os lucros que ela poderá oferecer em determinado período de anos (calculando-se todo tipo de faturamento que a empresa poderá ter subtraindo-se as despesas previstas e levando-se em conta ainda os juros que o investidor deveria receber, nos mesmos anos, sobre o capital aplicado). Assim, encontram-se situações como a das consultorias que haviam “esquecido” de incluir as receitas das empresas de telecomunicações em suas contas, o que, quando tornado público, levou o governo de Fernando Henrique Cardoso a aumentar de R\$ 11,2 bilhões para R\$ 13,5 bilhões o preço mínimo de venda. Correção que, ainda segundo Biondi, foi insignificante.

As consultorias possuem um poder que lhes permite influenciar decisões governamentais. Como o governo determinou que mais que uma empresa concorresse numa mesma área, as consultoras definiram que era necessário reduzir os preços como forma de compensar as possíveis

perdas de faturamento e lucro dos grupos investidores, bem como seus novos gastos por conta de novos concorrentes. Dessa forma, os preços mínimos foram reduzidos pelo governo em 24% para a telefonia fixa e 65% para a telefonia celular (ibidem).

Os valores pagos pelas concessões revelam um descompasso: ou as empresas foram mal avaliadas ou os investidores supervalorizaram seus preços, como podemos observar na TABELA 03.

TABELA 03 - BRASIL: Ágio pago pelos vencedores do leilão do Sistema Telebrás em 29/07/1998 (em ordem decrescente de valores)

Teles	Ágio(%)
Tele Leste Celular Participações S/A	242,4
Telemig Celular Participações S/A	228,7
Telesp Celular Participações S/A	226
Tele Celular Sul Participações S/A	204
Tele Nordeste Celular Participações S/A	193
Tele Sudeste Celular Participações S/A	138,6
Tele Norte Celular Participações S/A	108,9
Tele Centro Oeste Celular Participações S/A	91
Telesp Participações S/A	64,3
Embratel	47
Tele Centro Sul Participações S/A	6,0
Tele Norte Leste Participações S/A	1,0
CRT Celular	0,12

Fonte: DALMAZO, 2000: 225. Organização: Fábio Tozi

À exceção de três estatais (Centro Sul, Norte Leste e CRT), cujos preços pagos foram no máximo até 6% acima do preço mínimo, o que ocorreu nos leilões é que os investidores pagaram preços muito maiores que os mínimos propostos pelo Governo Federal com base nas avaliações das empresas de consultoria. O valor da Embratel foi elevado em 47% pelo investidor que a comprou (a estadunidense MCI), para a Tele Centro Oeste o sobrepreço foi de 91%. Mas para 7 das 13 empresas o ágio pago foi de, no mínimo, 100% (chegando a 193% na Tele Nordeste Celular), sendo que em quatro delas o ágio foi maior que 200% (Tele Leste Celular, Telemig Celular, Telesp Celular e Tele Celular Sul).

Um último argumento da ação das consultorias é o momento em que, depois de efetuados os levantamentos sobre as empresas, suas possibilidades e limitações, e depois de sua reestruturação econômico-financeira, é montada uma estrutura internacional criadora de relações que aproximam os grandes investidores internacionais ao governo brasileiro. O depoimento a seguir revela sutilezas desse momento:

“Depois de calcular o preço anunciado, publica-se o edital e não se fica sentado esperando que os compradores apareçam. No caso específico de uma das empresas elétricas de São Paulo, o que é feito? Os bancos ou consórcios produzem um documento de duas ou três páginas, dando as principais características da empresa e distribui isso para todos os potenciais interessados. Esse documento foi enviado para mais de 130 investidores, 40 nos Estados Unidos, 46 no Brasil, outros mundo afora, na Europa, na Ásia, na própria América Latina, de modo que se cubra um universo enorme de potenciais investidores. Não contentes, logo em seguida, uma equipe do consórcio e da empresa com representantes do Estado de São Paulo saíram em campo e foram visitar os potenciais interessados. Passou-se duas semanas e pouco visitando uma série de interessados na Europa e nos Estados Unidos, que são os principais mercados, oferecendo-se um calhamaço de 200 ou 300 páginas, com o máximo de informações possíveis sobre o ativo que vai ser oferecido, sobre a empresa.

São instalados os “data-rooms”, salas que ficam abertas durante um período de três meses e meio, permitindo que todo e qualquer potencial interessado venha analisar os dados da empresa que são colocados à sua disposição naquela empresa. É um processo longo e bastante lento.

No caso de São Paulo, o processo de venda se estendeu ao longo de seis meses. Não se fica sentado, esperando que o comprador venha, sai-se em campo para buscar os eventuais interessados” (GROS, 1998: 24).

A introdução das consultorias na alienação das empresas foi mais uma ocasião das ações de um governo privado do território brasileiro, pois um fragmento indissociável da sua vida, um patrimônio, foi transformado

em recurso e negociado pelas empresas internacionais de consultoria. Hoje essas consultorias ainda detêm, como destaca BERNARDES (2001b), bancos de dados privilegiados sobre o território, internacionalmente negociáveis. Como o que está em questão é um patrimônio público que solidariza todo o território, a sua privatização não é uma ação setorial, e as decisões que sobre ele são tomadas governam todos os lugares.

3. Privatização de empresas e privatização do território

Pode-se dizer que as instâncias públicas e não públicas de governo conduziram, com as privatizações de sistemas técnicos, à própria privatização do território brasileiro, ou seja, a sua organização, regulação e uso solidarizados para promover o benefício da reprodução do capital das empresas. A empresa privada envolve todo o território em sua dinâmica, forçando com que toda a estrutura da formação sócioespacial se mova no sentido do seu projeto. Mas a mudança estrutural também inclui modificar a forma, que contém uma função vinculada ao projeto. Nesse sentido, Milton Santos (2003 [1979]: 154-155) fala de três mecanismos postos em ação para, a partir da forma, modificar a estrutura:

- 1) a implantação de novas formas, antes meros suportes da estrutura mas agora geradores de novas funções que lhe são específicas;
- 2) a substituição de funções já existentes por outras mais ‘funcionais’ em termos capitalistas, por meio da ação direta em antigas formas que são extirpadas e substituídas por novas;
- 3) a execução de projetos de planejamento aparentemente isolados mas que, contudo, visam ao mesmo alvo: acelerar a modernização capitalista e frustrar, se necessário, projetos nacionais de desenvolvimento.

Cabe ainda mencionar que todas as formas são dotadas de uma estrutura que compromete o futuro, já que “*a nova forma introduz novos relacionamentos, uma dependência crescente que, daí por diante, impelirá a formação sócio-econômica em direção a uma mudança estrutural muitas vezes fundamental*” (ibidem: 165). Nesse momento, em que se modificam as condições pré-estabelecidas, em que o evento age e impõe uma nova situação, é que a dinâmica dos subespaços interioriza o projeto posto.

À idéia, majoritária, de que a privatização é de setores econômicos, opõe-se a idéia de sistema pela qual não podemos isolar e dar vida autônoma a um segmento qualquer da sociedade. O que seria um “setor” privatizado é um elemento intrínseco e indissociável de um mesmo projeto de alteração da vida num momento, e seu funcionamento, antes de ser setorizado, é dependente das outras formas e normas de todo o território brasileiro, com todas as suas relações em diferentes escalas, do lugar ao mundo.

Maria Laura SILVEIRA (2003) fala da dependência da cultura à informática, como, por exemplo, na gravação de um disco, em que são essenciais as tecnologias de mídia que permitem converter a criação artística num objeto passível de troca e de circulação. DANTAS (2003: 173) também faz uma reflexão sobre como a comunicação de um conteúdo se dá sobre algum outro conteúdo: “por baixo” de uma música gravada num CD há um *software* que digitalizou o som e permitiu seu registro para a leitura a *laser*, ou nos comandos de uso de um caixa eletrônico de um banco, onde *softwares* possibilitam a troca de informações daquele terminal com um computador central. Assim, segundo o autor, a digitalização da informação agrupa muitos segmentos num único grande setor econômico, impossível de ser separado. Essa integração entre técnica, ciência e informação é capturada pelas empresas de telecomunicações. Numa associação delas com os bancos, por exemplo, encontramos a difusão dos caixas eletrônicos, do *telemarketing* e das tecnologias de transmissão de dados que possibilitam o funcionamento e ampliação das redes bancárias pelo território, permitindo também que isso se dê eliminando trabalho, como analisou VENCO (2003), criando a situação tão absurda quanto aparentemente inquestionável em que os bancos passam a “empregar” os clientes e a desempregar os bancários.

Ora, essa realidade complexa inter-relacionada e entrelaçada é também o que permite, em parte, o funcionamento global das empresas de telecomunicações. É assim que elas podem ser, com novas tecnologias e organização do trabalho, não mais somente empresas telefônicas, mas, diversificando suas ações, incorporam diversas dimensões culturais, econômicas, políticas, territoriais num mesmo projeto. Veja-se a

Telefónica de España, que se define como uma empresa multidoméstica e global: no Brasil, segundo suas informações institucionais, é “dividida” em 12 empresas, conforme apresentado a seguir.

QUADRO 01 - BRASIL: Empresas que compõem o grupo Telefônica

Empresa	Descrição das ações principais
Telefônica São Paulo	Operadora de telefonia fixa no estado de São Paulo, com 12,5 milhões de clientes. Opera em todo o Brasil para chamadas nacionais e internacionais. Lidera o mercado nacional de Internet em banda larga, com o <i>Speedy</i> e seus 450 mil clientes.
Atento	Maior companhia brasileira e latino-americana de <i>contact center</i> e <i>call center</i> . É a sexta maior empregadora do país, com 25 mil empregados diretos.
Terra Lycos	Segundo maior provedor de <i>internet</i> , lidera o mercado brasileiro de tecnologia ‘banda larga’, com 400 mil clientes.
Telefonica Assist	Empresa especializada em manutenção de redes internas de telecomunicações. Mantenedor do <i>iTelefônica</i> , provedor gratuito para <i>internet</i> .
Telefônica Empresas	Lidera o mercado de transmissão de dados e voz para corporações e grandes empresas no Estado de São Paulo.
TPI	A TPI (Telefônica Publicidade e Informação) edita o guia eletrônico e impresso <i>Guia Mais</i> , comercializado na Região Metropolitana de São Paulo.
Fundação Telefônica	Cria, coordena e apóia projetos sociais nas áreas de educação, inclusão digital, saúde, geração de renda, apoio a crianças e adolescentes e cultura.
TPD	A Telefônica Pesquisa e Desenvolvimento é responsável pela criação de novas tecnologias e ferramentas de gestão para as empresas do Grupo Telefônica no Brasil.
T-Gestiona	Executa a gestão de serviços administrativos, de recursos humanos e administração de patrimônio para as empresas do Grupo Telefônica no Brasil e para outras empresas do mercado brasileiro.
Telefônica Engenharia de Segurança (TESB)	Empresa dedicada a oferecer serviços de segurança eletrônica empresarial e domiciliar.
Telefônica Soluções	Empresa especializada na organização de catálogos eletrônicos e leilões virtuais.
Mercador.com	Especializado em integrar eletronicamente as relações comerciais entre indústrias, atacadistas e varejistas. Edita o Anuário Brasileiro de Supermercados, em parceria com a ABAS (Associação Brasileira de Supermercados).

Fonte: Adaptado de Telefônica S/A (2004), pela *internet*.

Obs: mantivemos, na descrição, a linguagem usada pela empresa.

É claro que existe uma especificidade em cada uma dessas empresas da Telefônica, mas sabemos que todas elas se unificam num projeto único de hegemonia para o território brasileiro. Essa é uma contribuição fundamental da Geografia nas análises acerca do processo de privatização, uma vez que a incorporação da dimensão existencial do espaço revela a impossibilidade de criar análises setorializadas, pois o território é uma totalidade, e a empresa usa esse território para realizar seu projeto, que pode parecer, mas não é setorializado.

Contudo, a imposição de normas e formas externas conflitam com as normas e as formas das necessidades das vidas internas aos lugares: *“a formação sócio-econômica é realmente uma totalidade. Não obstante, quando sua evolução é governada diretamente de fora sem a participação do povo, envolvido, a estrutura prevalecente - uma armação na qual as ações se localizam - não é a da nação, mas sim a estrutura global do sistema capitalista. As formas introduzidas deste modo servem ao modo de produção dominante em vez de servir à formação sócio-econômica local e às suas necessidades específicas. Trata-se de uma totalidade doente, perversa e prejudicial”* (SANTOS, 2003 [1979]: 165). A privatização, que é da vida dos lugares, é um dos elementos da produção da alienação dos territórios.

Para PINHEIRO & GIAMBIAGI (2000: 15-16), a privatização foi motivada por questões exclusivamente econômicas: *“Primeiro, o fraco desempenho econômico foi, isoladamente, o motivo mais importante para a privatização no Brasil. A privatização limita a liberdade do governo para adotar políticas econômicas intervencionistas, forçando-o a empregar uma estratégia de desenvolvimento mais voltada para o mercado. O apoio político à privatização aumentou porque era necessário restringir os gastos públicos e porque a tentativa malograda de utilizar as EEs [Empresas Estatais] como instrumento de política macroeconômica nos anos 80 levou a uma profunda deterioração da qualidade dos serviços oferecidos por essas companhias. Segundo, até muito recentemente a privatização não era um elemento central da política macroeconômica do país. Mesmo assim, representou um importante papel na sinalização do compromisso de reduzir a participação do Estado na Economia, sem*

a qual o Brasil poderia ter mais dificuldade no acesso aos mercados de capital estrangeiros”.

Explicações como essa apresentada perdem seu sentido ao partirem do pressuposto de que a privatização é um ajuste setorial, uma ação puramente econômica. Análises com fundamentos parciais disseminam um conhecimento incorrigivelmente coxo, e permitem a consolidação de uma psicoesfera que conduz à aceitação da privatização como que se fosse um processo natural do progresso social. O Estado seria, de acordo com PINHEIRO & GIAMBIAGI (2000), o mediador entre o lucro das empresas e as necessidades do “cidadão”.

Já durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, seus representantes mais significativos, apresentavam, de forma mais clara, os elementos das decisões das suas ações. Luiz Carlos MENDONÇA DE BARROS, Ministro de Estado das Comunicações em 1998, defendeu a seguinte posição sobre as privatizações realizadas pelo Governo do qual fez parte:

“O Programa de privatização, para nós, é simplesmente uma etapa importante do processo de transformação do Estado brasileiro nessa virada do século. Não entendemos o processo de privatização como uma negação da capacidade do Estado de interferir na economia. Mesmo porque isso seria ignorar momentos fundamentais de nossa História - e o BNDES é um exemplo disso - que demonstraram a importância e a necessidade de o Estado assumir em determinadas ocasiões a função de empresário ou de investidor. O que importa é que vivemos uma transformação histórica que nos dá, neste momento, condições para, no processo de reestruturação do Estado, separar de maneira muito clara o Estado produtor de bens e serviços do Estado regulador e, portanto, defensor do cidadão.

Nós entendemos que o Estado brasileiro tem hoje a função muito especial de assegurar o fornecimento de bons serviços aos cidadãos - função esta que nada mais tem a ver com a produção de bens e serviços. Temos um Estado - e a Constituição de 1988 é que o moldou - dedicado a prover bons serviços de saúde e educação, dedicado à ação de integração

nacional - para a ação social em favor dos segmentos de nossa sociedade que ainda vivem em condições abaixo da linha de preservação de sua cidadania” (1998: 2).

No entanto, uma vez que as empresas governam e têm seus próprios interesses, o Estado está, com a privatização, passando adiante parte de sua capacidade, ou seja, está, ele mesmo, limitando sua capacidade de regulação dos usos do território e diminuindo sua capacidade de ação nesse território. É a entrega aos agentes do mercado de parte significativa do funcionamento do sistema técnico-normativo do território brasileiro, ou, como mostra a análise de ANTAS JR (2001), que o Estado não é o detentor de toda a regulação.

Da forma como foi conduzida, a privatização foi uma negociata que envolveu consultores econômicos e jurídicos, grandes agências de financiamento e grandes investidores internacionais agindo a partir de *lobbies* e da bolsa de valores. Ao invés da presença de um Estado preocupado com a cidadania a partir da cultura e do território, a situação brasileira revela uma política subserviente, em que o governador, conforme SILVERIA (2003), é o administrador de uma parcela dos macrossistemas técnicos do território, postos à venda para justificar engodos transvertidos de política. O estado se cambia, para IANNI (2004c), num aparelho administrativo alheio à sociedade civil e o governante num funcionário que recita as diretrizes das grandes corporações e instituições internacionais.

4. Crise latejante, racionalidade hegemônica patente

Partindo do pressuposto de que o sistema técnico hegemônico passa a ser a base material hegemônica da sociedade, autorizando certas ações políticas e inibindo outras (SILVERIA, 2003) e inspirando-nos em Ribeiro (2003), para quem a racionalização das condições materiais da vida coletiva, exacerbada na atual fase do capitalismo, gera enorme irracionalidade e ampliação do risco sistêmico para a própria vida, há que se discutir tanto a racionalidade da privatização quanto seus limites. A prisão da sistematicidade, em que o futuro possível parece ser somente aquele que reproduza as ações hoje hegemônicas, naturaliza as crises como necessárias à melhoria da vida e coroa o impossibilismo do Estado. Mas se aparentemente não é permitido pensar diferente, há que se considerar que no território as situações não são tão puras e sobressaltam outras necessidades.

A tentativa homogeneizante de impor um mesmo modelo de vida nas diferentes formações sócio-espaciais encontra resistências nas peculiaridades que tais formações possuem. A racionalização do território, transposta nos sistemas técnicos que mantêm a vida, leva ao risco sistêmico e às falhas nos sistemas técnicos racionalizados, como atestam as diferentes formações sócio-espaciais nas quais se impõem um mesmo modelo mundial. Em 1999, um “apagão” de 4 horas deixou 10 estados brasileiros sem energia. No mesmo ano, vários bairros de Buenos Aires ficaram 11 dias sem energia elétrica devido a problemas com as empresas energéticas privatizadas. Os EUA e o Canadá ficaram às escuras em 2003, assim como a Itália, Suécia e Dinamarca. Formações sócio-espaciais diferentes, mas todas submetidas, à sua maneira, às mesmas variáveis principais de um motor mundial único - o capitalismo globalizado.

Em julho de 1999 quando se implantou o atual sistema de ligações telefônicas, no qual o usuário tem que eleger uma operadora, ocorreu um “caladão”, como ficou conhecido, pois a Anatel e as empresas não tiveram habilidade para implantar o sistema corretamente. Como as

operadoras da telefonia fixa das diferentes regiões do território não foram capazes de completar chamadas entre si, impuseram durante dias um racionamento em que grande parte das ligações eram propositalmente bloqueadas. No entanto, não era um problema técnico. Grande parte da crise que atingiu todo o sistema se deveu à incompatibilidade entre os interesses das operadoras. Por não acordarem sobre tarifas e condições de interconexão, a Embratel e a Telefônica suspenderam mutuamente a transferência de ligações por três dias, fazendo todo o território refém da diáspora entre as duas empresas⁵⁷.

A sucessão de crises nos territórios resulta da incidência neles de uma globalização fundada no dinheiro: *“as soluções às possíveis derrapagens do funcionamento do financeiro são buscadas no interior do próprio sistema, para substituir uma lógica conjuntural por outra lógica conjuntural, considerada mais perfeita do que a precedente e legitimada por um discurso repetitivo e ruidoso. No mundo atual, o despotismo do dinheiro está ligado a uma lógica auto-referida e auto-explicativa, uma espécie de cachorro dando voltas e mordendo o rabo, razão pela qual busca remédio aos seus próprios tropeços mediante novas construções matemáticas”* [...] *“Por isso, quando tais lógicas são impostas a todas as situações, agudizam heterogeneidades e assimetrias e provocam fraturas e fragmentações”* (SANTOS, 2002b: 47). Com a privatização das telecomunicações, se impôs a todo o território uma solução que atendia aos clamores de apenas alguns grandes grupos econômicos, porém como o território não é um dado inerte, a reação surge como crise. A racionalização intensificada do território atinge momentos de descontrole, mas a crise nunca é totalmente compreendida. Como os agentes que zelam pela reprodução do capital tem o território como recurso, tudo que nele vislumbra são adequações e modelos. *“Por isso, quando se buscam soluções, o resultado é a geração de mais crise. O que é considerado como solução parte do exclusivo interesse dos atores hegemônicos, tendendo a participar de sua própria natureza e de suas próprias características”* (ibidem: 91).

O *impossibilismo* do Estado (BORON, 2004) e as artimanhas de convencimento da sociedade fazem predominar a negligência daquilo

⁵⁷ DANTAS, Marcos (2002); Sílvia Corrêa. *Novo sistema de interurbanos provoca ‘caladões’ em várias regiões do país*. Folha de São Paulo, 08/07/1999; *Punição às teles gera briga entre ministros*. Correio Popular, 07/07/1999. O então presidente da Anatel, Renato Guerreiro, chegou a declarar que a culpa pelo não funcionamento do sistema era da população, que não aprendeu a utilizar a nova maneira de discagem. Mas, como lembrou Élio Gáspari, tal ação é uma pequena bobagem para uma população cansada de converter todo seu sistema financeiro, trocando tantas vezes de moeda sem que ocorresse desordem alguma (Élio Gáspari. *Folha de São Paulo*, 07/07/1999).

que fala, pela nação, o território: forçam-se todos os lugares e pessoas se comportarem como se a crise fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la fosse sempre a mesma. Em tais situações quem floresce certo é o dinheiro, capaz de se recriar nas crises. Entretanto, como a racionalidade hegemônica é produtora de seus próprios limites, novas solidariedades se constituem entre aquelas pessoas e aqueles lugares que sofrem com a crise provocada pelo capital. Da relação dialética entre as diferentes necessidades o território segue, de crise em crise, constituindo-se.

A sistematicidade instaurada subverte muitas vezes as tentativas de seu questionamento, prevalecendo uma vez mais o discurso daquilo que é dado como possível em detrimento do socialmente necessário. A recente peleja pelo aumento das tarifas telefônicas iniciada em junho de 2003 e encerrada em 2004 é mais uma manifestação perversa dos interesses que norteiam a política de telecomunicações brasileira.

Em 2003, as tarifas, seguindo com os contratos, seriam automaticamente reajustadas (indexadas) ao IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), o que provocaria um reajuste médio de 28,75%. Esse reajuste foi defendido pelas operadoras e pela Anatel. Parte do Governo, por sua vez, brigou para que o reajuste se desse pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor), de 17,24%. Ficou evidente nesse momento que existe uma desinteligência entre os grandes agentes envolvidos. O então Ministro das Telecomunicações, Miro Teixeira, passou a declarar publicamente a posição, segundo ele apoiada pelo Presidente Lula, de que o reajuste maior era inoportuno e injusto, cobrando que a Anatel o adiasse ou impedisse⁵⁸.

As amarras da economia então se apertaram. A aparente indecisão sobre qual índice seria seguido levou a Comissão de Valores Mobiliários a suspender a negociação das ações de empresas de telefonia fixa na Bolsa de Valores de São Paulo. Nesse íterim, um fato relevante aconteceu: o Presidente da Telefônica, Fernando Xavier, em entrevista à Agência Estado, informou que o índice de reajuste seria o IGP-DI, ou seja, o mais elevado. Em seguida, as ações das empresas voltaram à Bolsa de

⁵⁸ Lembre-se que as tarifas telefônicas celulares não foram reajustadas pela Anatel nos anos de 1997 e 1998. Quanto à discussão mais atual, pelo que se pôde acompanhar na mídia, não houve consenso no Governo Federal sobre esse tema. O Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu, foi contrário à revisão do índice de reajustes, tanto quanto o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, para quem cabe à Anatel coordenar a negociação, pois “o governo não tem esse tipo de relação com as agências. Tudo o que for feito nessa área deve ser feito dentro dos termos contratuais. As regras são claras e transparentes” (*Contra decisão de Lula, sai reajuste da telefonia*. O Estado de São Paulo, 27/06/2003).

Valores, em alta. Tal declaração, porém, foi dada antes que a Anatel se manifestasse, e quando ainda havia expectativas no Governo de que a decisão sobre o reajuste pudesse ser adiada e negociada. Com isso mais uma vez afirma-se o poder de governo das empresas, que criam uma situação de ingovernabilidade para o Estado quando têm seus projetos questionados, mesmo que este questionamento se relacione apenas a alguns aspectos da sistematicidade. Na mesma noite o Presidente da Telefônica, e não um membro da Anatel ou do Governo, esteve na TV apresentando nacionalmente o novo reajuste das tarifas. em seguida à atitude do Presidente da Telefônica o Ministro Miro Teixeira convocou uma entrevista coletiva para declarar que não considerava oficiais os números apresentados pelo Presidente da empresa, uma vez que a Anatel ainda não havia divulgado, oficialmente, sua decisão.

Por fim, “venceu” a Telefônica, que sabia e divulgou primeiramente qual seria o reajuste que a Agência Nacional de Regulação daria. A decisão da Agência foi fundamentada no argumento de que critérios técnicos devem prevalecer sobre os critérios políticos. Mas a leitura que fazemos dessa situação vivida no Brasil é que critério técnico é sinônimo de política, de política de empresas.

Porém, surgem em diversos lugares do país protestos contra a decisão. Os protestos maiores, acreditamos, que não captamos diretamente, vêm das discussões cotidianas dos brasileiros, reféns de instâncias decisivas muitas vezes incompreensíveis, pois enquanto o representante eleito pelo seu voto não pode fazer aquilo que no momento seria socialmente mais justo (dar um reajuste menor às tarifas), o presidente de uma companhia telefônica declara na TV qual é a nova política nacional de preços, apoiado por uma Agência de Regulação cuja função parece inapreensível. Como compreender e participar de tal trama política? A isso soma-se a função desinformadora da mídia, que elimina o debate entre os diferentes projetos possíveis usando o recurso de uma discussão indexada à economia e descolada da totalidade da vida.

Contudo, esse *grito do território* repercutiu na esfera política institucionalizada, onde surgiram decisões que proibiram o aumento. O

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro proibiu o aumento no Estado em 29 de junho de 2003, respondendo à ação promovida pela Secretaria de Justiça e o Procon do Estado, deliberando que os aumentos eram unilaterais e abusivos. Em outros Estados da Federação surgem medidas similares, até que em 03 de julho o reajuste é suspenso em todo o país graças à liminar do Juiz Edison Moreira Grillo Júnior, que alegou que “*o ato administrativo que autorizou o reajuste combatido atenta contra a moralidade*”⁵⁹.

⁵⁹ Sérgio Lírio. *Por um fio de justiça*. Carta Capital, 09/07/2003; Jerusa Marques e José Ramos. *Desencontro sobre tarifas preocupa investidor*. O Estado de São Paulo, 27/06/2003. *Contra decisão de Lula, sai reajuste da telefonia*. O Estado de São Paulo, 27/06/2003; Nilson Brandão Júnior. *Justiça proíbe reajuste de tarifa telefônica no Rio*. O Estado de São Paulo, 30/06/2003; Eduardo Kattah, José Ramos, Jerusa Marques, Evandro Fadel e Carmen Pompeu. *Justiça suspende alta do telefone em todo o país*. O Estado de São Paulo, 04/07/2003.

⁶⁰ O aumento de 2004 também foi suspenso pela justiça no Rio de Janeiro. A deliberação do Juiz Luis Eduardo Bianchi Cerqueira questiona o posicionamento da Anatel: “*o fato de o reajuste ter sido autorizado por agência reguladora nada revela, a não ser a evidência de que tais entes mostram-se muito mais preocupados com a eficiência marginal dos setores que ‘regulam’ do que propriamente com os direitos do consumidor, vistos sempre como clientela de segundo escalão*” (*Justiça suspende aumento no Rio*. Folha de São Paulo, 06/07/2004). De acordo com o IBGE, de 1994 a 2004 o reajuste acumulado do telefone fixo

Com esta decisão o reajuste seguiu o IPCA (17,24%), embora continuassem, na justiça, ações ambicionando o reajuste maior. Por fim, em julho de 2004, o Supremo Tribunal de Justiça reestabeleceu o IGP-DI como índice de reajuste. Assim, em 2004, somou-se ao aumento de 7% um aumento de mais 9% referente ao ano de 2003⁶⁰. A decisão favoreceu as empresas: o Presidente da Telefônica comentou que essa “*é uma decisão importante para o país, porque confirma o cumprimento dos contratos. Dá tranquilidade aos investidores*”. Em nota divulgada pela Telemar, lê-se que a decisão “*fortalece o marco regulatório, bem como a imagem do Brasil no que diz respeito à manutenção dos contratos e a atração dos investidores, num momento importante para o sucesso das iniciativas das Parcerias Público Privadas [PPP]*”⁶¹.

Esse reajuste de tarifas é mais um de tantos que desde 1994 tem criado as condições de lucratividade para as empresas de telecomunicações. Neste ano, iniciou-se uma readequação tarifária que objetivou acabar com os subsídios do sistema telefônico e equiparar as tarifas aos “padrões internacionais”. Anteriormente as tarifas eram baixas, mas os mais pobres eram impossibilitados de ter a linha. Hoje, a linha pode ser instalada em poucos dias, mas as tarifas impossibilitam o uso do sistema.

Em 1995, a assinatura mensal custava R\$ 0,44 e um pulso R\$ 0,02. Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso as tarifas foram seguidamente reajustadas, chegando a assinatura em 2000 a R\$ 14,11 e o pulso R\$ 0,0662. em cinco anos a assinatura aumentou impressionantes 3.106,8% e o pulso 231%. Em 2004, a assinatura é de R\$ 34,50. O ANEXO

foi de 546,11%. A inflação (medida pelo IPCA) foi de 169,11%. A energia elétrica aumentou 352,91% e o gás subiu 599,84%.

⁶¹ *Empresas comemoram e dizem que país sentirá impacto positivo.* Folha de São Paulo, 02/07/2004). *Empresas dizem que diferença não será cobrada até que se chegue a acordo.* Folha de São Paulo, 06/07/2004); *Telefonia fixa terá aumento extra de 8,7%.* Folha de São Paulo, 14/08/2004).

⁶² Tanto é que existe um Projeto de Lei em tramitação que propõe acabar com a assinatura básica da telefonia fixa, uma vez que ela pressupõe cobrar por um serviço mesmo que ele não tenha sido prestado, o que contraria o Código de Defesa do Consumidor (*Fora de linha.* In: Consumidor S.A. (IDEC) n. 76, abril de 2004; Patrícia Zimmermann. *Comissão da Câmara aprova fim da assinatura básica do telefone.* Folha de São Paulo, 12/05/2004).

⁶³ *“Le lieu a comme propriété finale la coprésence. Le territoire, comme lien et médium d’une société, exprime cette coprésence d’une manière originale qui est aussi dérivée du contrat: c’est la solidarité. La proximité créée par l’unité que l’on appelle*

07 mostra o aumento comparado da conta telefônica em relação à inflação, de 1994 a 1997 (DANTAS, 2002; GAZETA MERCANTIL, 1997). As tarifas da telefonia celular são ainda mais altas, fazendo com que se proliferem os telefones que apenas recebem chamadas. Essa política de preços é pautada numa visão financeirista da vida e não no conhecimento da verdadeira situação do território brasileiro e, portanto, ao invés de beneficiar a população brasileira, apenas criou condições econômicas mais favoráveis para as grandes empresas que em 1998 assumiriam o funcionamento do sistema. Já com as empresas privadas, os contratos garantem os aumentos, mas há também uma política que elas impõem: dão reajustes menores para a habilitação e pulsos e maiores para a assinatura, que o cliente paga independentemente do uso que faz, garantindo suas receitas. Isto com o consentimento da Anatel⁶². Para uma população em sua grande parte historicamente afastada da telefonia, as tentadoras campanhas das telefônicas fixas e móveis são irresistíveis, e só mais tarde um usuário que nunca teve telefone se dá conta da exorbitância das tarifas que lhe cobram.

Toda a discussão acerca do reajuste das tarifas não permitiu, entretanto, que se discutisse o *grito do território*. Quais eram e quais são as verdadeiras necessidades comunicacionais que as pessoas têm nos lugares? Urge considerar todos os lugares com todas as pessoas e todas as instituições, e não apenas continuar selecionando, daquilo tudo que existe, um quinhão a ser beneficiado. Afinal, *“o território é onde vivem, trabalham, sofrem e sonham todos os brasileiros”* (SANTOS, 2002b: 48)⁶³.

O que se passa com as tarifas não tem a ver apenas com a definição do índice de reajuste, pois essa decisão altera relações em todo o território e o poder que foi dado às empresas tem induzido ao surgimento de novas crises que antes não tinham como existir. Veja-se, por exemplo, o que se passou entre 29/04/1999 e 20/06/1999. Nesse período a Telefônica cobrou indevidamente os valores das tarifas nas ligações feitas nas áreas da região de Campinas. No horário em que deveria cobrar R\$ 0,06 por minuto, cobrou R\$ 0,14 (133% a mais), e no horário em que deveria cobrar R\$ 0,03 o minuto, cobrou R\$ 0,06 (50% a mais). O “problema”

foi descoberto por um usuário mais atento e denunciado ao Procon de Valinhos. A empresa reconheceu os erros⁶⁴.

O que importa, no entanto, é verificar que para tal situação não houve qualquer repressão à empresa por parte da Anatel⁶⁵. Já sabemos, por outro lado, o que ocorre com um cliente que não paga a conta... cabe perguntar: o que garante que tal erro não se repita? E há indícios de que ele se repete, sim. Junto com a privatização (as tarifas mais altas e o risco de falhas das operadoras) surgiu um novo serviço cuja peculiaridade deve ser considerada. Trata-se de companhias auditoras privadas que verificam erros nas contas, geralmente para grandes empresas. O serviço é realizado instalando-se um medidor na central telefônica do cliente, que registra horário, duração, origem e destino de cada chamada, criando uma segunda listagem que é comparada com a conta da operadora. Há, em média, uma variação de 12% entre as duas contas, podendo ser maior. Os erros mais comuns são a cobrança acima do valor acertado no contrato com a operadora - grandes clientes possuem contratos com tarifas diferenciadas -, falhas na medição da duração de ligações interurbanas e nacionais e cobrança de pulsos em excesso. No entanto também existem cobranças para menos, que beneficiam o cliente. Os erros apontados pelas auditorias foram reembolsados, sem contestação, pelas operadoras⁶⁶.

Apesar dos “erros”, a Telefônica estampa em sua conta mensal logotipo da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), com os dizeres: *“pode confiar: o sistema de cobrança das ligações foi certificado e aprovado pela ABNT que é credenciada pelo INMETRO”*.

territoire rend les acteurs sociaux qui s'y déploient solidaires 'de fait', par-delà les différences” (RETAILLÉ, 1998: 121).

⁶⁴ Ana Paulo Scinocca. *Telefônica cobra 133% a mais por ligações*. Correio Popular, 07/07/1999.

⁶⁵ Em outra ocasião, quando o presidente interino da Anatel, Antonio Valente, questionou o comportamento de uma empresa, a Comissão de Ética Pública o reprimou por ter colocado sob suspeita a conduta do presidente e diretores do Banco Central. Antonio Valente questionou o fato da empresa BCP (celulares) possuir uma via direta com o Governo, uma vez que dirigentes do Banco Central levaram à reunião da Câmara de Política Econômica documento da empresa que pedia mudanças na legislação sobre tarifas, metas e fusões. A empresa não submeteu suas reclamações à Agência, mas diretamente ao Governo (Eliane Cantanhêde e Wilson Silveira. *Governo ataca Anatel por resistir a lobby*. Folha de São Paulo, 18/04/2002.

⁶⁶ Elvira Lobato. *Até 12% do valor cobrado dos usuários seria indevido, segundo análise*. *Concessionárias negam e Anatel desconfia*. Folha de São Paulo, 10/10/2004.

5. Os descompromissos das empresas de telecomunicações e a voz rouca do consumidor

Com a substituição da política pública estatal por metas que as empresas concessionárias teriam que cumprir, impõe-se um novo momento das relações das empresas com os lugares. Capilariza-se neles a racionalidade de mercado nos serviços públicos. Mas como o projeto da empresa é hegemônico e os lugares são diferentes, há uma dissonância sempre presente, uma crise sempre latejante. Se a política pública pode incorporar a participação ativa dos cidadãos, as metas são por sua vez definidas por especialistas nem sempre tão atentos à realidade do território. São ainda as próprias empresas que informam à Anatel sobre o cumprimento das metas, ou seja, parte-se do princípio da sua boa fé como garantia.

Houve muita pressão por parte das empresas em cumprir suas metas de universalização⁶⁷, pois elas são um pré-requisito necessário para que as concessionárias possam expandir seu alcance territorial de ação, podendo operar também nas áreas de concessão inicialmente exclusivas a outras empresas, bem como na telefonia internacional. Esse é um dos discursos que fundamentam a ideologia de que a concorrência aumentaria com a privatização.

O que a pesquisa revelou é que de fato as empresas nem sempre cumpriram suas metas, mas que mesmo assim, enquanto corriam processos e reclamações contra essas empresas, a Anatel atestou que elas haviam atendido às exigências de seus contratos de concessão. Em 11 de março de 2002, a Telemar informou à Anatel que havia antecipado suas metas de universalização. Em agosto, a Agência confirmou o cumprimento das metas. No entanto, nesse mesmo período a empresa acumulou reclamações devido a problemas na Baixada Fluminense. Em março e abril houve uma “explosão” de reclamações de pessoas que não receberam a linha no prazo estipulado pela empresa, embora já tivessem pagado adiantado pela habilitação, o que, aliás, contraria a legislação. Assim, ao mesmo tempo em que a empresa divulgava ter encerrado suas metas, ações contra ela se repetiam nos órgãos e juizados

⁶⁷ As principais metas de universalização são: telefones públicos: distância máxima de 300 metros de qualquer ponto da localidade nas áreas urbanas; telefones públicos para escolas e postos de saúde devem ser instalados no máximo em uma semana do pedido; as chamadas para polícia, bombeiros e Defesa Civil devem ser gratuitas dos telefones públicos; a empresa deve ter um posto de atendimento em todas as localidades em que haja telefonia residencial ou comercial; pequenas comunidades devem ter ao menos um telefone público; as teles devem comunicar suas metas de universalização a governadores, prefeitos, órgãos de defesa do consumidor, para que eles possam cobrá-las (www.anatel.gov.br). A fiscalização das concessionárias foi terceirizada, pela Anatel, a empresas privadas de auditoria, o que, segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) está em desacordo com a proibição legal de terceirização das atividades de fiscalização sob responsabilidade das agências (Folha de São Paulo, 12/04/2004).

de reclamações. A empresa alegou, em sua defesa, que os casos eram pontuais e irrelevantes.

Para o Presidente da empresa, José Fernandes Pauletti, é impossível atingir o índice zero de falhas que a lei exige, e, para ele, o indicador está errado. A situação é comum: quando a legislação apresenta algum elemento que atravança o projeto das empresas de telecomunicações, seus porta-vozes mais distintos saem a profanar a legislação alegando a existência de erros. Para o Presidente da Telefônica os contratos que envolvem reajustes tarifários são intocáveis, mas os contratos de concessão que impedem que a empresa possa adquirir outras concessionárias de telefonia fixa deveriam ser modificados: *“acho que, desde que haja razões que justifiquem atender melhor à sociedade, chegou o momento de modificar o plano geral de outorgas”* (O Estado de São Paulo, 04/07/2004). As possibilidades de uso reguladas pela legislação são interpretadas pela empresa, desconsiderando a sua existência enquanto fornecedor de serviços públicos à população. Tanto assim é que a Embratel negou a pertinência da Anatel e apelou para o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e à justiça comum para impedir que a Telefônica entrasse no serviço interurbano fora de sua área de concessão, como lhe era permitido a partir do cumprimento e avaliação das suas metas de universalização. A empresa também ameaçou fazer o mesmo contra a Telemar.

Ainda contra a Telemar, entre 1º de janeiro a 6 de setembro de 2002 foram registradas 3.545 ações contrárias à concessionária nos dois Juizados Especiais Cíveis do Município de Nova Iguaçu, ou 41% do total. Das reclamações registradas no 1º Juizado Especial Civil de Duque de Caxias no mês de março de 2002, 60% (326 reclamações) eram contra a Telemar. Em abril foram outras 341 reclamações. Em suma, a Telemar é a campeã de ações nos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Rio de Janeiro⁶⁸. Mas são várias as empresas de telecomunicações que estão entre as campeãs de reclamações no Rio de Janeiro, como pode ser visto na TABELA 04.

⁶⁸ Elvira Lobato. *Telemar diz que cumpriu metas e que casos da Baixada são pontuais.; Teles deixam de cumprir 100% das metas.* Folha de São Paulo, 22/09/2002; Elvira Lobato. *Teles não cumprem metas, diz auditoria; Teles contestam relatórios de fiscalização.* Folha de São Paulo, 19/10/2003.

TABELA 04 - RIO DE JANEIRO: Presença das empresas de telecomunicações no ranking das 10 empresas mais reclamadas no Procon (2001 - 2003)

Empresa	2001*		2002		2003	
	Posição no Ranking	Quantidade de reclamações	Posição no Ranking	Quantidade de reclamações	Posição no Ranking	Quantidade de reclamações
Telemar	1 ^a	7.142	1 ^a	18.128	1 ^a	7.449
Telefônica Celular	5 ^a	404	6 ^a	1.078	3 ^a	1.402
Embratel	6 ^a	377	4 ^a	1.440	10 ^a	743
Vésper	10 ^a	215	9 ^a	834	--	--
Oi	--	--	--	--	5 ^a	1.012

Fonte: Procon - RJ. Organização: Fábio Tozi.

*A partir de 14/05/2001

Obs. O traço (--) indica que a empresa não estava entre as 10 empresas com mais reclamações naquele ano.

O histórico das reclamações mostra que os erros da Telemar não são pontuais, ao contrário, repetem-se. De 2001 a 2003, ela está na liderança das reclamações no Rio de Janeiro; Telefônica, Embratel e Vésper se alternam entre a 3^a e a 10^a posição, e a empresa Oi aparece somente no ano de 2003.

Os contratos assinados pelas empresas continuam claramente as metas a serem cumpridas. Mesmo assim, em 2004, a Telemar solicitou à Anatel para não cumprir a meta que obriga a instalação de telefones fixos (além dos públicos) em localidades com ao menos 300 habitantes. A empresa alega que isso seria muito custoso⁶⁹, expressando claramente que a expansão da rede e dos serviços segue a sua necessidade da acumulação e reprodução do capital, não a de responder à vontade dos lugares pobres em se comunicarem. Para Milton Santos (1987: 114), os *fixos públicos* se tornam *fixos privados*, e o que muda é que se os primeiros se instalam segundo princípios sociais, os segundos são localizados de acordo com a lei da oferta e da procura, das exigências do lucro. Como escreveu o jornalista Clóvis Rossi (Folha de São Paulo, 05/08/1999), se o poder público é incapaz da ação de gerir os sistemas telefônico, energético

⁶⁹ José Marques; Humberto Medina. *Telemar pede à Anatel para descumprir meta.* Folha de São Paulo. 27/10/2004.

ou rodoviário, e por isso os privatizou, também é incapaz de fiscalizar o executor privado de idênticas tarefas.

Com a Telefônica se deu algo parecido: enquanto a empresa alegava ter cumprido as metas, não pararam de aparecer problemas. Isto pode ser observado a partir das reclamações registradas no Procon-SP sobre a operadora. O Procon existe desde 1977, mas o Cadastro de Reclamações, Solicitações e Autuações foi criado por lei em 1991 e é organizado desde 1992. Até 1997, as reclamações se referem à Telesp e a partir da privatização, à Telefônica.

TABELA 05 - SÃO PAULO (município): Cadastro de Reclamações, Solicitações e Autuações no PROCON - Telesp e Telefônica (1992 - 2002)

Empresa	Ano	Total de reclamações
Telesp	1992	198
Telesp	1993	461
Telesp	1994	412
Telesp	1995	62
Telesp	1996	292
Telesp	1997	396
Telefônica	1998	1.906
Telefônica	1999	10.045
Telefônica	2000	688
Telefônica	2001	1.387
Telefônica	2002	863

Fonte: Procon-SP. Organização: Fábio Tozi.

A inclusão da Telesp na TABELA 05 objetiva comparar o número de reclamações entre a empresa estatal e a privatizada. Embora a Telesp também fosse uma das empresas com mais reclamação no Procon-SP, esses números são bem menos significantes do que aqueles observáveis a partir do momento em que a Telefônica espanhola assume a concessão no Estado. Se em 1997 havia 396 reclamações contra a Telesp, em 1998 são 1.906 reclamações contra a Telefônica. No ano de 1999, em que as reclamações são em quantidade muito mais elevada em relação aos outros, temos que das 10.045 reclamações, 5.980 referem-se a Serviço não Fornecido (entrega; instalação; não cumprimento de oferta; contrato) e 2.810 tratam de Vício de Qualidade (serviço mal executado, inadequado,

impróprio). O aumento é significativo mesmo considerando o aumento no número de clientes. Nos anos de 2000 a 2002 as reclamações também são elevadas, embora tenham se reduzido. Tal situação faz da empresa a campeã de reclamações na cidade e no Estado de São Paulo.

Uma hipótese a ser pensada é que a Telefônica, como todas as outras empresas de telecomunicações privatizadas, ao mesmo tempo em que ampliou significativamente o número de linhas reduziu expressivamente o número de funcionários, com demissões e terceirizações. Essa lógica empresarial pode ter levado à proliferação de falhas na empresa pela redução da capacidade de conhecimento e manutenção da rede e dos serviços.

⁷⁰ www.idec.org.br. O IDEC possui dados sistematizados apenas para os anos de 2003 e 2002. Os dados do ano de 2002 foram solicitados pessoalmente ao IDEC, que prometeu seu envio pelo correio, o que nunca aconteceu.

⁷¹ Adriana Leite. *Telefonia deixa a liderança nas reclamações*. Correio Popular, 28/12/2002. Uma observação sobre os dados sistematizados no Procon-SP mostra que itens como habitação lideravam as reclamações, sendo que, ano após ano, as reclamações sobre serviços aumentaram significativamente, nos quais estão a telefonia, energia entre outros. Cabe destacar o aumento da aparição dos itens *assuntos financeiros e saúde*. O primeiro impulsionado por reclamações sobre cartões de crédito e o segundo pelos planos de saúde privados. As informações disponíveis do IDEC também revelam que 24,25% das reclamações da categoria serviços cabem aos planos e seguros de saúde; 14,4% aos bancos e 5,3% aos cartões de crédito (índices médios mensais para o ano de 2003). No Procon do Rio de Janeiro, também se destacam no *ranking* reclamações às empresas Credicard (administradora de cartões de crédito),

TABELA 06 - BRASIL: Diminuição de empregos diretos na telefonia fixa (em número de trabalhadores) - (1997 - 2001)

	1997	1998	1999	2000	2001
Telemar	34.400	24.400	24.383	21.090	14.926
Brasil Telecom	14.115	12.818	10.110	10.642	7.890
Telefônica	23.348	18.930	14.586	13.414	10.850
Embratel	11.500	10.000	8.120	7.791	7.000
Total	83.363	66.148	57.199	52.937	40.666

Fonte: DANTAS, 2002b.

Os dados disponibilizados pelo IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor de São Paulo - também mostram uma relevância do item *telefonia* com média mensal de 19,6% do total das reclamações da categoria *serviços* no ano de 2003⁷⁰. Em Campinas, a telefonia deixa a liderança nas reclamações do Procon apenas em 2002, sendo substituída pelas reclamações sobre planos de saúde, cartões de crédito e assinaturas de provedores de *internet*⁷¹.

A farsa do elogio ao consumidor, acentuada pela privatização, não se sustentou muito, e a condição real do funcionamento do capitalismo, na qual o consumidor é sempre submetido ao projeto da empresa, se mostrou. Convivem assim o desrespeito aos indivíduos e o desrespeito aos contratos com o Estado. Aliás, outra meta descumprida trata da

Fininvest (financiadora de empréstimos), Bradesco e Unibanco. Nos parece um assunto pertinente para um estudo mais minucioso que pode revelar a progressiva privatização das relações cotidianas.

⁷² A Telemar, Brasil Telecom e Telefônica receberam muitas por descumprirem as metas de instalação de postos de atendimento, que somadas chegam a R\$ 20 milhões. Em dezembro de 2004, as três empresas assinaram um “Termo de Ajustamento de Conduta”, em que se comprometem a instalar, como se essa obrigação não existisse desde o início da concessão, um posto de atendimento em cada município. A assinatura desse termo suspendeu a apuração de penalização pelo descumprimento de obrigação pelas empresas (www.anatel.gov.br, 2004).

⁷³ Abriremos aqui parênteses para detalhar o acontecido. Na primeira visita à sede da Telefônica, os recepcionistas não sabiam quem na empresa poderia responder sobre os aspectos públicos da ação da empresa. Depois de uma hora de espera fui encaminhado à sala do Diretor Administrativo, que por sua vez, gentilmente também se dedicou a procurar na empresa alguma pessoa com a qual eu pudesse conversar. Terminou

obrigatoriedade das empresas possuírem postos de atendimento pessoal nos municípios onde prestam serviços⁷². Mas as empresas, nesses casos, buscam mais uma vez na estrutura estatal a solução para o cumprimento de suas obrigações. A Telefônica, Telemar e Brasil Telecom assinaram um contrato com os Correios, cujas agências estão presentes em todos os municípios do Brasil, para que seus funcionários prestem atendimento, “respondendo” pelas operadoras. Os postos de atendimento das empresas também são terceirizados, como no posto de atendimento pessoal da Telefônica em Campinas, localizado na Rua Benjamin Constant, Centro. Em outubro de 2004 procurei o posto buscando informações sobre o funcionamento da empresa em Campinas e sobre outros aspectos não sigilosos referentes à concessão pública sob responsabilidade da empresa. A funcionária, como resposta, informou que o posto de atendimento era terceirizado e que eles não teriam como fornecer tais informações. A sugestão dada foi a de que eu buscasse respostas no *site* da empresa na *internet*, onde certamente responderiam minhas questões. Tal feito não se diferenciou da resposta que obtive na pesquisa realizada em São Paulo, na sede da empresa⁷³.

O descompromisso das empresas com as metas e com os clientes é apenas uma porção do verdadeiro descompromisso que elas têm com os lugares. Nesse sentido, as empresas, o Estado e a Anatel não se diferenciam: para todos a política pública foi substituída por contratos em que existem consumidores e fornecedores privados de serviços, como se esse contrato não fosse a viabilização de um projeto perverso de ampliação da reprodução do capital internacional no território brasileiro. Por isso a análise a partir das reclamações contra as empresas tem que ser vista não somente por aquilo que ela revela (o consumidor e o consumidor que reclama), mas também por aquilo que é ocultado: o indivíduo que, não sendo consumidor, tem o direito, no percurso de sua existência, de vir a ser cidadão. Nisso reside uma reconhecida limitação, dada pela consciência de que os órgãos de defesa do consumidor não atacam o consumismo e o capitalismo, embora revelem um aspecto apreensível da inconformidade com a espoliação, uma manifestação do direito de reclamar, como sugere SANTOS (1987). Não se trata assim de defender uma “democracia do Procon” (idem 2002b: 104), mas de revelar que

algo - os brasileiros pobres - não se adequa ao modelo de privatização brasileiro, que há algo que resiste a esta engenharia político-econômica destruidora, como denomina Tavares (1998), e que também impõe uma crise ao pensamento único.

afinal por me indicar um endereço eletrônico de um funcionário. Não foi possível mais nenhuma conversa pessoal. Após algumas tentativas de contato, retornei à sede da empresa e descobri que o endereço que me foi passado estava errado. Com o endereço certo, efetivei um primeiro contato, explicando a pesquisa que desenvolvia e solicitando a colaboração da empresa. A resposta dada foi a sugestão de que eu inicialmente lesse a Lei Geral de Telecomunicações, disponível no sítio da Anatel. Respondi a essa mensagem dizendo que estava já num estágio mais avançado da pesquisa e que me interessava verificar, nesse momento, as relações estabelecidas e vivenciadas entre a empresa com seus clientes e com a Anatel. Recebi apenas uma resposta automática, dizendo que o funcionário estava de férias e que oportunamente entraria em contato comigo. Tal contato, no entanto, nunca se deu.

⁷⁴ Conforme informações fornecidas por telefone pela Anatel em 21/10/2004. Note-se também que o número telefônico da Anatel não é informado nas contas da Telefônica. Perguntados sobre tal situação, a resposta foi de que não existe

A questão se repete e fica: pode uma empresa privada dar respostas à altura do que um órgão público é obrigado a dar? A modernidade que foi imposta ao território trouxe a destruição das conquistas sociais anteriores, mesmo que elas nunca tivessem garantido a existência de cidadãos de fato. Essa “democratização” e essa “participação” que foram vendidas à população deixou-a às escuras, impedida de qualquer capacidade de controle sobre as estruturas políticas criadas, levando a uma crise política no território. Nessa situação de clausura é dada ao consumidor a possibilidade de reclamar. Também lhe é facultado recorrer à Agência de Nacional de Regulação, mas à qual não pode *reclamar*, por exemplo, que as tarifas são altas. Somente lhe é permitido *sugerir* que na próxima revisão tarifária (entenda-se aumento) a sua opinião seja considerada⁷⁴. Aliás, a Anatel, além de terceirizar as auditorias das empresas, também terceirizou o atendimento ao público. Quem liga imagina estar falando com a própria Agência, mas não está. Tal intencionalidade certamente corrobora para um desincentivo a qualquer forma de participação verdadeiramente ativa na política de telecomunicações brasileira. Entretanto, permanece o descontentamento, e a vontade de mudança dessa sistematicidade acaba sendo buscada em outros modos. Eis porque a política verdadeira repousa, no Brasil, cada vez mais fora das instituições políticas.

É por isso que a dependência em relação ao consumidor, sugerida pelo discurso da privatização, com a sua coroação ao *status* de grande observador do funcionamento de todo o sistema, é frágil, já que o consumidor é um agente limitado e aquilo que é propagado como sendo sua força - a possibilidade de reclamar, escolher e exigir - é facilmente controlado pelas empresas, pelo *marketing* e pela sistemática de funcionamento da regulação existente.

Some-se o baixo nível de incentivo à participação política, que é

também variável no tempo e nos lugares. Muitas vezes no Brasil, quando o serviço público não funciona, a reclamação comumente eclode irada, manifesta em formas que, numa leitura rasa, seriam violentas e pouco civilizadas. São na verdade repostas à violência do dinheiro e da informação sobre a vida das pessoas. Eis o caso, por exemplo, das depredações quando do atraso de trens públicos, a danificação de orelhões e o “roubo” de cabos telefônicos. A insatisfação e as reclamações estão presentes no cotidiano dos indivíduos, mesmo que não sejam encaminhadas a algum órgão de defesa de consumidores.

Conforme observa RIBEIRO (2001), no Brasil a cultura existente pressupõe mais a confiança nas relações pessoais, em que a solução dos problemas muitas vezes se vincula a experiências anteriores de relações, a *pactos invisíveis*, como diria SOUZA (2003), do que na crença em uma estrutura grande, disforme e impessoal como o Estado, as Agências de Regulação ou as grandes empresas de telecomunicações.

obrigação do número da Agência Nacional de Telecomunicações conste das contas das empresas de telefonia.

6. A novidade que esconde o velho projeto de antes

Criando a aparência - falsa - de que existe concorrência nas telecomunicações brasileiras, as telefônicas lançam novos serviços com novas tecnologias. Tratam-se, no entanto, de novas roupagens para o mesmo projeto hegemônico dessas empresas, que se define desde 1998. A novidade, lançada como solução a certa crise latejante, não altera a estrutura que gera tal crise. Vejam-se os novos planos de expansão da empresa Telefônica em São Paulo, destinados à incorporação das pessoas mais pobres (classes C, D e E, segundo a empresa). Antes de encarar as situações que impedem que os mais pobres usem o sistema, o que se faz é abrir ambientes para criação de novos clientes, reduzindo a inadimplência e o número de linhas ociosas que a empresa possui.

A ociosidade tem caracterizado o sistema de telecomunicações privatizado. Perversidade da crise no território de uma lógica privada: enquanto grande parte dos lugares e das pessoas do Brasil não tem linha telefônica, sobram linhas ociosas nas empresas. Em janeiro de 2002 havia 48 milhões de linhas no país, mas somente 36,5 milhões estavam em funcionamento. Qual a função social de redes que não são usadas? Mesmo assim, as empresas receberam certificados da Anatel por terem cumprido suas metas, uma vez que o que importa para a Agência é a capacidade das centrais (terminais instalados) e não os terminais de fato sendo utilizados. Assim, em média, cerca de 25% das linhas das operadoras são ociosas. Em julho de 2004 a Telefônica tinha perto de 15% de linhas não utilizadas. Já a Telemar, no ano de 2001, teve 3 milhões de linhas instaladas e, simultaneamente, cortou 2.289 milhões de linhas por falta de pagamento.

SANTOS (1987: 23-4) questiona: *“E o direito de atrasar? Num país onde é tão elevado o percentual da população que tem ocupação mas não propriamente emprego, e a grande maioria ganha muito aquém do mínimo necessário, a intolerância com o atraso de pagamento de bens e serviços essenciais, como a água e luz, por exemplo, é certamente, inaceitável, e o é ainda mais por partir de empresas públicas ou*

concessionárias de serviços públicos”. No entanto, no momento em que tal advertência foi escrita, as privatizações ainda não dominavam a grande parte dos serviços públicos brasileiros. Desde então, a financeirização dos serviços aumentou. As empresas continuam cobrando juros altos, e os serviços de telefonia, por exemplo, são cancelados com um mês de atraso no pagamento da conta, não importando que tenha havido erro na cobrança, no envio da conta, ou uma contestação de valores, com pedido de revisão, por parte do cliente.

Os planos de expansão da Telefônica destinam-se também a lugares considerados periféricos pela empresa, que se ateve, nesses primeiros anos, a instalar linhas e serviços nos lugares economicamente mais rentáveis, negligenciando as diferentes necessidades de uso existentes em todo o território paulista. Assim, a maioria das linhas foi instalada onde já havia mais linhas: *“sobra telefone onde sobra dinheiro, falta telefone onde falta dinheiro”* (DANTAS, 2002b: 6). A necessidade econômica da empresa só encontra respaldo e resposta em uma parcela das pessoas e dos lugares do Estado de São Paulo. Tanto é assim que mesmo tendo em 2004 quase 2 milhões de linhas ociosas, a instalação dos novos planos de expansão - denominados “Planos da Economia” - depende, conforme adverte a empresa, da disponibilidade de condições técnicas nos lugares, ou seja, depende da política da empresa em atender ou não novos pontos do território. A integração mais uma vez se põe como opressão e como resultado de projetos e interesses privados, pois os lugares que serão integrados continuarão sendo aqueles que atenderem aos interesses financeiros da empresa. A integração é opressiva também porque a existência da rede nos lugares não significa que ela está sendo socialmente benéfica ao lugar: pode, ao contrário, ser danosa, pois em muitos lugares em que a rede existe as pessoas estão impossibilitadas de usá-la em função das tarifas proibitivas.

Como forma de expandir sua ação a mais lugares no Estado de São Paulo, a Telefônica criou três novas combinações de uso para suas linhas, que antes eram oferecidas apenas aos clientes inadimplentes⁷⁵.

1) Linha da Economia: a assinatura mensal é de R\$ 22,30 (a normal

⁷⁵ www.telefônica.com.br; Rosana Hessel. *Telefônica: novo plano de expansão*. Gazeta Mercantil, 14/07/2004.

é R\$ 34,50), com 100 pulsos mensais e habilitação gratuita. Esse tipo de linha permite apenas chamadas locais, sendo que as chamadas para telefones celulares e ligações de longa distância (DDD) exigem a compra de um cartão pré-pago exclusivo da empresa.

2) Linha da Super Economia: nessa categoria, o aparelho do cliente apenas recebe ligações. A assinatura é menor (R\$ 11,15 mensais), e a realização de chamadas locais, interurbanas ou para celulares é condicionada à compra do cartão pré-pago da Telefônica.

3) Número Recado: nesse serviço o usuário possui uma caixa postal para receber recados, e pode manter o número de sua linha caso ela seja desligada (por inadimplência, por exemplo), até o momento em que possa retomar sua linha convencional. A mensagem pode ser ouvida a partir de telefones fixos ou públicos e pagam-se os pulsos equivalentes à duração da ligação. Não há assinatura. Esse serviço está em teste na Região Metropolitana da Baixada Santista.

A empresa apresenta novas possibilidades de uso para as tecnologias existentes, mas que respondem às suas mesmas necessidades de antes. Linhas telefônicas associadas a cartões são uma forma de cativar clientes com dificuldades em pagar a assinatura mensal normal. A empresa pode assim diminuir a inadimplência e ter vantagens sobre seus “concorrentes”, no caso especificamente a Embratel, que lançou uma linha fixa com tecnologia sem fio e sem assinatura - trazendo assim como novo elemento uma tecnologia típica da telefonia móvel, introduzida em São Paulo pela empresa Vésper.

Nova ilusão: vendem um serviço de segunda classe, parcial, como se isso significasse um progresso social. O cartão, por sua vez, alimenta a fidelidade do usuário e mascara os aumentos de tarifas: as opções disponíveis de cartões são de R\$ 5, R\$ 15 e R\$ 25, convertidos em minutos de conversação nos aparelhos. Acontece que enquanto os preços dos cartões se mantêm os mesmos, o preço por minuto conversado, controlado pela operadora e pela Anatel, é reajustado, e o usuário, pagando o mesmo valor pelos cartões, fala cada vez menos. Tais soluções são funcionais apenas para a empresa, já que não há em momento algum

uma discussão e um questionamento sobre os motivos que impedem as pessoas de poderem usar plenamente o sistema telefônico, fazendo cada vez mais do direito uma mercadoria.

7. O convencimento pela propaganda

A propaganda é um elemento fundamental da estratégia das empresas, alimentando uma psicosfera adequada ao consumo. Tanto quanto foi o discurso que convenceu que a privatização era o melhor projeto para o Brasil, é um discurso de *marketing* que convence sobre a presença das empresas. Para SANTOS (2000), a informação tem duas faces, uma pela qual busca instruir e outra pela qual busca convencer. O discurso do convencimento usa os recursos da publicidade nos projetos corporativos: *“brigando pela sobrevivência e hegemonia, em função da competitividade, as empresas não podem existir sem publicidade, que se tornou o nervo do comércio”* (ibidem: 40).

Com a propaganda, a empresa tenta convencer a sociedade de que seu projeto é o melhor, aniquilando os argumentos contrários. A propaganda faz crer que a vida é diferente do que ela realmente é, criando um ideário nos lugares. O aumento dos gastos com anúncios é uma forma que as empresas de telecomunicações usam para contornar situações de conflito, servindo como meio para dar às situações uma interpretação ajustável aos seus desígnios. Octávio Ianni argumenta que os meios de comunicação de massa são *“poderosos agentes culturais, influenciando diretamente a educação, a socialização, compreendendo indivíduos e coletividades. Sim, é evidente a presença e influência dos meios de comunicação no modo pelo qual uns e outros se inserem na sociedade, mercado, cultura, política e imaginário. Em diferentes gradações, a mídia difunde, reitera e altera quadros mentais de referências de indivíduos e coletividades em todo o mundo”* (2004: 113).

A campanha publicitária dos Planos da Economia da Telefônica foi veiculada pela primeira vez na Televisão num domingo à noite. Na segunda-feira foram vendidas 2 mil linhas econômicas, representando um aumento de 50% em relação à média diária de vendas. Em apenas uma semana, a venda diária havia dobrado, chegando-se a 9.400 linhas vendidas por dia. Cerca de 300 linhas foram habilitadas a cada hora. A empresa, tamanha a procura, decidiu suspender a propaganda televisiva,

contratar novos atendentes e ampliar a capacidade de recebimento de sua central de atendimento.

A Telefônica mantém ainda uma ação mais direta de propaganda, que permite a escolha dos lugares a serem inseridos em seu projeto, denominado *marketing de bairro*, na qual técnicos e promotores percorrem cerca de 30 mil bairros do Estado, oferecendo e dando informações sobre as linhas e encaminhado à empresa os pedidos. Além disso, mais de 10 mil estabelecimentos comerciais revendedores dos cartões pré-pagos (entre eles lotéricas e agências dos Correios) também recebem solicitações de terminais telefônicos. O doce discurso da empresa cativa os lugares.

O “Ranking dos Anunciantes⁷⁶” abre uma fenda na interpretação de um aspecto da presença da Telefônica e de outras empresas de telecomunicações na mídia de massa. A TABELA 07 mostra a participação das concessionárias de telefonia entre os maiores anunciantes do país.

TABELA 07 - BRASIL: Posição das concessionárias de telefonia entre os maiores anunciantes (2001-2003)

	Posição entre os maiores anunciantes		
	2003	2002	2001
TIM Brasil	7 ^a	21 ^a	69 ^a
Telefônica S/A	11 ^a	20 ^a	41 ^a
Vivo*	17 ^a	--	--
Embratel	19 ^a	16 ^a	4 ^a

Fonte: Grupo de Mídia de São Paulo. Organização: Fábio Tozi.

* A empresa Vivo não existia antes de 2003.

Constata-se que TIM e Telefônica aumentaram significativamente seus investimentos. A TIM, que em 2001 era a 69^a maior investidora de todo o país, em 2003 está na 7^a posição, sendo a empresa de telefonia que mais investiu em propaganda nesse ano. A Telefônica é a 11^a maior anunciante do Brasil em 2003, com gastos estimados em R\$ 157 milhões. Em 2002 ela foi a 25^a maior investidora (R\$ 53,379 milhões), e em 2001 a 27^a (R\$ 15,807 milhões), ou seja, tem aumentado significativamente seus gastos com propaganda nos últimos três anos. As informações da

⁷⁶ O “Ranking dos Anunciantes” é feito do cruzamento dos dados entre Projeto Inter-Meios e Ibope Monitor, que consideram os jornais, revistas, TV aberta e por assinatura, *outdoors* e rádio.

TABELA 07 referem-se apenas aos investimentos em anúncios efetuados pela Telefônica de São Paulo, ou seja, pela empresa responsável pela concessão da ex-estatal Telesp. Portanto, uma empresa cuja concessão é referente a apenas um Estado da Federação investe mais em propaganda do que, por exemplo, a Telemar, que atua em diversos Estados brasileiros, e que no ano de 2002 esteve na 50ª posição entre os maiores anunciantes. Mas a Telefônica está ligada também à Vivo, empresa que se formou em 2002 pela fusão de grandes empresas de telefonia móvel. A Embratel, que é a maior empresa de comunicação a longa distância do país, mesmo tendo reduzido seus investimentos (em 2001 era a 4ª e em 2003 é a 19ª), continua sendo uma das maiores anunciantes do Brasil.

Há outras situações em que se observa a relevância da publicidade na estratégia das empresas de telecomunicações, ou seja, o recurso a ações fundamentalmente informacionais, das quais apresentaremos algumas. A Fischer América São Paulo criou para a Telesp Celular nos anos de 1999 e 2000 a campanha do *Baby Celular*, lançando seu sistema de telefonia móvel pré-pago. Em 10 meses, a empresa tinha 1 milhão de novos clientes para seu “Baby”⁷⁷. Pessoas com visibilidade na grande mídia também são contratadas pelas empresas: a BCP Celular contratou Hebe Camargo para sua campanha em São Paulo e Luiza Tomé no Nordeste; já a TCO Celular contratou Sandy e Júnior e a TIM utiliza o jogador de futebol Ronaldinho em suas campanhas nacionais, ao mesmo tempo em que lucra com as características dos lugares: durante a Páscoa, a empresa Arcos criou uma campanha que se aproveitava da encenação da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém, espalhando ao longo da estrada *outdoors* com frases inspiradas na Bíblia, mas relacionadas à comunicação. A TCO também fez do que aparentemente seriam limitações à expansão da sua mercadoria uma nova forma de divulgação de ideários. Utilizou as peculiaridades dos lugares e se aproveitou dos sistemas técnicos mais presentes neles, desenvolvendo, como denominou SANTOS (1987: 60) um “*marketing territorial*”: em regiões da floresta amazônica e nas cidades do interior do Pantanal mato-grossense foram utilizados carros de som, que percorriam ruas e vielas anunciando os telefones celulares⁷⁸.

⁷⁷ “... o Baby, um bebê inteligente, que já nasce falando e não dá trabalho - perfeitamente identificado com o produto, pois a habilitação do celular da Telesp era feita no ato da compra e o usuário saía da loja usando o telefone” (“A construção da imagem na conquista do mercado”. In: *A revolução da mobilidade. O celular no Brasil...* op. cit.). Um fragmento da campanha está no ANEXO 08.

⁷⁸ *Ibidem*.

Com a privatização predomina no Brasil a disseminação de

informações não para instruir, mas para convencer. No primeiro caso, haveria respeito aos princípios da cidadania, já no segundo predomina um não-cidadão mal tratado, tornado consumidor, e representante de parcela minoritária da sociedade brasileira: *“criadores de moda, difusores do crédito, o papel dos meios de difusão deve ser realçado como o do colaborador privilegiado das artimanhas de produção de massas estilo brasileiro, uma produção de massas contente de si mesma e necessitada apenas de um mercado voluntariamente restringido. Isto garante o não-esgotamento das esperanças - isto é, das grandes esperanças de consumir -, e ajuda a colocar como meta, não propriamente o indivíduo tornado cidadão, mas o indivíduo tornado consumidor”* (SANTOS, 1987: 15).

Logo após a privatização, em 1999, a Telefônica foi duramente criticada pelo mal serviço, recebendo uma multa da Anatel, ao mesmo tempo em que pesquisas mostravam que os usuários não estavam satisfeitos com as suas ações no novo modelo de telecomunicações. A empresa, como resposta, desenvolveu grande campanha publicitária justificando que estava no início de suas operações e que as reformas melhorariam os serviços. Tratou-se de uma manipulação da população pela empresa a partir da publicidade e dos meios de comunicação. Nesse caso, mesmo que o serviço não seja adequado, as pessoas são convencidas de que ele é o melhor que pode existir, eliminando a politização das relações existentes, e fomentando a inquestionabilidade da sistematicidade vivida.

A Anatel e as empresas também alardeiam a todos os ventos o aumento da rede e do número de linhas, mas escondem que as pessoas têm, ano a ano desde a privatização, falado menos tempo ao telefone por conta do aumento das tarifas, como mostra DANTAS (2002). Na verdade, o Brasil modernizado do discurso hegemônico da privatização não passa de falsa propaganda.

8. A submissão aos grandes grupos e instituições internacionais e a crise de regulação nacional do território brasileiro

Pode-se dizer que há uma crise de regulação do território brasileiro porque a regulação hoje existente não se fundamenta nas necessidades e nos usos da totalidade do território. A nova regulação das telecomunicações, vigente desde 1997, não foi pensada a partir de um projeto nacional que incorporasse democraticamente o *território usado*, mas, ao contrário, fez do território um recurso das políticas e usos corporativos de grupos econômicos nacionais e internacionais.

A privatização trouxe para o território nacional novas empresas e novos agentes de regulação. Com a voracidade infindável dos grupos econômicos associada a um Estado que organiza seu território para o capital, a regulação é arma poderosa nas mãos das empresas. Com o controle privado das empresas de telecomunicações, modifica-se a relação dessas empresas com o território, no momento em que ele mais se internacionaliza. O descompasso entre a aceleração política das empresas, a política do Estado e as necessidades do território causa uma crise de regulação. As relações que tem envolvido internacionalmente a Embratel desde sua privatização em 1998 revelam algumas dessas solidariedades entre o Estado brasileiro, os grupos internacionais, o território e uma jurisdição também internacional. A racionalidade comandante dessas relações traz elementos da ação que revelam projetos de hegemonias no território brasileiro.

Desde as privatizações, a regulação existente para as concessionárias de telecomunicações é ineficiente. A Embratel, que possui a maior e mais espalhada rede de telecomunicações de toda a América Latina, passou a fazer parte de uma rede global fundada nos Estados Unidos a partir da WorldCom/MCI. Já sua empresa-espelho - Intelig - foi adquirida por um consórcio na seguinte composição: Sprint, dos Estados Unidos, com 25% de participação; France Telecom, da França, com 25% de participação e a inglesa The National Grid, com 50% de participação. Logo em seguida a essas definições, surge a tentativa de fusão, nos EUA, da MCI com a Sprint. Todavia, no Brasil, a Lei Geral de Telecomunicações impede que

um único grupo comande duas empresas concorrentes numa mesma área de concessão, mas impede também que o grupo que comprou a empresa-espelho se desfaça de suas ações por um prazo mínimo de três anos.

Criou-se uma situação, ainda antes do início do funcionamento da Intelig, estimulada por empresas estadunidenses, numa escala geográfica imune às leis brasileiras. Assim, passa a existir, minimamente, uma desinteligência entre a legislação nacional de telecomunicações - e os interesses do governo em criar concorrência - e a situação, exterior, que surge vetorizada à partir dos projetos das empresas. É difícil pensar que a MCI/Embratel competiria com a Intelig da qual ela mesma, por meio da Sprint seria dona de 25%.

A situação se torna mais complexa porque a France Telecom, que também é dona de 25% das ações da Intelig, possui 10% da Sprint e, com a fusão da Sprint/MCI, passaria a ter ações tanto na Embratel quanto na Intelig, contrariando também a legislação⁷⁹. Mais do que uma questão apenas jurídica, sobre o desrespeito à legislação brasileira, é importante observar como as decisões tomadas por empresas em outros países passam a influenciar cada vez mais a política brasileira, limitando-a e exigindo sua adequação aos seus projetos. Mas faz também ver o quanto os grandes grupos capitalistas estão entrelaçados por meio de fusões.

Uma vez que a fusão da MCI (que já havia se fundido com a WorldCom) com a Sprint tivesse sido aprovada nos Estados Unidos, que ação caberia ao Governo Brasileiro? No dia 24 de junho de 2000 o Presidente da Anatel, Renato Guerreiro, afirmou pelos jornais que a Sprint teria que vender sua participação na Intelig mesmo que a sua fusão com a MCI fosse vetada nos Estados Unidos, pois, para ele, “*não estamos subordinados a qualquer decisão externa*⁸⁰”. No entanto, em agosto do mesmo ano, com o cancelamento da fusão, a Anatel decidiu que a Sprint não precisará mais vender sua participação acionária na Intelig.

Claro que a Anatel não é seu Presidente, e as divergências existentes sobre a função reguladora da Agência podem ser observadas a partir da visibilidade dada pela mídia às diferentes opiniões. Para o conselheiro Antônio Carlos Valente, por exemplo, com a desistência da fusão, deixam

⁷⁹ “Segundo Luiz Francisco Perrone, vice-presidente da Anatel, só há duas alternativas possíveis: ou a Sprint abre mão dos 25% que possui do capital da Intelig, ou a MCI se afasta da Embratel, o que o próprio governo considera altamente improvável. Na última quarta-feira, antevéspera do Natal, a companhia inglesa National Grid obteve liminar da 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro para impedir a Sprint de continuar participando da administração da Intelig. A National Grid é a principal acionista da Intelig (tem 50% de seu capital) e recorreu à Justiça por temer que a Sprint venha a repassar informações confidenciais da companhia para sua adversária, a Embratel. Na petição ao juiz, a empresa resumiu sua desconfiança em relação ao sócio dizendo que se descobriu ‘dormindo com o inimigo’” (Elvira Lobato. *Anatel dá prazo para solução na Intelig*. Folha de São Paulo, 29/12/1999). A France Telecom não fez parte da ação (Elvira Lobato. *Justiça decide afastar Sprint da Intelig*. Folha de São Paulo 28/12/1999).

⁸⁰ Dulce Benigna Alvarenga. *Fila por telefone acaba em 2001*,

de existir os motivos para a venda das ações, uma vez que, segundo ele, retorna-se à situação anterior⁸¹. ANTAS JR. (2001: 25) sugere que as grandes corporações têm encontrado seus próprios meios de resolução de conflitos e o Estado só é chamado, mais tarde, para corroborar decisões tomadas. Ainda para ele, as Agências de Regulação são formas pelas quais o Estado provê o poder de decisão às empresas. Trata-se, segundo o autor, de uma *forma híbrida de regulação*, peculiar ao período da globalização e na qual os Estados repartem suas responsabilidades com as grandes corporações transnacionais.

As redes transcendem os territórios nacionais, gerando novas hierarquias e centros de poder aos quais os Estados não conseguem normatizar na mesma velocidade com que o fazem as empresas, que aliás são quem impulsionam esses novos processos (ibidem). O afastamento do Estado em relação ao território aumenta o risco de crises que fazem de ambos reféns de agentes internacionais.

Em 1962 EELLS já discutia a capacidade de governo das corporações, que, com suas regras, formavam um “governo privado”: *“a business is a government because within the law it is authorized and organized to make rules for the conduct of its affairs. It is a private government because the rules it makes within law are final and not reviewable by any public body”* (Beardsley RUMMLER citado por EELLS, 1962: vi). Ou ainda quando menciona Relatório da Fundação Rockefeller (“The Power of the Democratic Idea” - 1960): *“It is a principle of democracy that the government will not be the only rule-making body in the community, and that associations that are independent of it will have the right and power to make socially significant decisions. This implies, however, that these associations are themselves governments in the most meaningful sense of the term”* (citado por EELLS, 1962: vi). Esses são princípios da democracia de mercado que aqui afloram, e aos quais a legislação brasileira tem se submetido.

diz Telefônica. Folha de São Paulo, 24/06/2000.

⁸¹ *Anatel deve proibir Sprint de deixar Intelig.* Folha de São Paulo, 29/06/2000. *Anatel teme que CRT não tenha boa gestão.* Folha de São Paulo, 31/08/2000.

Mas o governo nacional dos Estados Unidos e o supranacional Conselho da União Européia deram, nessa situação, uma condição privilegiada ao controle estatal sobre os agentes do mercado. O

Departamento de Justiça dos EUA foi contrário à fusão, pois a empresa criada teria uma atuação dominante no mercado estadunidense. A partir desse posicionamento, as empresas desistiram da fusão. A União Européia, por sua vez, e ao contrário do Brasil, possui a capacidade de aprovar ou não fusões de empresas dos Estados Unidos que desenvolvam atividades na Europa, exigindo que elas se adequem ao funcionamento do mercado europeu e assegurando a competição das suas empresas. Nesse caso específico a fusão faria com que grande parte do tráfego da *internet* européia ficasse nas mãos de empresas estadunidenses⁸². O Brasil estaria numa situação muito próxima, pois um mesmo grupo hegemônico controlaria as duas únicas empresas de comunicação de longa distância (incluindo serviços de *internet* e satélites) existentes. Todavia, aqui não existe a mesma possibilidade regulatória daquela presente na Europa. Essa capacidade de controle, no entanto, não é nada além da defesa de outros grupos empresariais nacionais, no caso dos Estados Unidos, e supranacionais, no caso da Europa, não significando, necessariamente, maior atenção com o *território usado*.

Assim como existem empresas hegemônicas, poderíamos também falar da existência de Estados mais ou menos hegemônicos (soberanos) sobre seus territórios e sobre os territórios de outros Estados-nação. Não há, portanto, um pensamento linear capaz de compreender as ações nesse momento da história em que Estado e empresa confundem-se na política. Note-se a complexidade das fusões: *“a fusão de grandes empresas é um processo complexo e difícil. Hoje, o tamanho delas, em termos de filiais e volume de capital fixo e variável, representa uma capacidade de intervenção em inúmeros territórios de modo articulado, sob a égide de uma lógica territorial distinta daquela do Estado-nação, embora ela não prescindia dos elementos constitutivos da formação sócioespacial e de sua inerente contigüidade. Assim tem sido até este momento.*

O impacto da fusão implica um aumento da complexidade das trocas entre territórios distintos e exige grande poder de organização das corporações, e também do Estado, já que ele está implicado nesse movimento, na medida em que a produção ou a troca ocorre em sua esfera de poder” (ANTAS JR., 2001: 145).

⁸² O *backbone* [instalação central de acesso à *Internet*] das empresas unidas representaria metade do mercado existente na Europa e seria três vezes maior que o do concorrente europeu mais próximo (*União Européia pode barrar fusão entre a MCI Worldcom e a Sprint*. Folha de São Paulo, 15/05/2000; WOHLERS e PLAZA, 2000).

O Estado brasileiro é mais passivo em relação aos mandos dos Estados e empresas centrais do capitalismo. As discussões feitas nas instituições políticas nacionais partem dos interesses das empresas, tendo o território sempre como recurso. Não há, em qualquer momento, menção à percepção do território como totalidade, ou seja, o território que não é somente recurso das empresas, mas abrigo de um povo, e que revela outras necessidades, fundadas na reprodução da vida, e não do capital. O *território normado* prevalece, nos desígnios e nas políticas públicas, ao *território como norma*, e “no *território normado*, o *elemento repressivo sobrepõe-se aos demais*; no *território como norma*, o *elemento comunicacional fornece o referencial diretor*” (ibidem, 2001: 33).

⁸³ Marcos DANTAS (2002) traz informações sobre as aventuras de Bernard Ebbers, principal acionista da WorldCom, e suas compras de empresas, pagando, segundo o autor, um preço muito acima do que de fato elas valem. A MCI foi comprada por US\$ 30 bilhões em agosto de 1997.

⁸⁴ “Por ter entregue de graça a Vésper, pode parecer que a Qualcomm saiu perdendo. Não é o que acredita o analista Fábio Zaffalon, do Yankee Group. ‘A Qualcomm trocou uma despesa por uma receita. A Vésper depende de aportes mensais de R\$ 10 milhões a R\$ 15 milhões da controladora. Com a venda da Vésper, a Qualcomm passa a receber aluguel pelas torres [que continuam sendo sua propriedade]. A Embratel também é beneficiada’” (Embratel leva Vésper sem pagar nada. O Estado de São Paulo, 13/08/2003). José Ramos e Gerusa Marques. *Venda da Embratel é estratégica, diz MCI*. O Estado de São Paulo, 14/11/2003.

⁸⁵ As três empresas já haviam se associado para competir com a Embratel no mercado corporativo de transmissão de dados em maio de 2000,

O Governo, no entanto, parece ter cometido um desleixo e vendido uma das suas principais empresas para um grupo cujas atividades econômicas são arriscadas⁸³. A WorldCom, controladora da MCI, teve sua artimanha descoberta em 28 de junho de 2002, quando revelou-se que seus balanços foram fraudados em US\$ 3,8 bilhões. A venda da Embratel aparece então como forma de atenuar a situação financeira da empresa, e se realiza em 2004. Mas esse percurso não é calmo e tampouco unidirecional. Ao mesmo tempo em que está à venda, a Embratel compra a Vésper (antes pertencente à Qualcomm), empresa-espelho da Telefônica e Telemar. Esta compra se deu, no entanto, sem que a Embratel assumisse suas dívidas e também sem qualquer desembolso, numa aparentemente estranha matemática que remeteria, uma vez mais, a pensar uma *neo-acumulação* primitiva, uma negociação realizada sem nenhum adiantamento, em que um contrato transfere, sem mediação financeira, uma possibilidade de reprodução de capital a outro⁸⁴.

É nesse momento que também se revelam as estratégias políticas das três grandes operadoras de telefonia fixa do Brasil (Telefônica, Brasil Telecom e Telemar), que apesar de “concorrentes” se unem num consórcio para a compra da Embratel⁸⁵. Trataria-se de algo comum dentro da liberdade de mercado não tivesse sido descoberto que o projeto envolvendo a compra tinha como finalidade a eliminação da concorrência com conseqüente reajuste de tarifas, algo aliás também comum à

participando também a CTBC Telecom, Ceterp, Sercomtel e CRT. O desejo de compra da Embratel pelas três empresas fixas é anterior, e já conhecido, publicamente, ao menos desde 2002, como revela a publicação da seguinte nota: *“A Embratel vale mais. A Agência nacional de Telecomunicações tem tentado convencer as operadoras de telefonia fixa a comprar a Intelig, mas todas as empresas têm demonstrado mais interesse na aquisição da Embratel. A aposta dos tubarões do setor é que a crise da WorldCom nos Estados Unidos, dona do 21 [código de serviço da Embratel], acabará levando a uma venda de ativos no Brasil, incluindo a Embratel”* (IstoÉ Dinheiro, 27/02/2002).

⁸⁶ A Lei Geral de Telecomunicações não impede que as três grandes empresas da telefonia fixa se unam para comprar a Embratel, mas a Anatel pode vetar a compra, sob risco de perda de concorrência. Uma mesma empresa não pode, ainda segundo a mesma Lei Geral, possuir maioria das ações em duas concessões diferentes, caso em que ela seria obrigada a vender a sua concessão principal. A Telefônica, por exemplo, teria de abrir mão da sua concessão no Estado de São Paulo. As três empresas, no entanto, já haviam previsto isso,

racionalidade de mercado⁸⁶. Esse consórcio foi batizado com o nome de “Projeto Carnaval”, que também adotaremos para tratar das relações entre as três empresas.

Mais uma vez cabe colocar a questão: representaria essa situação mais uma prova de que a intenção do governo em criar concorrência nas telecomunicações não teve êxito? Ou o que se dá é o Estado cumprindo sua função histórica, protegendo alguns capitalistas ao custo de toda a nação?

Os projetos das empresas - que se realizam ou que se mantêm como desígnio - permitem refletir sobre suas intencionalidades nos usos do território. A apreensão do relatório *Estágio de venda da Embratel*, escrito em Madri e datado de março de 2004 revela mais informações. Diga-se aqui que esse e outros documentos do Projeto Carnaval, inicialmente internos e sigilosos, foram apreendidos numa busca realizada pela Polícia na sede da Telefônica em São Paulo no dia 5 de abril de 2004, motivada por outra investigação sobre as ações do grupo. Nele estão explicitadas possibilidades diversas de ação do Grupo Telefônica no Brasil, como a de comprar sozinha a Embratel, ou associada a algum banco, bem como deixa claro que o consórcio criado pelas três (Calais) é uma maneira de impedir que uma das três empresas comprasse sozinha a Embratel. Uma outra possibilidade pensada era o chamado “Plano 3-B”, com a compra da Embratel, a posterior venda dos serviços de longa distância e a futura aquisição, também pela Telefônica, da Intelig ou da GVT, empresa de telefonia fixa que atua nas regiões Sul e Centro-Oeste e Sudeste.

Novamente existe uma cooperação, com estratégias que permitem, nesse momento, a fortificação de vários grupos a partir de afinidades, mas também, ao mesmo tempo, estratégias que revelam os interesses individuais de uma empresa, ou seja, a competição com as outras empresas. Ambiciosa, a empresa submete o funcionamento de grande parte do sistema técnico de telecomunicações brasileiro à sua ética, como se esse sistema não fosse, essencialmente, patrimônio de um povo.

O documento traz ainda projeções com os possíveis e prováveis

ganhos que a Telefônica teria com a aquisição da Embratel, que seriam oriundos do fim dos descontos em ligações, da eliminação da concorrência nos serviços 0800 e de “alinhar as tarifas pelo teto⁸⁷”. Os interesses das empresas, e nesse caso especificamente os da Telefônica, são de tal monta egoístas que passam a ser considerados como casos de polícia. A Polícia Civil de São Paulo abriu inquérito para investigar se a Telefônica cometeu crime de formação de cartel, um crime contra a ordem econômica no qual uma empresa tenta suprimir a concorrência combinando preços e dominando o mercado.

Posteriormente, com a definição da venda da Embratel ao grupo mexicano Telmex, surgem outras relações que merecem ser vasculhadas. A oferta da Telmex pela Embratel era de US\$ 360 milhões, enquanto que a do consórcio Geodex (do Projeto Carnaval) era de US\$ 550 milhões. Ou seja, a decisão envolveu outros elementos que não primordialmente a melhor oferta, uma vez que a MCI preferiu a proposta menor. Esse fato é importante pois corrobora na discussão ao revelar que as motivações das ações envolvem uma complexidade de agentes e de usos, e são políticas, não técnicas. Caso prevalecesse uma decisão técnica, se é que isso é possível, a matemática não permitiria a construção de outra realidade que não a vitória do grupo formado pelas três operadoras e sua oferta maior.

Há outras informações que podem ser pensadas conjuntamente, como uma dívida de US\$ 1,7 bilhão da MCI com a Telmex, que poderia ter levado à constituição de relações que influenciaram a decisão de venda. Por sua vez, as três empresas do Projeto Carnaval criaram mecanismos para tentar impedir essa transação, cujo último deles foi recorrer à Justiça estadunidense e brasileira. Usaram também o artifício de oferecer uma indenização de US\$ 360 milhões à Embratel caso o negócio fosse barrado pelas instituições reguladoras brasileiras, ou seja, as três empresas pagariam à WorldCom mesmo que a venda não pudesse ser finalizada. Essa jogada, de tamanha aventura, mereceu uma dedicação da empresa para garantir, caso a Embratel aceitasse sua proposta, a aprovação do Governo.

e, num arranjo permitido pelas leis e pelas práticas do mercado criaram um consórcio, Calais, junto com a empresa Geodex. A esta última caberiam as ações de voto na nova Embratel, enquanto as primeiras teriam direito a veto, com base em decisões unânimes. Parece ser de grande ingenuidade acreditar que as três empresas fixas adquiriram a Embratel e não queiram interferir em suas estratégias, nos seus rumos, como se, necessariamente, o que definisse a política de uma empresa fossem suas ações de voto, e não as relações, interesses e o poder daqueles que a controlam, direta ou indiretamente.

⁸⁷ A Telefônica calcula que poderia ter ganhos de até R\$ 750 milhões com a compra da Embratel (Mário César Carvalho. *Polícia apura se Telefônica tentou criar cartel*. Folha de São Paulo, 27/04/2004).

Qual seria a ação do Governo nessa situação? Até que ponto o governo é apenas um “espectador” do processo, como afirmou o Ministro Chefe da Casa Civil José Dirceu? Ou como na visão do Ministro das Telecomunicações, Eunício Oliveira, para quem a empresa, já estando privatizada, pertence à MCI, e portanto cabe ao Governo apenas observar o marco regulatório da Lei de Telecomunicações, não importando quem passe a controlar a mais importante rede de telecomunicações do Brasil. Toda generalização é um risco, mas parece que algumas opiniões tornam-se hegemônicas e detém visibilidade no Governo, revelando, assim, o seu projeto⁸⁸.

⁸⁸ *Telmex leva a Embratel por US\$ 360 milhões. Jornal do Brasil, 16/03/2004; Autoridades vão impedir cartel, declara Dirceu. Folha de São Paulo, 27/04/2004.*

⁸⁹ O comando dos satélites foi transferido exclusivamente para a Embratel, mas agora o Governo brasileiro pleiteia o direito à participação nas decisões sobre seus usos, uma vez que eles envolvem questões de segurança nacional, como as transmissões militares. A Telmex, segundo seu porta-voz, Arturo Elias Ayub, não tem a obrigação de negociar o controle da StarOne (o ramo da Embratel dedicado aos satélites), uma vez que isso não consta do contrato de concessão. A Embratel, representante dos interesses brasileiros no Consórcio Intelsat abriu mão, em 1999, sem consultar ou comunicar o Governo brasileiro, da possibilidade de aumentar sua cota de participação no consórcio. Essas cotas foram compradas pela Comsat, a companhia que representa os Estados Unidos (DANTAS, 2002; *Governo reitera plano de controlar setor de satélites. Folha de São Paulo, 28/04/2004.*)

⁹⁰ Chico Santos. *Lessa afirma que repudiará cartel dentro da Embratel. Folha de São Paulo, 27/04/*

Entre as informações divulgadas dos documentos apreendidos havia um relatório intitulado “Resultados dos contatos com o Governo”, de 4 de dezembro de 2003, o qual mostra o apoio do Governo brasileiro ao projeto de compra da Embratel pela Telefônica, Telemar e Brasil Telecom, sob cinco condições, entre as quais uma que cobrava a criação de um “discurso pró-competição” e outra que dava ao Governo uma ação preferencial com direito a voto e veto em decisões que envolvam o sistema de satélites sob controle da Embratel⁸⁹. O BNDES também apoiaria o consórcio Geodex, financiando parte da transação, mas repudiaria a formação de um cartel, embora seja difícil pensar na existência de uma coisa sem a outra⁹⁰.

Seria a evidência de mais um *lobby*, com a interferência direta dos agentes econômicos nos ordenamentos jurídicos nacionais? O próprio termo *lobbying*, informa ANTAS JR. (2001: 140), deixou de ter uma conotação pejorativa e passou a ser encarado como uma realidade do processo democrático contemporâneo.

A decisão final sobre a Embratel foi finalmente tomada pelo Juiz Arthur Gonzalez da Corte de Falências de Nova Iorque, que confirmou a venda à mexicana Telmex em detrimento do consórcio das três operadoras⁹¹. A decisão sobre o futuro de uma das maiores empresas de serviços públicos do Brasil foi tomada nos EUA. Com tal regulação externa do território nacional, toda sua população é feita refém de um sistema internacional de relações que sequer pode ser totalmente

compreendido. É ilusão esperar que dessa racionalidade sistematicizada resulte uma compreensão das carências do território brasileiro. Tudo que dela se pode esperar é a contínua progressão da racionalização das condições da vida. Quanto ao Governo brasileiro, apresenta-se nacional e internacionalmente comprometido com uma mesma racionalidade, e está claro que a ausência de uma política é uma política, ou seja, que a passividade é ativa. E se por um lado a estrutura existente impede ações, outras são intencionais. Os problemas regulatórios, a crise que se passa a cada novo movimento das empresas que não encontram limites nas normas nacionais, é nada mais que o aspecto legislativo do abandono da consciência de um país.

2004.

⁹¹ A *Telmex* é mais uma empresa que traz ao território brasileiro seu projeto hegemônico, mas não somente nele. A *Telmex* controla ainda no Brasil a *American Móvil*, dona da *Claro* (celulares), e é a maior empresa de telecomunicação mexicana desde que assumiu, com a privatização, o controle da estatal *Telefonos de México*. É também a dona da *AT&T Latin América*, com operações na Argentina, Chile, Brasil, Colômbia e Peru. A *Telmex* faz parte do Grupo *Corso*, de Carlos Slim Helú, considerado pela Revista *Forbes* o 35º homem mais rico do mundo em 2004 (Joaquim Castanheira e Marco Damiani. *A venda da Embratel*. IstoÉ Dinheiro, 24/03/2004; *Fixas perdem e Embratel fica com a Telmex*. Folha de São Paulo, 28/04/2004).

Considerações finais

Do que hoje existe, um futuro diferente

A privatização no território brasileiro não é uma situação imutável, embora muitas vezes uma aparente inércia do mundo force a crer nisso. A brutalidade dos eventos que criaram as condições para que tal sistematicidade se tornasse hegemônica é passível de modificação, uma vez que as normas e as técnicas - a regulação e a organização do território - dependem da política, ou seja, dos usos do território e do próprio território como norma.

Se o território brasileiro do período técnico-científico informacional convive com as privatizações, também somos obrigados a pensar, ao mesmo tempo, que as possibilidades de existências são mais amplas e, como acentua IANNI (2004c), a mesma fábrica que fomenta a revolução do capital fomenta outras revoluções. As crises que surgem da orquestração sistêmica dos elementos principais do período podem fertilizar tanto novas oportunidades para o capital quanto novos projetos de solidariedades que o neguem.

Se a privatização é uma das soluções dadas pelo receituário dos governos mundiais (FMI, OMC, BIRD, UIT entre outros), empresas transnacionais e pelo centro do sistema, no território ocorre a negação desse modelo, que tem se mostrado incompatível com as verdadeiras necessidades de muitas formações sócio-espaciais. As crises ocorridas em alguns países da América Latina, por exemplo, levam a pensar em soluções que não são dadas em favor do capital, mas, pelo contrário, negam seus interesses. Os casos dos países vizinhos podem servir de inspiração para a contestação desse *possibilismo* impetrante, mostrando que existem alternativas políticas ao pensamento único. Na Argentina, o atual governo de Néstor Kirchner foi de encontro aos interesses das empresas privatizadas e pressiona por revisões nos contratos de concessão sob a alegação de que as necessidades do território não são atendidas. O congelamento das tarifas públicas por mais de 18 meses e o controle sobre as remessas de dinheiro ao exterior foram recursos dessa política

No Peru, quando o governo de Alejandro Toledo determinou a privatização de duas empresas elétricas na região de Arequipa (EGASA e EGESUR), motivou, como observa DEL VALLE (2002), a organização de protestos sociais contra toda a política do governo nacional. Na região de Arequipa latejaram, apoiados pelos governos locais, greves, “panelaços”, paralizações e bloqueios de estradas contra a iniciativa privatista. O governo nacional endurece, decreta estado de emergência e recorre às Forças Armadas. Em 14 de junho de 2002 a empresa belga TRACTEBEL S.A., vence a licitação para o controle das empresas elétricas, contrariando a decisão judicial que determinava a interrupção do processo de desestatização. Seguem-se grandes manifestações populares até o momento em que o governo recua, suspendendo as privatizações em 19 de junho e assinando, em conjunto com autoridades arequipeñas, a *Declaração de Arequipa* (ANEXO 09), uma carta pública em que declara a interrupção do processo de privatização das duas empresas, reconhecendo o *grito do território* e condicionando futuros projetos de privatização à consulta popular prévia.

Já no vizinho Paraguai, o movimento nacional de contestação às privatizações convocou o *Congreso Democrático del Pueblo*. Em 21 de maio de 2002 iniciam-se protestos cobrando mudanças na política do Estado, ao mesmo tempo em que o FMI condiciona novos empréstimos ao país à venda da empresa telefônica estatal. O Governo nega e criminaliza os desejos da sociedade civil organizada, reprimindo-a policialmente. Os protestos se fortalecem, e em 05 de junho a lei de privatizações é suspensa.

Os projetos de privatização sistematicamente apresentados pelo governo uruguaio têm sido constantemente negados, em plebiscitos, pela população. No mais recente deles, ocorrido em 31 de outubro de 2004, simultaneamente à eleição presidencial, aprovou-se a modificação do artigo constitucional que permitia que empresas privadas realizem os serviços de abastecimento de água e saneamento. Com o resultado, a água passa a ser, constitucionalmente, um direito humano fundamental, não passível de tornar-se mercadoria privatizável. Ainda no Uruguai, em setembro de 2003, outro plebiscito rejeitou a possibilidade da estatal

petroleira (Ancap) se associar com empresas privadas. A privatização das telecomunicações é abolida em 1992, em um plebiscito que revogou os contratos das empresas concessionárias⁹².

No Brasil, a insatisfação dos lugares com a privatização não encontra respaldo governamental, conduzindo à inquestionabilidade da sistematicidade patente. Enquanto na Argentina a Telefónica de España - e todo o capital estrangeiro nas privatizações - foi submetida a um controle interno, no Brasil foi a mesma Telefónica quem apresentou nacionalmente as novas tarifas públicas para a população, enfrentando explicitamente o governo brasileiro, que passivamente aceita que a empresa governe o território. Perdura no Brasil uma política seguidora das práticas do pensamento único, mesmo que sejam elas que impulsionem as crises vividas nacionalmente. Enquanto perdurar tal diretriz, as ações contestadoras dos países vizinhos, periféricos como o Brasil, jamais servirão de exemplo e inspiração a uma política - quiçá comum a esses países - de enfrentamento aos agentes internacionais da privatização do território nacional.

Mas outros projetos existem no Brasil, basta elegê-los. Veja-se, por exemplo, o movimento de trabalhadores intitulado *Fábrica quebrada é fábrica ocupada, fábrica ocupada é fábrica estatizada*. No momento em que a privatização é institucionalmente inquestionável, esse movimento cobra do governo federal a estatização de fábricas falidas como alternativa para a manutenção de empregos. Essa proposta surgiu quando as fábricas Cipla e Interfibra, em Joinville, Santa Catarina, “quebraram” (em novembro de 2002), deixando 1.000 trabalhadores à própria sorte, ao qual agregaram-se, mais adiante, os trabalhadores da falida Flaskô, em Sumaré, São Paulo.

Desde então, para garantir seus empregos, os trabalhadores administram as fábricas. Contudo, não almejam, absolutamente, tornarem-se patrões, tampouco terem a sua condição social de classe mascarada em cooperativas. Situações em que seriam desqualificados de suas histórias para serem postos, injustamente, lado-a-lado com os concorrentes internacionais no território brasileiro.

⁹² SEOANE e ALGRANATI, 2002; PILZ, RIQUELME e VILLALBA, 2002; PALAU, 2002; GAZETA MERCANTIL, 1997.

Brigam pela estatização como forma duradoura de garantir seus empregos. Sem ilusões, carregam a certeza de estarem propondo novas possibilidades de relações a partir da organização atual do território. A estatização é defendida para que o Estado também recupere seu dinheiro (empréstimos nunca pagos pelos antigos proprietários), e como garantia dos direitos trabalhistas que lhes estavam sendo negados (salários, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, 13º salário, licença maternidade).

As fábricas seguem ocupadas e trabalhando, e o que começou como um pequeno movimento ameaçado que lutava pelo emprego de 1.100 trabalhadores apresenta, hoje, sem perder sua origem, um novo projeto em que propõe, em todo o Brasil, que as fábricas falidas sejam ocupadas e estatizadas, subsidiando, material e imaterialmente, a construção de um projeto nacional mais humano. Esses trabalhadores mostram usos alternativos aos objetos do território brasileiro, pois sabem que o que produzem, que o resultado do seu trabalho é a verdadeira riqueza do território⁹³.

Preste-se atenção também à solução criada por moradores da Grande São Paulo para suprir suas necessidades comunicacionais. Como os lugares pobres já eram abandonados quando a responsabilidade pelas telecomunicações era da Telesp, as linhas eram raras, e por conseqüência o aluguel alto. A alternativa desenvolvida na periferia de São Paulo foi alugar coletivamente uma única linha, e, utilizando a tecnologia das centrais telefônicas, fazê-la servir a 10 casas vizinhas. O aluguel da linha era dividido por todos, ficando mais barato, e uma impressora registrava todas as ligações, permitindo que cada pessoa pagasse pelo seu uso do sistema. Essa solução, gerada da *lugaridade*, nada tem em comum com os “Planos da Economia” da Telefônica para pescar os mais pobres. O *pacto invisível*, como denomina SOUZA (2003), que o manteve, se disseminava boca-a-boca entre a população dos bairros mais pobres e abandonados pela empresa, difundindo a invenção com o apoio técnico de pequenos “empresários clandestinos” responsáveis pelas centrais telefônicas (ANEXO 10). Essa solução, considerada ilegal, se contrapôs, legitimamente, ao descaso da operadora pública por não fornecer, àqueles habitantes que necessitam, independentemente de sua renda

⁹³ NASCIMENTO, 2004;
GOULART, 2004.

menor, os serviços a que têm direito. A situação geográfica vivida, ao contrário, revela que a vida social é que foi ilegalmente regulada em função de interesses privatistas.

É inevitável: por mais que a racionalidade hegemônica se faça cada vez mais presente no território, surgem novas possibilidades de uso para a base técnica a partir da necessidade cotidiana e da escassez vivenciadas nos lugares. Resultam da combinação entre criatividade e invenção técnica. *“Por serem diferentes”, afirma Milton Santos (1999 [1996]: 261), “os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. Diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos”.*

Os projetos alternativos de vida já existem nas sutilezas dos lugares, embora não sejam visíveis e tampouco prioridade das políticas públicas. A privatização incentivou a internacionalização e a alienação do território, mas o lugar, como observa Ana Clara Torres Ribeiro (2004), tem outros futuros contidos nele, outros saberes, que fermentam os princípios de uma territorialidade cidadã em oposição à alienação territorial. Não buscamos responder, objetivamente, se já viveríamos ou não um *período popular da história*, proposto por SANTOS (2000), mas há que se considerar que é graças à capacidade de fazer política e de usarem os sistemas hegemônizados em seu benefício que os mais pobres podem sobreviver.

Há que se criar então as condições da mudança da função social do Estado, pois mesmo que ele esteja historicamente comprometido com a opressão, é possível dar um novo uso a esse instrumento da política. O Estado também pode ser criativo e utilizar sua capacidade de organização e regulação para solucionar a escassez dos lugares, basta pra tanto prestar atenção ao território, já que a escolha política em um momento

nunca é a única possível. As políticas do Estado podem guiar-se a partir das políticas de sobrevivência, alargando a densidade da própria vida.

Veja-se a opção do Governo em criar uma rede nacional com tecnologia celular. A alternativa poderia ter sido a de conduzir esses investimentos de capital e trabalho para levar a rede fixa aos lugares em que ela não existia, barateando-a. Poderia-se, também, a partir da rede celular, criar um projeto de democratização da telefonia, com a adoção de uma tecnologia capaz de atingir mais facilmente e rapidamente os lugares do imenso território onde a rede tradicional fixa não alcançava. A isso associaria-se uma política de tarifas acessíveis aos mais pobres. Dessa combinação sairia uma política mais justa e uma integração menos opressiva, pois resultante de um pensar o território e a sociedade juntos, reaproximando o Estado da sociedade territorializada.

Todavia, o governo investiu muito dinheiro (e tecnologia, treinamento técnico, normatização) para criar uma estrutura de telefonia móvel que priorizou os lugares mais ricos e suas necessidades de comunicação rápida. A política do Estado se baseou numa lógica privada e a rápida expansão da rede beneficiou mais os que já possuíam outros meios de comunicação. A privatização agudiza a situação, já que não se pode esperar que as empresas se dediquem a pensar no *território como abrigo*. Como para a empresa ele é um recurso, quando o recurso não mais a convém, ela o abandona, uma vez que as relações que ali criou eram apenas para seus objetivos imediatos de reprodução de dinheiro, sem nenhum compromisso em pensar, democraticamente, um futuro comum. Assim, é fundamental que uma política genuína pense o território, uma totalidade, e não o setor, porque a idéia de setor não favorece aos cidadãos, mas às empresas, eliminando a responsabilidade que elas têm sobre a totalidade social, sobre as desigualdades sócioterritoriais.

O Brasil possui a chance histórica de pensar sua condição no mundo e projetar um futuro diferente, dando, segundo Celso Furtado (2000), sua contribuição como nação ao devir humano. Para tanto, é necessário pensar num sistema econômico nacional no qual os critérios políticos prevaleçam sobre a lógica dos mercados, servindo ao bem-estar coletivo

(idem), ou, como inspiram a pensar Milton Santos (1987) e Maria Adélia de Souza (1999), a criação de um *modelo cívico autônomo*, que parte do cidadão para a economia, e não da economia para o cidadão. “A plena realização do homem, material e imaterial, não depende da economia, como hoje entendida pela maioria dos economistas que ajudam a nos governar. Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não material, que inclua a economia e a cultura. Ambos têm que ver com o território, e esse não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado como um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade” (SANTOS, 1987: 6). Esse modelo cívico inclui a idéia de civilização, que é o modo de vida que se deseja; a cultura, entendida como a história da nação e as necessidades materiais e imateriais da existência; e o território, uma forma de conhecimento da sociedade que obriga atribuir a todos, lá onde eles estejam, os bens e serviços indispensáveis à vida. Diferentemente do que hoje é a regra na política de telecomunicações e em toda a política nacional, as pessoas, num modelo cívico, não podem ser discriminadas em função do lugar em que vivem.

A incorporação, na política, do território como *território usado* implica pensar também a sua gestão, a partir dos bens públicos, numa redistribuição que não é somente de renda, mas de fato, pois obriga a incluir as infra-estruturas e as informações. Trata-se de ousar pensar um novo planejamento, onde as realidades locais sejam um ponto de partida para o raciocínio dos administradores e não receptáculo de ações hegemônicas desconcertantes, como criticou SANTOS (1987). Uma vez que a informação define o período histórico e o meio geográfico, a telefonia, com todas as suas possibilidades, se torna um serviço básico, e não ter acesso a ela é uma nova condenação dos lugares à pobreza. Assim, o telefone, junto com a energia elétrica, água, esgoto, aprendizado e informações, transporte público, ou seja, o *território produzido*, são direitos básicos do indivíduo, socialmente devidos a ele apenas pela sua existência, não podendo depender da sua condição social ou do lugar em que habita. São condições sobre as quais a cidadania se realiza.

Por isso, num território técnica e politicamente desigual como o

brasileiro, onde a cidadania está tão distante, as empresas não podem cumprir a função do Estado e criar uma equidade sócioterritorial dos bens e serviços. A privatização, como adendo à alienação do território, incentivou o consumo dos direitos sociais e o consumismo nas relações sócioterritoriais, indo no rumo oposto ao da cidadania. Aliás, é disso mesmo que trata a privatização: alienar a população do seu território. Como alerta CHAÚÍ (1996/1997), é preciso fugir, como o diabo foge da cruz, da definição de cidadania como liberdade (competição) de mercado. Um Estado menos constrangido pelo capital internacional, diz SANTOS (1997c [1980]), pode por o social, e não o econômico, em primeiro plano, contribuindo para a democratização dos lugares. Contribuindo, e não definindo, porque a cidadania também não pode ser deliberada exclusivamente a partir do Estado. Ser cidadão é ser um indivíduo com direitos que lhe permitem não só se defrontar com o Estado, mas afrontar o Estado, uma prática ativa fundada na liberdade, na qual, para SANTOS (1996/1997), o cidadão seria tão forte quanto o Estado.

⁹⁴ “(...) Sentindo que a violência / Não dobraria o operário / Um dia tentou o patrão / Dobrá-lo de modo vário. / De sorte que o foi levando / Ao alto da construção / E num momento de tempo / Mostrou-lhe toda a região / E apontando-a ao operário / Fez-lhe esta declaração: / - Dar-te-ei todo esse poder / E a sua satisfação / Porque a mim me foi entregue / E dou-o a quem bem quiser” (...) “Disse e fitou o operário / Que olhava e que refletia / mas o que via o operário / O patrão nunca veria / O operário viu as casas / E dentro das estruturas / Viu coisas, objetos / Produtos, manufaturas. / Via tudo o que fazia / O lucro do seu patrão / E em cada coisa que via / Misteriosamente havia / A marca da sua mão / E o operário disse: Não! (...)”. “O operário em construção”, Vinícius de Moraes.

Na racionalidade do território privatizado predomina uma vida em desassossego, em que a crise se reproduz em mais crise. Mas é justamente a incerteza de quase tudo acompanhada pela certeza da escassez que impede o triunfo dessa razão alienante na vida dos *homens do tempo lento*, esses habitantes oportunos dos lugares impróprios. A escassez, ensina SANTOS (2000), leva ao entendimento, e como a vida não é a repetição dos dias, ilumina-se sempre com as solidariedades do cotidiano, essa escola da desalienação, caminho revolucionário para a resistência. A crise do “modelo de privatização” é a revelação de que o território resiste, que o fel da essência do mundo não elimina as peculiaridades dos lugares, com suas existências. Como filósofa ORTEGA Y GASSET (1973 [1957]), existir pressupõe resistir e, portanto, o afirmar-se do existente. Tudo que existe, resiste.

O cidadão é indivíduo que habita um lugar, que tendo direitos e um projeto para o futuro, vive e afronta, se liberta. Tem a força para negar aquilo que tende a aniquilar sua existência, e negando, se revela plenamente vivo, portador de uma existência ativa, como também escreveu SANTOS (1987)⁹⁴.

A fábula da globalização, da privatização, é descoberta em sua perversidade quando vivida nos lugares. É um erro imaginar que o futuro está apenas sob a responsabilidade daqueles que dominam, atualmente, a base material e imaterial da sociedade. A luta por hegemônias contrapõe, a todo o momento, projetos diferentes, com intencionalidades diversas. As experiências de outras possibilidades para a técnica e para a política hoje hegemônicas - de uma outra globalização - só podem passar para o Mundo a partir de serem vividas nos lugares. *“No lugar, estamos condenados a conhecer o Mundo, pelo que ele já é, mas, também, pelo que ele ainda não é. O Futuro, e não o Passado, torna-se a nossa âncora”* (SANTOS, 1994: 10). Tal afirmação de elevada reflexão é importante uma vez que, como ainda alerta SANTOS (ibidem), sempre nos prendemos ao passado, esperando que nele estivesse o rumo do futuro. O futuro, no entanto, está presente nele mesmo, já que viver é decidir o futuro. *“Eis aqui outro paradoxo. Não é o presente ou o passado o primeiro que vivemos, não; a vida é uma atividade que se executa para a frente, e o presente ou o passado se descobrem depois, em relação com esse futuro. A vida é futurização, é o que ainda não é”* (ORTEGA Y GASSET, 1958 [1929]).

Não há porque não considerar a esperança como mote da Geografia, uma vez que essa disciplina, afinal, funda-se desde o início na preocupação com a vida. Que mais dizer para ser ao mesmo tempo tão forte e simples: *“o homem está condenado a ser livre”* (SARTRE: 1973 [1946]: 15). Por isso o aprisionamento que o território e o lugar podem hoje representar sucumbe diante de um novo projeto, libertário, que se dê a ele, que se crie nele e que tenha a consciência do mundo. A Humanidade caminha para o melhor, afirma SOUZA (2003), no sentido em que avança em direção a si mesma.

Bibliografia

A revolução da mobilidade. O celular no Brasil - de símbolo de status a instrumento de cidadania. São Paulo, 2002. Edição patrocinada pela Telesp Celular e Global Telecom (empresas da Portugal Telecom).

ARENDT, Hannah. *A condição humana.* Rio de Janeiro. Florense Universitária. 1983.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. “As telecomunicações no Mundo”. In: *Cadernos de Infra-estrutura 14.* Rio de Janeiro. BNDES. 2000.

BARTHES, Roland. *Aula.* São Paulo. Editora Cultrix. 2004 [1977].

BERNARDES, Adriana. “A nova divisão territorial do trabalho brasileira e a produção de informações na cidade de São Paulo (as empresas de consultoria)”. In SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O Brasil - Território e Sociedade no início do século XXI.* São Paulo. Record. 2001.

_____. *A contemporaneidade de São Paulo - produção de informações e novo uso do território brasileiro.* Tese de doutoramento. FFLCH / USP. 2001b

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado - edição especial.* São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2001 [textos de 1999 e 2000].

BLANCO, Jorge. “Privatizaciones ferroviarias en Argentina y integración regional: problemas y desafíos. In: *Experimental.* N. 6. São Paulo. Março de 1999.

BORGES, Luiz Ferreira Xavier. “O processo de privatização do setor de telecomunicações na Nova Zelândia e algumas analogias com o Brasil”. In: *Revista do BNDES.* dezembro de 1997. Rio de Janeiro.

BORON, Atílio. *A crise do neoliberalismo e os perigos do possibilismo.* Disponível em: <http://resistir.info>. 2004.

_____. “Duas fábulas perversas: a aldeia global e a livre mobilidade do trabalho”. In:

- BRANDÃO, Maria A. (org). *Milton Santos e o Brasil. Território, lugares e saber*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2004b.
- BRANCO, Adriano Murgel. “As Concessões de Serviços Públicos no Brasil”. In: BRANCO, Adriano Murgel (org). *Política Energética e Crise de Desenvolvimento: a Antevisão de Catullo Branco*. São Paulo. Paz e Terra. 2002.
- CANO Wilson. *O desmonte do Estado brasileiro*. Palestra proferida no Instituto de Geociências - Unicamp, em 24/06/2004.
- _____. Anotações de aula da disciplina *Política e Desenvolvimento Regional*. ministrada no programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Unicamp. 2º semestre de 2002.
- _____. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo. Editora UNESP. 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo. Paz e Terra. 2000.
- CASTILLO, Ricardo. *Sistemas técnicos atuais e organização do território brasileiro. Redes corporativas e competitividade territorial*. Mimeo. 2003.
- CATAIA, Márcio. *A alienação dos territórios frente aos processos da globalização econômica*. Mimeo. 2003.
- _____. *Território nacional e fronteiras internas. A fragmentação do território brasileiro*. Tese de doutoramento. Departamento de Geografia / FFLCH - USP: 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2000.
- _____. “Senso comum e transparência”. In: *O Preconceito* (vários autores). São Paulo. IMESP. 1996/1997.
- _____. *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas*. São Paulo.

Moderna. 1982.

CHESNAIS, François. “Um Programa de Ruptura com o Neoliberalismo”. In HELLER, Agnes et al. *A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro. Contraponto. 1999.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora. 1981 (1967).

DALMAZO, Renato A. “A Trajetória da política de abertura nas telecomunicações do Brasil - 1986-98”. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre. v. 22, n.2. 2001.

_____. “Os atores, os interesses e as mediações cruciais na privatização da Telebrás”. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre. v. 21, n.1. 2000.

DANTAS, Marcos. *A lógica do capital informação. A fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais*. Rio de Janeiro. Contraponto. 2002.

_____. *O sucesso do fracasso*. Comitê de Telecomunicações do Distrito Federal. 2002b.

DEL VALLE, Jaime Coronado. “Democracia, ciudadanía y protesta social: la experiencia de Arequipa y la colonialidad del poder”. In: *Observatorio Social de América Latina*. Setembro de 2002.

DELGADO, José Augusto. “Aspectos jurídicos da privatização”. In: ESCOLA NACIONAL DE MAGISTRATURA. *Aspectos Jurídicos, Econômicos e Sociais da Privatização*. Ilha de Comandatuba. Bahia. 14 a 17 de maio de 1998.

EELLS, Richard. *The government of corporations*. New York - USA. The Free Press of Glencoe. 1962.

FERREIRA, Fernando Xavier. “Mercado e operadoras brasileiras - balanços e perspectivas”. In: WOHLERS, Márcio; PLAZA, Crisanto. *Informe anual 2000. Telecomunicações e tecnologias da informação*. São Paulo. CELAET / UNIEMP. 2000.

FORRESTER, Viviane. *O horror Econômico*. São Paulo. Editora UNESP. 1997 [1996].

FRITSCH, Winston. “Aspectos conceituais e técnicos da privatização”. In: ESCOLA NACIONAL DE MAGISTRATURA. *Aspectos Jurídicos, Econômicos e Sociais da Privatização*. Ilha de Comandatuba. Bahia. 14 a 17 de maio de 1998.

FURTADO, Celso. “Reflexões sobre a crise brasileira”. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Orgs). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo. Edusp. Editora da Unesp. 2001.

_____. “O fator político na formação nacional”. In: *Estudos Avançados*. Vol. 14. N. 40. São Paulo. Universidade de São Paulo. Setembro / dezembro de 2000.

GAZETA MERCANTIL. *Análise Setorial - Telecomunicações* (V. I e II). Outubro de 1997.

GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, Maurício Mesquita (orgs). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro. BNDES. 1999.

GOTTMANN, Jean. “The evolution of the concept of territory”. In: *Social scientific information*. n. 14 (3/4). 1975(?).

GOULART, Serge. *Fábrica ocupada é fábrica estatizada*. Palestra ministrada no IFCH, Unicamp. Campinas. 11 de novembro de 2004.

GRIMSTONE, Gerry. “29 bilhões de libras em 8 anos”. In: GRIMSTONE, Gerry (et al.). *Privatização, Mercado de Capitais e Democracia*. Rio de Janeiro. Correio da Serra. 1988.

GROS, Francisco. “Aspectos conceituais e técnicos da privatização”. In: ESCOLA NACIONAL DE MAGISTRATURA. *Aspectos Jurídicos, Econômicos e Sociais da Privatização*. Ilha de Comandatuba. Bahia. 14 a 17 de maio de 1998.

HALLIDAY, Tereza Lúcia. *A retórica das multinacionais: a legitimação das organizações pela palavra*. São Paulo. Summus Editorial. 1987.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. "Globalização e democracia". In *Vozes no Milênio - Para pensar a globalização*. Rio de Janeiro. 2002.

IANNI, Octávio. "A formação do capitalismo nacional". Trecho do capítulo inédito *7 teses sobre o Brasil Moderno*. Jornal da Unicamp. ano XVIII. n. 248. 2004a.

_____. "A formação do capitalismo transnacional". Trecho do capítulo inédito *7 teses sobre o Brasil Moderno*. Jornal da Unicamp. ano XVIII. n. 248. 2004b.

_____. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2004c.

_____. "O declínio do Brasil-nação". In: *Estudos Avançados*. Vol. 14. N. 40. São Paulo. Universidade de São Paulo. Setembro / dezembro de 2000.

INSNARD, Hildebert. *O espaço Geográfico*. Coimbra. Portugal. Livraria Almeida. 1982.

IOZZI, Fabiola Lana. *Tecnologias da informação e política territorial das grandes empresas no Brasil: o sistema VSAT*. Monografia de graduação. IG / Unicamp. Campinas. 2003.

ITU - INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. *Brazil Mini-Case Study 2003. Brazil's SCM Licensing Service Category: A Step Toward Convergence*. Gustavo Tamayo of JOSE LLOREDA CAMACHO & CO., Bogota, Colombia with the active participation of the country collaborator Mr. José Gonçalves Neto of the Agencia Nacional de Telecomunicaciones (Anatel). Geneva. Switzerland. 2003.

_____. *Una reglamentación eficaz. Estudio de caso: Brasil*. Realizado por Doreen Bogdan-Martin, Asesor en regulación, UIT/BDT y Mindel De La Torre, Presidente, Telecommunications Management Group, Inc. Ginebra. Suiza. 2001.

KAHIL, Samira Peduti. "O mundo no lugar: itinerário para uma geografia da existência". In: *Experimental*. n. 4/5. Laboplan - USP. Setembro de 1998.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas. Papyrus / Editora da Unicamp. 1986.

LENINE, V. “O Estado e as revoluções. A doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução”. In *Obras escolhidas*, Vol. 2. São Paulo. Editora Afla-Omega. 1980a (1917).

_____. “Sobre o Estado. Conferência na Universidade Sverdlov”. In *Obras escolhidas*. Vol. 3. São Paulo. Editora Afla-Omega. 1980b (1919).

LOJKINE, Jean. *A Revolução Informacional*. São Paulo. Cortez. 1995.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores. 1967 [1966].

MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. São Paulo. Edições Mandacaru. 1990 [1865].

_____. *O Capital. Crítica da economia política*. São Paulo. Abril Cultural. 1983[1867].

MENDONÇA DE BARROS, Luiz Carlos. “A essência do programa de privatização”. In: ESCOLA NACIONAL DE MAGISTRATURA. *Aspectos Jurídicos, Econômicos e Sociais da Privatização*. Ilha de Comandatuba. Bahia. 14 a 17 de maio de 1998.

MOLINA Y VEDIA, Juan. *Mi Buenos Aires herido*. Buenos Aires - Argentina. Ediciones Colihue S.R.L., 1999.

MONTENEGRO, Marina. “Bom? Nem Tanto”. In: *Reportagem - revista da oficina de informações*. Ano IV. n. 45. Junho de 2003.

NASCIMENTO, Janaína Quitério do. *Fábrica quebrada é fábrica ocupada, fábrica ocupada é fábrica estatizada. A luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos*. Livro-reportagem. 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. “Agências Reguladoras governam o país”. In: *Brasil de Fato*. 3 a 9 de julho de 2003.

ORTEGA Y GASSET, José. *O homem e a gente. Inter-comunicação humana*. Rio de Janeiro.

Livro Ibero-Americano. 1973 [1926].

_____. *Que é filosofia?* Rio de Janeiro, Livro Ibero-Americano. 1958 [1929].

PALAU, Marielle. “Luchas sociales obligan a retroceder al gobierno y detienen el proceso de privatizaciones”. In: *Observatorio Social de América Latina*. Setembro de 2002.

PENEDO, Dílio; SOUZA PINTO, José Roberto de. “Convergência Tecnológica e redes multeserviços”. In: WOHLERS, Márcio; PLAZA, Crisanto. *Informe anual 2000. Telecomunicações e tecnologias da informação*. São Paulo. CELAET / UNIEMP. 2000.

PILZ, DANIA; RIQUELME, Quintin; VILLALBA, Verônica. “Los movimientos sociales en el contexto actual del Paraguay”. In: *Derrota de las privatizaciones, victoria de la movilización popular. Lecciones de Perú y Paraguay*. Observatorio Social de América Latina. Setembro de 2002.

PINHEIRO DA FONSECA, João Carlos. “O Terremoto chegou”. In: *A Privatização do século. Revista Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil)*. Ano XXIV. Rio de Janeiro. Julho / agosto de 1998.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fábio. “Os antecedentes macroeconômicos e a estrutura institucional da privatização no Brasil”. In: PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASACU, Kiichiro (editores). *A privatização no Brasil - o caso dos serviços de utilidade pública*. Rio de Janeiro. BNDES. 2000.

PIRES, José Cláudio Linhares. “Políticas regulatórias no setor de telecomunicações: a experiência internacional e o caso brasileiro”. *Texto para Discussão, 71*. Rio de Janeiro. BNDES. 1999.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo. Ática. 1993 [1980].

REALE, Miguel. *O milagre da unidade nacional*. In: O Estado de São Paulo. 03/07/2004.

RETAILLÉ, Denis. *Le monde du géographe*. Paris, Presses de Sciences Po. 1998.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Lugares dos saberes. Diálogos abertos”. In: BRANDÃO, Maria (org). *Milton Santos e o Brasil. Território, lugares e saber*. São Paulo. Editora

- Fundação Perseu Abramo. 2004.
- _____. Entrevista realizada no IPPUR / UFRJ. Rio de Janeiro. Julho de 2003.
- _____. Curso *Teorias da Ação*. Ministrado na Unicamp, de 18 a 22 de novembro de 2002.
- _____. (et al). “Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método”. In: *Cadernos IPPUR*. 15/16. n.1/2. Rio de Janeiro. Julho / agosto. 2001 / 2002.
- _____. “Sistema, Período e Ação: Desafios de uma Herança”. In: *Ciência Geográfica*. VII; Vol. II. Bauru. Maio-Agosto de 2001.
- _____. “Matéria e Espírito: o Poder (des)regulador dos Meios de Comunicação”. In PIQUET, R & RIBEIRO, A. C. T. *Brasil: Território da Desigualdade - Descaminhos da Modernização*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 1991.
- RICUPERO, Rubens. “Integração externa, sinônimo de desintegração interna?”. In: *Estudos Avançados*. Vol. 14. n. 40. Universidade de São Paulo. São Paulo. Setembro/ dezembro de 2000.
- RIEZNIK, Pablo. “Negociações perigosas. Dívida, política e privatizações: o caso argentino”. In: *Nossa América*. n. 5. Janeiro/fevereiro de 2002. São Paulo. Memorial da América Latina. 1992.
- RODRIGUES, Lysias A. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro. 1947.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo. Cortez. 1997.
- SANTOS, Milton. “A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais”. In *Economia Espacial: críticas e alternativas*. São Paulo. Edusp. 2003 [1979].
- _____. *Por uma Geografia Nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo. Edusp. 2002 [1978].
- _____. *O país distorcido. O Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo. Publifolha.

2002b.

_____. “O retorno do Território”. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. *Território - Globalização e Fragmentação*. São Paulo. HUCITEC. 2002c [1993].

_____. “Armadilhas da integração”. In: *Correio Brasiliense*. Brasília. 17/09/2000.

_____. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo. Record. 2000.

_____. “Cem anos é data para europeu comemorar”. In: *Jornal do Grande ABC*. 23 de janeiro de 2000b.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo. HUCITEC. 1999 [1996].

_____. “O Território e o Saber Local: Algumas Categorias de Análise”. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro. ano XIII. N.2. 1999b.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo. HUCITEC. 1998 [1994].

_____. *A Geografia - impasses e desafios no findar do século XX*. Palestra ministrada na Unicamp em 20 de maio de 1997.

_____. “Da Política dos Estados à Política das Empresas”. In *Cadernos da Escola do Legislativo*. n.6. jul/dez. Minas Gerais. 1997a.

_____. “A Aceleração Contemporânea: Tempo Mundo e Espaço Mundo”. In SOUZA, Maria Adélia Aparecida de et al. *O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização*. São Paulo. HUCITEC. 1997b.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo. HUCITEC. 1997c [1982].

- _____. *Metamorfoses do Espaço Habitado. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. São Paulo. HUCITEC. 1997d [1988].
- _____. “As cidadanias mutiladas”. In: *O Preconceito* (vários autores). São Paulo. IMESP. 1996/1997.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo. HUCITEC. 1994.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo. Nobel. 1987.
- _____. “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”. In *Boletim Paulista de Geografia* n. 54. 1977.
- SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil - Território e Sociedade no início do século XXI*. São Paulo. Record. 2001.
- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da Razão Dialética: precedido por Questões de Método*. Rio de Janeiro. DP&A. 2002 [1960].
- _____. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo. Editora Abril. 1973 [1946].
- SEOANE, José; ALGRANATI, Clara. “Los movimientos sociales en América Latina. Entre las convergencias sociales y el neoliberalismo armado”. In: *Observatorio Social de América Latina*. Setembro de 2002.
- SILVEIRA, Maria Laura. Anotações de aula da disciplina *Questões de Método em Geografia*, ministrada no curso de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP. 2º semestre de 2003.
- _____. *Argentina: Território e Globalização*. São Paulo. Brasiliense. 2003b.
- _____. “Uma situação geográfica: do método à metodologia”. In: *Revista TERRITÓRIO*. ano IV. n. 6. jan/jun. 1999.
- _____. “Concretude territorial, regulação e densidade normativa”. In: *Experimental*. n. 2. Laboplan - USP. Março de 1997.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Anotações do curso “Lugar e Território: compreendendo o sistema de ações” ministrado na Pós-graduação em Geografia Humana na USP no 2º semestre de 2003.

_____. “A felicidade, os números e as metáforas”. In: *O Povo*. Fortaleza. Ceará. 11 de março de 2003b.

_____. *Território Brasileiro. Usos e Abusos*. Campinas. Edições Territorial. 2003c.

_____. Relatório Técnico-Científico do Projeto “Território, Lugar e Poder”. São Paulo. Fapesp. 2000 (mimeo).

_____. “A Metrópole global? Refletindo sobre São Paulo”. In: SOUZA, Maria Adélia A. de (org) et al. *Metrópole e globalização - conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo. CEDESP. 1999.

_____. *A Geografia do futuro e o futuro da Geografia*. Aula inaugural aos alunos do Curso de Ciências da Terra. Campinas. Unicamp. 1998 (mimeo).

TAVARES, Maria da Conceição. “O leilão dos perdedores”. In: *Folha de São Paulo*. 29/11/1998.

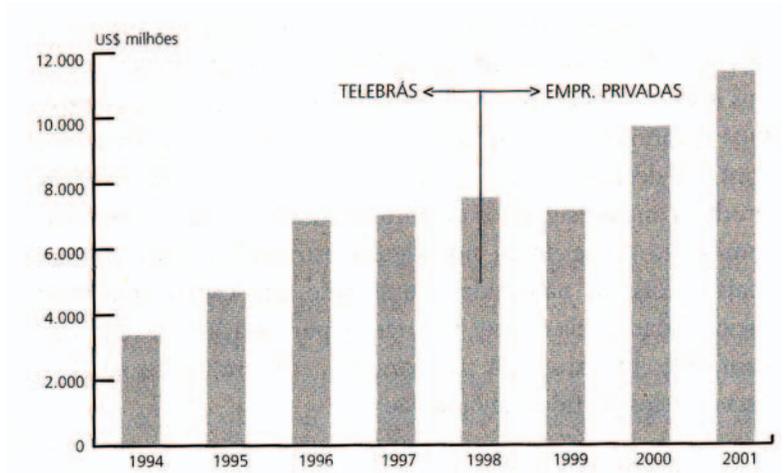
TELEFÔNICA DO BRASIL. *Relatório Anual*. 2003.

_____. *Relatório Anual*. 2001.

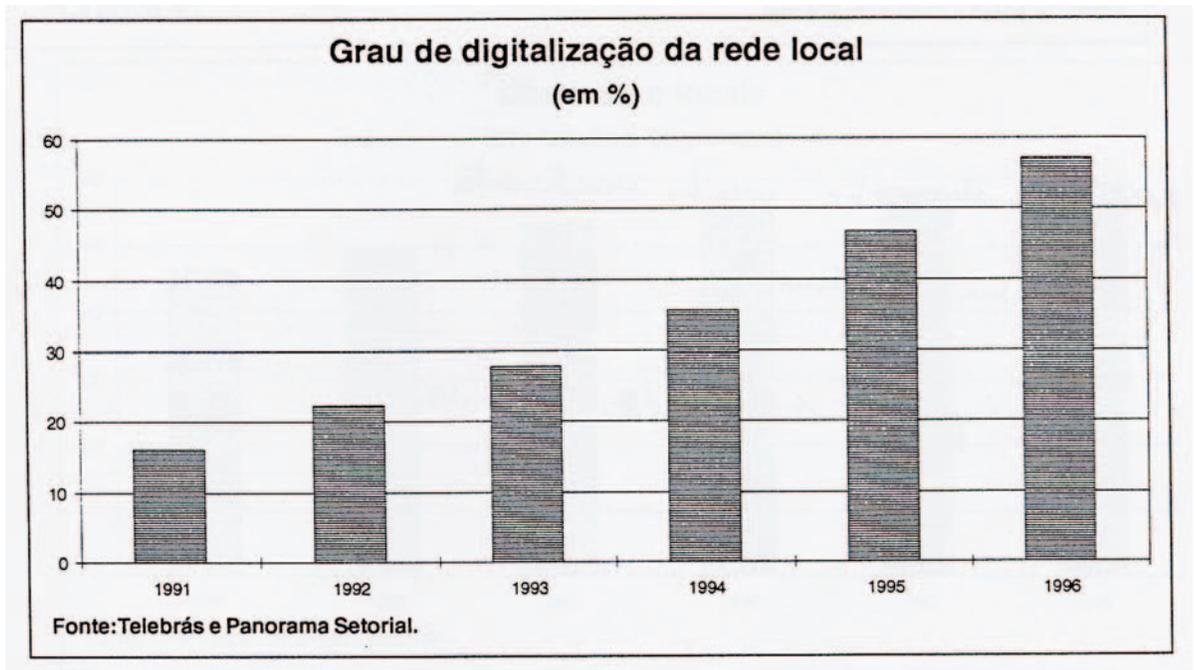
VENCO, Selma. *Telemarketing nos bancos: o emprego que desemprega*. Campinas. Editora da Unicamp. 2003.

WOHLERS, Márcio; PLAZA, Crisanto. *Informe anual 2000. Telecomunicações e tecnologias da informação*. São Paulo. CELAET / UNIEMP. 2000.

Anexo 01



Fonte: DANTAS, 2002.



Fonte: Telebrás e Panorama Setorial.

Um dia na vida do brasileiro

Paulo Guilherme Martins.
Santos, Outono de 1961

“Não sei se você conhece o Brasilino!? Mas isso não importa...

Brasilino - um homem qualquer, que mora num apartamento qualquer, numa cidade qualquer... situemo-lo em Santos, por exemplo.

Brasilino, como todo bom burguês, começa o dia acordando; sim, porque o operário, este, levanta-se ainda dormindo, a fim de chegar a tempo no serviço.

Brasilino acorda e aperta o botão da campainha à cabeceira da cama, campainha essa que soa na copa; porem soa, consumindo energia - energia que é da Light, e, assim, o Brasilino inicia o seu dia pagando dividendos ao *capital estrangeiro*. Mas Brasilino não pensa nisso e começa o seu dia, feliz!

Abre-se a porta. É Marta, a criada, que entra com o café da manhã: café, leite, pão, manteiga, um pouco de geléia e o jornal - “O Estado de São Paulo” - Brasilino, como todo o bom burguês, lê somente a boa imprensa - a chamada sadia .

Enquanto lê as notícias, toma a sua primeira refeição. Brasilino não sabe que o leite que bebe é originário de uma vaca que foi alimentada com farelo REFINAZIL, da “Refinações de Milho do Brazil” (Brazil com Z), que é americana, e que a farinha com a qual foi feito o pão é originária do “Moinho Santista”, que não é santista e sim inglês. Assim, para tomar o seu café da manhã, Brasilino tem que pagar dividendos ao *capital estrangeiro*. Mas, Brasilino nem sabe disso... e toma o seu café, bem feliz!

Terminando o café, Brasilino acende o seu primeiro cigarro: Minister ou Hollywood, um desses da “Cia. Souza Cruz”, que não é do Sr. Souza e muito menos do Sr. Cruz, mas, sim, da “British, Americam Tabacco Co.”, o “trust” anglo-americano do fumo. E assim, para fumar o seu cigarrinho, Brasilino paga dividendo ao *capital estrangeiro*.

Mas Brasilino nem pensa nisso e saboreia o seu cigarrinho, feliz... feliz...

Em seguida, Brasilino vai ao quarto de banho, fazer a sua *toilette*: acende o aquecedor de gás - gás que é da City e, portanto, do grupo Light, e, enquanto a água aquece, toma da escova de dentes, marca “TEK”, da “Johnson & Johnson do Brasil” (que é americana), e da pasta dentifrícia “KOLINOS”, com clorofila, da “Whitehall Laboratories of New York” e, assim, para escovar os dentes, Brasilino paga dividendo ao *capital estrangeiro*...

Mas Brasilino nem pensa nisso...

Brasilino não sabe bem o que é clorofila e está certo de que, quando entrou na farmácia e escolheu essa pasta, o fez livremente: ignora que sua vontade foi condicionada pelas custosas campanhas de promoção de vendas, feitas através da imprensa, do rádio e da televisão e que, da mesma forma como ele escolhe sua pasta de dentes, escolhe, também, o seu candidato à Presidência da República.

Em seguida, Brasilino vai fazer a barba: toma do pincel, feito com fios de Nylon, da “Rhodia” - que é francesa - enche-o com creme de barbear “Williams”, que é americano. Ensaboado o rosto, Brasilino toma seu aparelho “Gillete”, munido com lâminas “Gillete”, ambos da “Gillete Safety Razor do Brazil”, e, feliz, vai raspando a face, pois nem pensa que, para fazer sua barba, tem que pagar dividendos ao *capital estrangeiro*...

Terminada a barba, Brasilino entra no banheiro, envolvendo o corpo com a espuma acariciadora de um desses sabonetes, “Lever” ou “Palmolive”, um desses cuja espuma acaricia o corpo de 9, entre 10 estrelas de Hollywood. E assim, até para tomar seu banho, Brasilino tem de pagar dividendos ao *capital estrangeiro*.

Após o banho, Brasilino enxuga-se com uma toalha felpuda da “Fiação da Lapa”, que também não é da Lapa porque é Suíça e, a seguir, passa pelo corpo talco “Johnson”, da “Johnson & Johnson do Brasil”.

E... começa a vestir-se.

Acontece, então, uma tragédia! Cai um botão da camisa do Brasilino. Ele toca novamente a campainha e Marta corre a socorrer o nosso herói, munindo-se de agulha e linha.

Dentro de poucos instantes, ao ver Marta cortar a linha com os dentes, depois de preso o botão, Brasilino sente-se novamente feliz. Feliz porque ele não sabe que Marta, a criada, para pregar o botão, usou a linha marca “Corrente” da “Cia Brasileira de Linhas para Coser”, que é inglesa, e que, até para pregar um botão, Brasilino tem de pagar dividendos ao *capital estrangeiro*.

Já vestido, Brasilino despede-se de Marta, avisando que não virá almoçar nem jantar, pois irá a São Paulo, a negócios... - Sai, bate a porta, toma o elevador, que é “Schindler”, da “Schindler do Brasil”, que é suíça e movido por força fornecida pela Light, e chega ao pavimento térreo. Dá bom dia ao zelador e toma o seu automóvel “Volkswagen”, fabricado pela “Volkswagen do Brasil”, que é alemã, rodando sobre pneus “Firestone”, da “Firestone do Brasil”, que é americana, acionado por gasolina refinada pela “Petrobrás”, mas distribuída pela “Esso Standart do Brasil”, que é americana. Até para usar a gasolina, refinada pela Petrobrás, Brasilino paga dividendos ao *capital estrangeiro*! Ele não sabe que os brasileiros têm capacidade para refinar o petróleo e produzir a gasolina, mas não a tem para a “difícil” tarefa de distribuí-la e que, para esse serviço - a simples distribuição - as companhias distribuidoras (Esso-Shell -Gulf-Texaco, etc.) ganham muito mais que a Petrobrás. Mas Brasilino ignora tudo isso... e Brasilino é feliz!

Pouco depois, Brasilino encontra-se na Via Anchieta, dirigindo-se a São Paulo. Ao passar por Cubatão e ao ver a Refinaria Presidente Bernardes, põe-se a pensar: “Porcaria essa Petrobrás! Agora que a gasolina é nacional, custa cinco vezes mais”. - Sim, por que Brasilino não reflete que a gasolina custa, agora, muito mais, por um motivo muito simples: a tempo em que a gasolina era importada, o dólar custava Cr\$ 18,72 e, atualmente, para a importação de óleo bruto, custa Cr\$ 610,00. - Não sabe, também, que o dólar está caro porque é escasso, e é escasso devido à procura, e a procura é muito grande, porque os dólares obtidos com a exportação brasileira, mal dão para fazer face às remessas de *royalties*, e dividendos do *capital estrangeiro*.

A irritação do nosso herói, contudo, logo desaparece, pois a algumas centenas de metros à frente, Brasilino vê surgirem os dutos da Light e uma grande tabuleta com os seguintes dizeres: LIGHT AND POWER, a maior usina hidrelétrica da América do Sul - 1.200.000 KW. - Aí, Brasilino exulta e monologa com entusiasmo - “Isto sim! A Light! A Light! A Light que fez a grandeza de São Paulo”. Sim, porque Brasilino confunde Light com Energia. Ele não sabe que o que fez a grandeza de São Paulo não foi a Cia. Light

e sim a Energia e que, se a Energia não pertencesse à Light, São Paulo seria dez vezes maior, ou o Brasil dez vezes menos miserável.

O interessante é que Brasilino nunca perguntou, a si mesmo, que seria da Inglaterra se não existissem as Lights pelo mundo.

Brasilino prossegue a viagem, e logo mais, atinge o altiplano, onde vê descortinar-se o panorama grandioso do processo industrial, que ele julga ser do Brasil: “Volkswagen do Brasil” - “Mercedes Benz do Brasil” - “Willis Overland do Brasil” - “General Motors do Brasil” - “Rolls Royce do Brasil” e inúmeras outras “do Brasil” e “brasileiras” mas todas elas ESTRANGEIRAS.

Brasilino, afinal, chega a São Paulo. Estaciona seu carro em uma das ruas do centro e, a pé, alcança a Rua Líbero Badaró, para concluir um negócio. Brasilino recorda-se de que Líbero Badaró foi um homem que, ao ser assassinado, exclamou: “Morre um liberal, mas não morre a Liberdade!” E Brasilino concluiu: “Que sujeito burro! Que interessa a liberdade para um homem que já morreu!?”

Enquanto assim pensa, Brasilino chega aos escritórios da “Crescinco, Cia. de Investimentos”, pertencente ao Sr. Rockefeller. Brasilino sente-se orgulhoso de emprestar o seu dinheiro para um dos homens mais ricos do mundo, mas que, para financiar sua indústrias, prefere usar o dinheiro dos próprios brasileiros, atraindo-os com a vantagem de juros de 2% ao mês, livres do imposto de renda. Brasilino não sabe que, entre o dia em que ele entregou o dinheiro, e o dia em que esse dinheiro lhe foi devolvido, a desvalorização da moeda foi de 4% ao mês e assim ele está menos rico, pois esse juro e mais os lucros da Cia. Investidora terão, forçosamente, de ser acrescentados ao custo das utilidades saindo conseqüentemente da pele do próprio Brasilino. Mas Brasilino não sabe disso e recebe o seu dinheiro e os seus juros, feliz!

Liquidando o negócio, Brasilino vai almoçar. - Entra num restaurante onde lhe é servido, como antepasto: frios da “Armour do Brasil”, que é americana, Margarina “ClayBon”, de “Anderson Clayton” que é americana, toma uma “Coca-Cola” e saboreia um prato de massa, preparada com farinha do “Moinho Paulista”, que é inglês, e, depois, come um filé com fritas cuja carne foi fornecida pelo “Frigorífico Wilson” e as batatas foram fritas com óleo “Mazola”, da “Refinações de Milho Brazil” (Brasil com Z). Como sobremesa, comeu um pudim feito com “Maizena Dureya”, também da “Refinações de Milho Brazil” e, assim, até para comer, Brasilino tem de pagar dividendos ao *capital*

estrangeiro. Após o almoço, Brasilino passeia pela cidade, a fim de fazer hora para o cinema, gastando a sola do sapato com saltos de borracha “Good Year”, pagando, até para andar, dividendos ao **capital estrangeiro.**

Brasilino entra no Cine Metro, onde passa a tarde deliciando-se com um filme que é americano, e para passar algumas horas distraídas, Brasilino paga dividendos ao **capital estrangeiro.**

Ao sair do cinema, Brasilino sente uma leve indisposição; entra numa farmácia e toma um “Alka-Seltzer”. E, assim, até para prevenir uma indigestão, Brasilino precisa pagar dividendos ao **capital estrangeiro.**

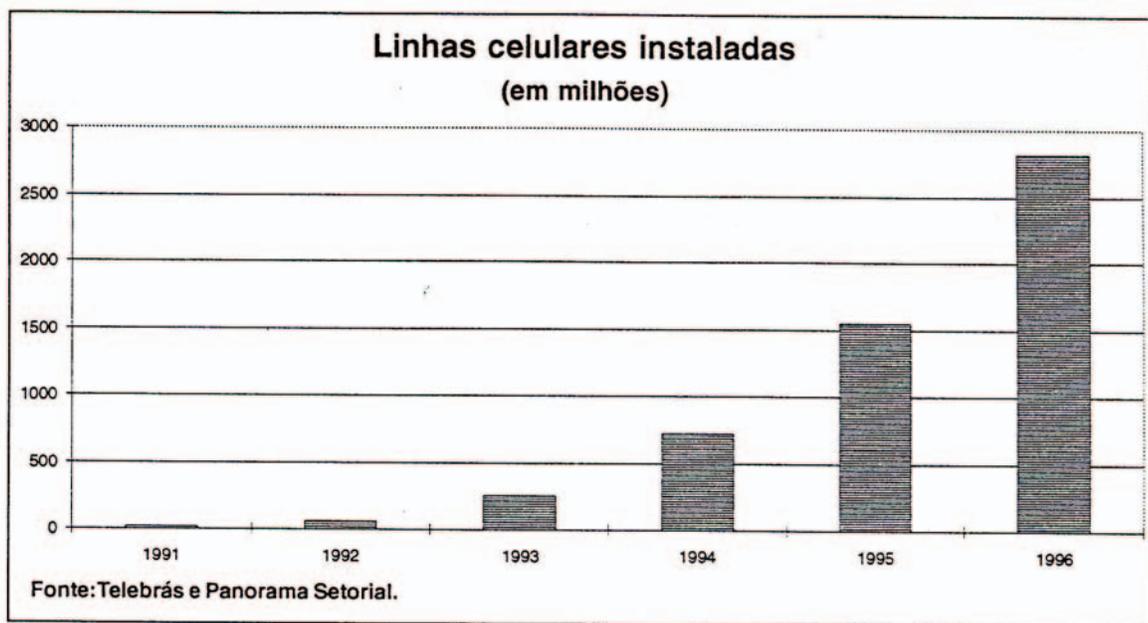
Toma novamente o seu carro e volta para Santos. Chegando à casa, faz novamente a sua *toilette*, liga o rádio de cabeceira, marca “G.E.” da “General Eletric do Brasil”, e deita sobre um colchão de espuma de borracha “Foamex” da “Firestone do Brasil” e repousa a cabeça sobre um travesseiro do mesmo material, dormindo, feliz, o sono da inocência.

Não sei porque, mas a história do Brasilino traz sempre à mente aquelas magníficas palavras do Sermão da Montanha: “Bem aventurados os pobres de espírito, porque deles será o reino dos céus”.

Mas uma coisa jamais será do Brasilino: O REINO EM SUA PRÓPIA TERRA.

Por isso, leitor, se alguém lhe disser que não existe imperialismo econômico no Brasil é porque está enganado, ou porque está enganando você”.

Anexo 03



Anexo 04

Folha de São Paulo, 28/11/98

Leia a íntegra dos textos da campanha da DM9

Ivan Finotti

Leia a seguir a íntegra do texto no qual Hebe Camargo, Ratinho e Ana Maria Braga se basearam para dar suas declarações de apoio à privatização:

“Muita gente vem perguntando se a venda da Telebrás vai ser uma boa... É o caso da gente imaginar: já pensou se numa feira tivesse uma barraca só? Como é que a gente ia comparar os preços, pra encontrar o mais barato? A mesma coisa vai acontecer com os telefones!

Hoje, pra instalar um telefone, é um tempão! Pra consertar, um sufoco! E o orelhão, gente? Quantas vezes você precisou de um e não encontrou? Com a concorrência entre as empresas, tudo isso vai mudar! Em dois anos, a instalação do telefone vai levar um mês, no máximo! Consertos, então, menos de 24 horas! E ninguém vai ter que andar mais que 800 metros pra achar um orelhão!

Com a privatização, as empresas particulares vão oferecer serviços melhores e mais baratos... É a concorrência, gente! O atendimento vai ser outro, o preço das ligações vai cair e todo mundo vai poder ter um telefone! Celular vai deixar de ser coisa de rico, de bacana... Você, costureira, motorista, autônomo, pequeno comerciante, vai poder ter um pra trabalhar!

E quem comprar a Telebrás, vai ter que cumprir um contrato rigoroso, ali, preto no branco! E esse contrato vai ser fiscalizado por todos nós e pelo governo, pra sair tudo direitinho! Nessa briga das empresas pra oferecer telefone bom e barato, quem sai ganhando é a gente!!”

Leia a seguir a íntegra dos quatro textos enviados aos 59 radialistas:

“Feira

Tem muito ouvinte que entra em contato com a gente pra saber se a venda da Telebrás vai ser uma boa. Aí eu digo assim: já pensou se numa feira existisse só uma barraca? Como é que a gente ia comparar os preços e encontrar o mais barato? A mesma coisa

vai acontecer com os telefones.

Com a privatização da Telebrás, as empresas particulares vão oferecer serviços melhores e mais baratos para conquistar você. O atendimento vai ser melhor, o preço das ligações vai cair muito e todo mundo vai ter acesso a um telefone. Daqui a alguns anos, toda localidade com mais de cem habitantes, por exemplo, vai ter um telefone público instalado. Toda escola e todo posto de saúde que quiser telefone vai ter em, no máximo, uma semana! O celular vai deixar de ser coisa de rico: vai ser bem mais barato e vai funcionar melhor.

Tudo isso porque, com a privatização, as empresas particulares que vão comprar a Telebrás, terão que cumprir um contrato rigoroso, fiscalizado por todos nós e pelo governo. Táí. Agora você já sabe por que a privatização da Telebrás é uma boa para você e para o Brasil.”

“Lei de mercado

Só quem já comprou telefone sabe o quanto era grande a espera pela instalação. E na hora de consertar algum defeito? Teve gente que já esperou meses. Pois é... Agora que a Telebrás vai ser uma empresa particular isso tudo vai mudar. Em 2001, o prazo de instalação de uma nova linha vai ser de, no máximo, um mês. Depois esse prazo ainda vai cair para uma semana! Já no ano 2000, 95% dos consertos vão ser feitos em, no máximo, 24 horas. Daqui a alguns anos, todo lugarejo com mais de cem pessoas vai ter um telefone público. E o melhor: o preço das ligações vai diminuir bastante.

Tudo isso só vai ser possível porque, com a privatização, as empresas particulares vão ter que brigar para conquistar você. Ganha quem tiver o melhor preço e o melhor serviço. Você sabe, essa é a lei do mercado. Por isso, vá se preparando. Em pouco tempo o telefone vai ficar mais fácil e mais barato pra todos nós.

Agora que você já sabe, passe essa informação pra frente. Quem sai ganhando é o Brasil.”

“Cerveja

Você já pensou se só existisse uma marca de cerveja no Brasil? Já pensou quanto uma latinha custaria? Na guerra das cervejas quem sai ganhando é a gente, que pode comparar e comprar a mais barata.

A mesma coisa vai acontecer com a privatização da Telebrás. Com várias empresas particulares competindo, nós vamos ter muito mais telefones e com preços menores.

Vai diminuir também o preço das ligações. Daqui a alguns anos, toda localidade com mais de cem habitantes vai ter um orelhão e todo novo telefone terá que ser instalado em, no máximo, uma semana.

Tudo isso está num contrato que será assinado por quem comprar a Telebrás. É uma obrigação atender a toda população, sem distinção. Nós e o governo vamos estar de olho, fiscalizando, para que tudo seja cumprido.

Com a competição entre as empresas particulares, quem sai ganhando é a gente.”

“Mais justo

Quantas vezes você precisou de um orelhão e não encontrou? Quantas vezes você pensou em comprar um telefone mas achou o preço caro? Veja bem: com a privatização da Telebrás, isso vai mudar, e muito.

As empresas particulares que comprarem a Telebrás estarão assinando um contrato, uma obrigação que será cumprida. São metas que obrigatoriamente vão ter que atender as populações mais pobres, quem mais precisa de telefone. Por exemplo: em alguns anos toda localidade com mais de cem pessoas vai ter um telefone público.

Nas cidades, ninguém vai ter que andar mais do que 300 metros para achar um orelhão. Como o número de telefones vai aumentar, o preço vai cair. O celular também vai ficar bem mais barato e as ligações também vão custar menos.

Nessa briga das empresas particulares para oferecer os melhores serviços e os menores preços, quem sai ganhando é a gente. Viu como vai ser importante a privatização da Telebrás? Vai ser melhor e mais justo pra você e pro Brasil.”

Anexo 05

QUADRO 01 - BRASIL: Empresas globais de consultoria participantes do Programa Nacional de Desestatização (PND) - (1990 - 1999)

Empresas de Consultoria cadastradas no BNDES - PND	Empresas e setores (avaliados para privatização - ano)
BOOZ-ALLEN E HAMILTON Do Brasil Consultores	- CST (Cia Siderúrgica de Tubarão) - 1990 - AÇOMINAS (Aço Minas Gerais S.A.) - 1992 - CIQUINE Cia Petroquímica - 1992 - Banco MERIDIONAL S.A. - 1995
COOPERS & LYBRAND Consultores Ltda	- GOIASFÉRTIL (Goiás Fertilizantes S.A.) - 1990 - MAFERSA S.A. - 1990 - CELMA (Cia Eletromecânica) - 1991 - COSINOR (Cia Siderúrgica do Nordeste) - 1992 - AGEF (Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários) - 1993 - TELEBRÁS - 1997
ARTHUR ANDERSEN	- USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) - 1990 - Setor de SANEAMENTO - 1997
PRICE WATERHOUSE	- USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) - 1990 - PETROFLEX (Petroflex Ind. e Com. S.A.) - 1991 - ÁLCALIS (Cia Nacional de Alcalis) - 1991 - FOSFÉRTIL (Fertilizantes Fosfatados S.A.) - 1991 - ICC (Ind. Carboquímica Catarinense S.A.) - 1991 - ACRINOR (Acrilonitrita do Nordeste S.A.) - 1992 - CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996
KPMG PEAT MARWICK	- PIRATINI (Aços Finos Piratini - 1991 - ENASA (Empresa de Navegação da Amazônia) - 1991 - PPH (Cia Industria de polipropileno) - 1991 - CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996
DELLOITTE TOUCHE TOHMATSU Consultores S/C	- COBRA (Computadores e Sistemas Brasileiros S.A.) - 1992 - EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica) - 1992 - LLOYDBRÁS (Cia de Navegação Lloyd Brasileiro) - 1992 - LIGHT (Serviços de Eletricidade S.A.) - 1993 - RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.) - 1994 - Banco MERIDIONAL S.A. - 1995 - DATAMEC - 1998
ERNEST & YOUNG Consultores Ltda	- RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.) - 1994 - CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996 - ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Brasil S.A. - Sistema Manaus - Boa Vista) - 1997
ARTHUR D. LITTLE Ltda	- CBE (Cia Brasileira de Estireno) - 1992 - ALCLOR (Alclor Química de Alagoas) - 1992 - CPC (Cia Petroquímica de Camaçari) - 1992 - SALGEMA (Salgema Ind Químicas S.A.) - 1992 - TELEBRÁS - 1997

Fonte: BERNARDES, 2001b: 223.

QUADRO 02 - BRASIL: Instituições Financeiras prestadoras de consultoria ao Programa Nacional de Desestatização (PND) - (1990 - 1999)

Instituições Financeiras cadastradas no BNDES - PND	Empresas e setores (avaliados para privatização - ano)
BANCO ICATU	- ACESITA (Cia Aços Especiais Itabira S.A.) - 1991
NÁXIMA CORRETORA DE COMMODITIES E CONSULTORIA	- USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) - 1990 - CSN (Cia Siderúrgica Nacional) - 1992 - COBRA (Computadores e Sistemas Brasileiros S.A.) - 1992 - AGEF (Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários) - 1993 - CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996
BANCO INTER-ATLÂNTICO	- PIRATINI (Aços Finos Piratini) - 1991 - POLISUL (Polisul Petroquímica) - 1992 - AÇOMINAS (Aço Minas Gerias S.A.) - 1992 - COSIPA (Cia Siderúrgica Paulista) - 1992
INTERNATIONALE NEDERLANDEN ING BANK	- AÇOMINAS (Aço Minas Gerias S.A.) - 1992
BRADESCO	- CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996
CCF - CREDIT COMMERCIAL DE FRANCE	- Banco MERIDIONAL S.A. - 1995
BANCO GRAFHUS	- Banco MERIDIONAL S.A. - 1995 - CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996 - Saneamento - 1997
MERRYL LYNCH	- CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996 - PETROBRÁS - 1998/1999
ABN AMRO BANK N.V.	- PETROBRÁS - 1998/1999
BANCO DE INVESTIMENTO GARANTIA	- PETROBRÁS - 1998/1999
BANCO PATRIMONIAL DE INVESTIMENTOS	- TELEBRÁS - 1997
BANCO ARBI	- MAFERSA S.A. - 1990 - ICC (Ind. Carboquímica Catarinense S.A.) - 1991 - EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica) - 1992
DEUTSCHE BANK e MORGAN GRENFELL	- ELETROSUL/FURNAS/GERASUL (Centrais Elétricas do Sul do Brasil e Furnas Centrais Elétricas) - 1997
BOZANO SIMONSEN e BARCLAYS BANK	- ELETRONORTE/CHESF - 1998

Fonte: BERNARDES, 2001b: 224.

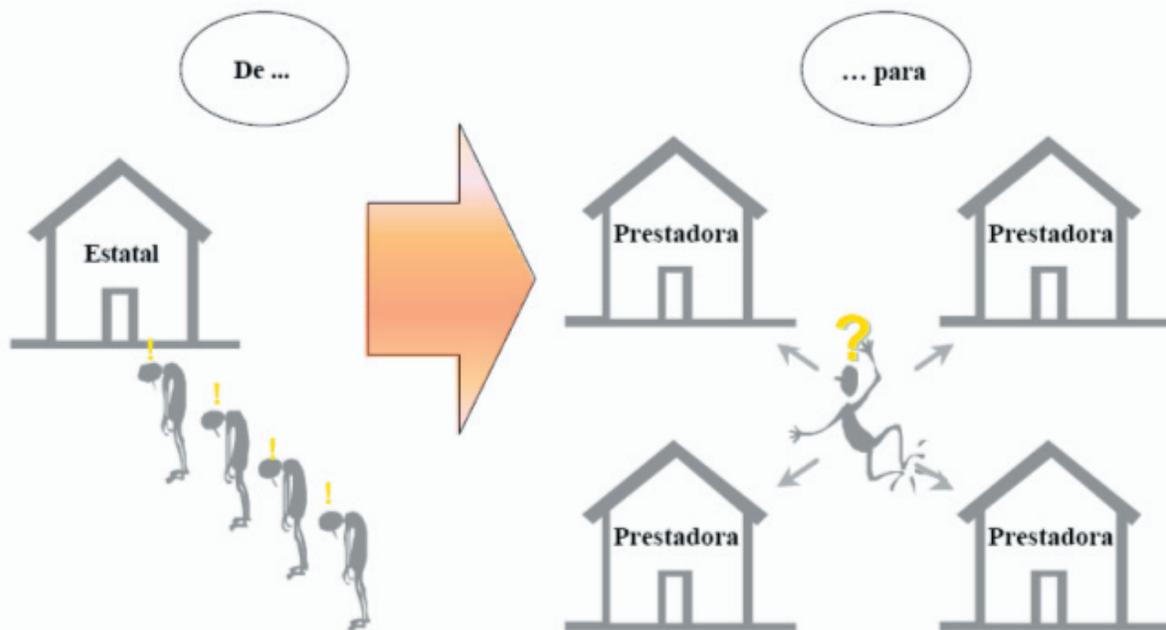
QUADRO 03 - BRASIL: Empresas nacionais de consultoria e escritório de advocacia participantes do Programa Nacional de Desestatização (PND) - (1990 - 1999)

Empresas de Consultoria Cadastradas no BNDES - PND	Empresas e setores (avaliados para privatização - ano)
TREVISAN	- CEB (Cia Brasileiro de Estireno) - 1992 - LIGHT (Serviços de Eletricidade S.A.) - 1993 - NITROFÉRTIL (Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste) - 1991 - POLIPROPIRENO S.A. - 1994
IBASE (Inst. Bras. de Anal. Sociais e Econômicas)	- TELEBRÁS - 1997
PAULO ABIB ENGENHARIA	- USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) - 1990 - ACESITA (Cia Aços Especiais Itabira S.A.) - 1991 - ARAFÉRTIL S.A. - 1991 - NITROFÉRTIL (Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste) - 1991
SETEPLA TECNOMETAL ENGENHARIA	- USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) - 1990 - AÇOMINAS (Aço Minas Gerais S.A.) - 1992
METALDATA ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES	- USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) - 1990 - CSN (Cia Siderúrgica Nacional) - 1992 - CARÁIBA (Mineração Caraíba) - 1993 - CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996
JAAKKO POYRY ENGENHARIA	- CST (Cia Siderúrgica de Tubarão) - 1990 - FRENAVE (Cia de Navegação do São Francisco) - 1991 - ACESITA (Cia Aços Especiais Itabira S.A.) - 1991 - ICC (Ind. Carboquímica Catarinense S.A.) - 1991 - COSIPA (Cia Siderúrgica Paulista) - 1992 - EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica) - 1992
ENGEVIX ENGENHARIA	- CVRD (Cia Vale do Rio Doce) - 1996
AZEVEDO SODRÉ ADVOGADOS	- ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Brasil S.A. - Sistema Manaus - Boa Vista) - 1997 - ELETRONORTE / CHESF - 1998
CASTRO BARROS E SOBRAL ADVOGADOS	- COPERBO (Cia Pernambucana de Borracha Sintética) - 1992 - Banco MERIDIONAL S.A. - 1995
BRANCO ADVOGADOS ASSOCIADOS	- Saneamento - 1997
PINHEIRO NETO	- CINAL (Cia Alagoas Industrial) - 1992
ZALCBERG ADVOGADOS ASSOCIADOS	- ENERGIPE (Empresa Energética de Sergipe) - 1997
ULHÔA CANTO REZENDE E GUERRA ADVOGADOS	- USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) - 1990
MACHADO MEYER SENDACZ E OPICE ADVOGADOS	- AÇOMINAS (Aço Minas Gerais S.A.) - 1992 - ESCELSA (Espírito Santo Centrais Elétricas) - 1993

Fonte: BERNARDES, 2001b: 225.

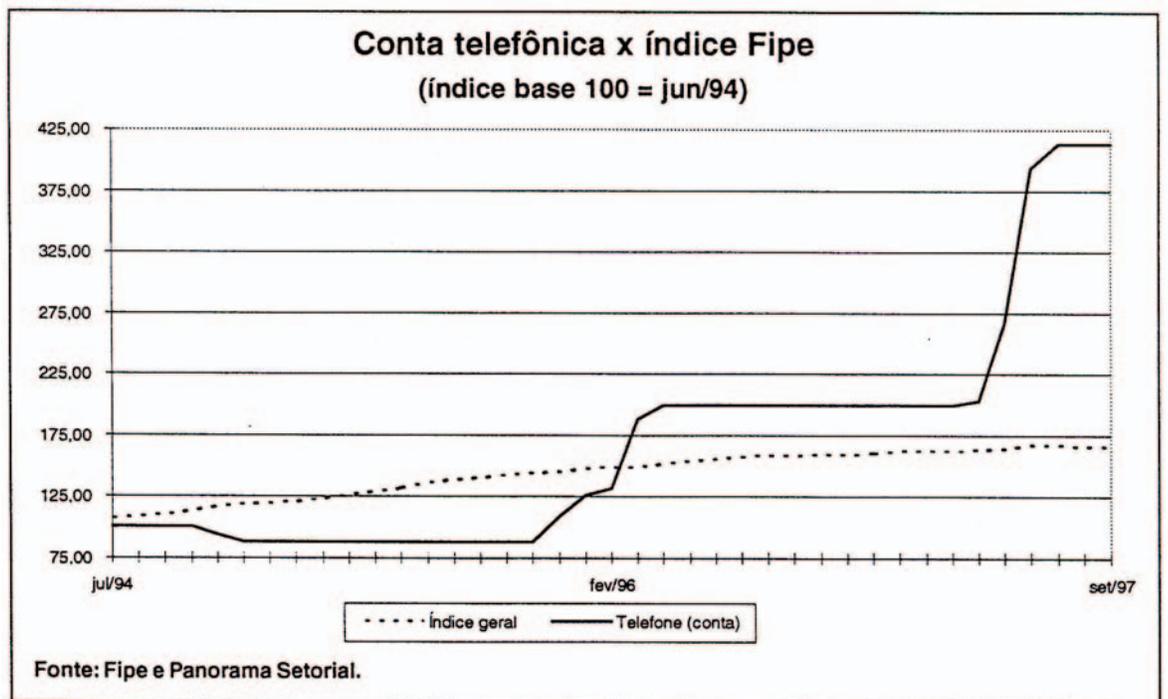


EVOLUÇÃO DO MERCADO



Fonte: Renato Navarro Guerreiro - Ex-presidente da Anatel.
“O sucesso da reestruturação das Telecomunicações como alavanca do desenvolvimento social”.
Palestra. 13 de agosto de 2001. São Paulo.

Anexo 07



Anexo 08



Agora o Baby fala na capital e no interior.

Sem contrato. Sem mensalidade. Sem conta. Agora você decide quanto quer gastar.

Telesp Celular **Baby**

Você é todo para a sua mãe, mas um celular sempre ajuda.

399
429



Sem conta.

Baby. O celular inteligente da Telesp Celular.

Agora você decide quanto quer gastar.

Fonte: *A revolução da mobilidade. O celular no Brasil - de símbolo de status a instrumento de cidadania.* São Paulo, 2002. Edição patrocinada pela Telesp Celular e Global Telecom.

DECLARACIÓN DE AREQUIPA

Los que suscriben el presente documento, reunidos en la ciudad de Arequipa, Perú, los días 18 y 19 del mes de junio del año 2002, han llegado a los siguientes acuerdos y expresión de posiciones:

- **Primero** : Los representantes del Gobierno expresarán su desagravio por los términos o frases vertidas por funcionarios del Gobierno y los titulares de Justicia e Interior a través de los medios de comunicación, que el pueblo arequipeño o su dirigencia hayan considerado ofensivo s

Los representantes del Gobierno y del pueblo de Arequipa deploran y condenan conjuntamente el daño ocasionado a personas y a la propiedad pública y privada en la ciudad de Arequipa.

- **Segundo**: En lo que respecta al proceso de privatización de EGASA y EGESUR, teniendo en cuenta que se encuentra en trámite ante el Poder Judicial una acción de amparo, las partes convinieron en establecer que se respete la resolución resultante de dicha acción de garantía, así como respetar a plenitud la autonomía del Poder Judicial y demás organismos jurisdiccionales, acatando sus resoluciones sin interferencia alguna.

La representación del Gobierno, con la aceptación -como medida inmediata- de los representantes de la Asamblea de Alcaldes y del Frente Amplio Cívico de Arequipa, expresa formalmente su decisión de suspender todos los actos del proceso de privatización de EGASA y EGESUR, incluyendo los conducentes a la firma del contrato, mientras no se cuente con el fallo definitivo del Poder Judicial y demás organismos jurisdiccionales. Los representantes del Gobierno reconocieron que el sentimiento y opinión de la comunidad arequipeña es visiblemente adverso a dicho proceso de privatización.

- **Tercero**: Ambas partes coincidieron en la urgencia de un inmediato restablecimiento del orden público que permita recuperar el normal funcionamiento de las actividades. A las 48 horas de suscrita esta Declaración y establecido el orden público, el Gobierno dejará sin efecto el Estado de Emergencia en vigencia.

- **Cuarto:** Ambas partes hacen una invocación al país para que cesen de inmediato todos los actos de violencia que obstruyen el camino hacia la paz social, la estabilidad democrática del país y el anhelado desarrollo nacional.

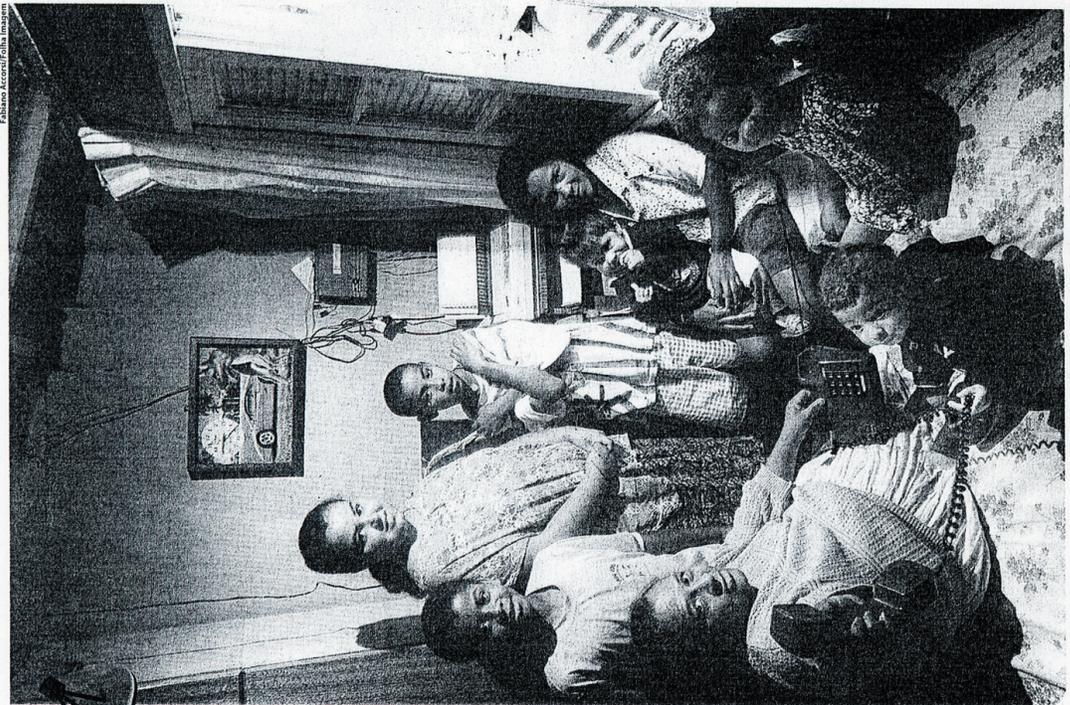
Declaración unilateral

- **Quinto:** Los representantes de la Asamblea de Alcaldes y del Frente Amplio Cívico de Arequipa, dejaron sentada su propia posición en el sentido de que debe anularse lo actuado en el proceso de privatización de las empresas EGASA y EGESUR, y someter el futuro de las mismas a consulta popular previa. Del mismo modo debería procederse para el caso de las empresas eléctricas del sur del país.

Firmado en tres ejemplares en la ciudad de Arequipa, en el local del Colegio San José, a las 15:00 horas del día miércoles 19 de junio de 2002.

Fonte: www.clacso.org

“La población de Arequipa colocó en el centro del debate nacional una cuestión que para la mayoría de las élites políticas sigue siendo un axioma intocable: las privatizaciones, como parte de un modelo económico socialmente excluyente y políticamente inviable. Los motivos y los intereses expuestos durante la movilización arequipeña no hacían sino dejar entrever una alternativa diferente a ese modelo...” (DEL VALLE, 2002: 13).



Maria Aparecida Teles mostra o telefone clandestino que tem na casa em que vive numa favela paulistana

Fabiano Accorli/Folha Imagem

TUDO OU NADA

Moradores pobres de São Paulo driblam a falta de linhas com uma central telefônica em que cada casa funciona como um ramal

High-nada

- **Nome:** Maria Aparecida Teles, 63. Vivia, três filhos e dois netos
- **Profissão:** dona-de-casa
- **Renda familiar:** R\$ 700,00 para seis pessoas
- **Bens:** uma casa de três cômodos na Vila Penteadado (zona norte de São Paulo), geladeira, fogão, uma TV em cores, um aparelho de rádio e 10% de uma central telefônica e de uma impressora (a conta vale R\$ 320,00)

Periferia usa sistema clandestino

da Reportagem Local

Um feixe de dez fios desemboca na casa de Maria Aparecida dos Santos Teles, 63, que mora com três filhos e dois netos. A renda familiar é de R\$ 700,00 por mês.

A fiação passa sobre o varal e entra no único quarto da casa, onde fica a central telefônica.

Um sistema como este custa R\$ 3.200 para pagamento em quatro parcelas de R\$ 800 por família. O aluguel do telefone também é rateado e a conta telefônica é dividida de acordo com o uso.

Cada vez que uma família faz uma ligação, a central entra em funcionamento e registra o número discado e a casa que ligou.

No final do mês, Iris Cerejo, 47, vizinha de Aparecida Teles, retira a lista da impressora, calcula o gasto de cada família e faz o pagamento.

As duas contam que se inscreveram em um plano de expansão em 1992, nunca foram chamadas, e voltaram a se inscrever neste ano. O sonho delas não é ter um telefone exclusivo, mas alugar a linha para as centrais de quarteirão.

Os sistemas de centrais são divulgados boca a boca na periferia e instalados por pequenas empresas. Gilberto Francisco Inácio, 35, atua no ramo há oito anos e já instalou 1.200 sistemas.

Ele lidera um movimento pela legalização das centrais e argumenta que elas são a única forma de levar a telefonia às famílias de baixa renda e ao mesmo tempo, viabilizar o serviço para as telefônicas.

A conta média de uma central comunitária é de R\$ 200,00 por mês, ou R\$ 20,00 por família. Inácio diz que as telefônicas teriam prejuízo se estes usuários tivessem linhas exclusivas. (E1)

Pelo menos 250 mil famílias na Grande São Paulo têm telefone em casa, mas não podem figurar na lista de assinantes da Telesp. Quando há déficit na linha, também podem comunicar o problema à companhia.

Usuários de um sistema clandestino, estas famílias pertencem ao mundo dos "high nada" —segundo o qual está incluída a maioria dos brasileiros, que não são atendidos pelas telefônicas.

As famílias alugam um telefone no mercado paralelo. Em seguida, compram uma central telefônica, fios e uma impressora e conectam a central à linha alugada.

Cada central atende a dez casas, como se fossem ramais de uma empresa. Só na Grande São Paulo existem cerca de 25 mil centrais coletivas em funcionamento.

O sistema é clandestino porque só as telefônicas estatais podem puxar fios nas ruas. O uso de centrais só é permitido em condomínios residenciais e em empresas.

Mais pobre, mais caro
Quanto mais pobre e distante o bairro, mas alto o aluguel da linha. Nos Jardins (um dos bairros nobres de São Paulo) o aluguel custa R\$ 123,30 por mês, já em Cidade Tiradentes (zona leste, a 40 Km do centro) custa R\$ 336,50.

Vila Penteadado, na zona norte, é um dos redutos dos "high nada". Lá, em casas têm telefone clandestino. Feixes de fios escuros cruzam os becos e vielas e são fixados nas fachadas das casas, porque é proibido usar os postes da Eletropaulo para tais ligações.

